



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

PRISCILA EVANGELISTA MORAIS E LIMA

**ATITUDES LINGUÍSTICAS DE PARAIBANOS EM RELAÇÃO AO SEU PRÓPRIO
FALAR**

João Pessoa

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

PRISCILA EVANGELISTA MORAIS E LIMA

**ATTITUDES LINGUÍSTICAS DE PARAIBANOS EM RELAÇÃO AO SEU PRÓPRIO
FALAR**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração *Teoria e Análise Linguística* e linha de pesquisa *Diversidade e Mudança Linguística*, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Marques de Lucena

João Pessoa

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732a Lima, Priscila Evangelista Moraes e.
Atitudes linguísticas de paraibanos em relação ao
seu próprio falar / Priscila Evangelista Moraes e Lima.
- João Pessoa, 2019.
181 f.

Orientação: Rubens Marques de Lucena.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Atitudes linguísticas. 2. Falar paraibano. 3.
Preconceito linguístico. I. Lucena, Rubens Marques de.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 81(043)

ATITUDES LINGUÍSTICAS DE PARAIBANOS EM RELAÇÃO AO SEU PRÓPRIO FALAR

Priscila Evangelista Moraes e Lima

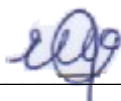
Tese aprovada em 27 de FEVEREIRO de 2019.

Banca Examinadora:

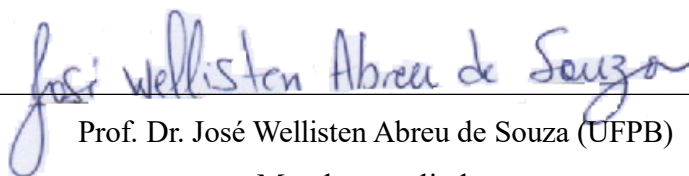


Prof. Dr. Rubens Marques de Lucena (UFPB)
(Orientador)

Prof. Dr. Dermeval da Hora Oliveira (UFPB)
Membro avaliador



Profa. Dra. Eneida Maria Gurgel de Araújo (UEPB)
Membro avaliador



Prof. Dr. José Wellisten Abreu de Souza (UFPB)
Membro avaliador



Profa. Dra. Juliene Lopes Ribeiro Pedrosa (UFPB)
Membro avaliador

João Pessoa

2019

Aos meus pais, pela educação cristã que me deram; ao meu esposo, parceiro no amor e na profissão; aos meus filhos Davi Oliver e Pérola, meu bem maior; A Deus, toda glória!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu bom Deus, amigo fiel e de todas as horas, que mesmo nos momentos que pensei que não iria conseguir, me ajudou dando provas de seu amor para comigo.

Ao meu esposo Geziel, companheiro, amigo e colega de profissão. Obrigada por dividir comigo esse momento, pois estamos juntos nessa caminhada acadêmica. Simplesmente, te amo!

Aos meus filhos, Davi Oliver e Pérola, minha herança e frutos desta tese (risos).

Aos meus pais, pelo amor e por terem me ensinado o valor do estudo.

Aos meus irmãos, cunhados, sobrinhas, sogro e sogra, sempre presentes em minha vida nos momentos difíceis e felizes.

Ao meu querido professor Dermeval da Hora, por ter me apresentado os caminhos da Sociolinguística.

De uma forma muito especial, ao prof. Rubens, meu orientador, pela paciência e atenção dedicadas a mim. Muito obrigada!

À professora Dra. Juliene, pela carinho e apoio profissional.

Ao querido professor Dr. José Wellisten, amigo particular. Que alegria dividir com você esse momento!

À professora Dra. Eneida por ter aceitado o convite de compor minha banca.

A todos os demais professores que fizeram parte de minha carreira acadêmica, pois lhes devo parte da minha formação.

Aos queridos Almir, Izete, Jércia e Michele, companheiros de todas as horas. Esse trabalho também tem um pedacinho de vocês!

A todos os informantes, que tão gentilmente contribuíram para a realização dessa pesquisa. A vocês, meu muito obrigada!

RESUMO

O português paraibano tem sido alvo de pesquisas sociolinguísticas desde a década de 90. Todavia, ainda são escassos os trabalhos que envolvam atitudes sobre os diferentes falares brasileiros, sobretudo sobre o dialeto paraibano. A presente investigação, portanto, objetiva analisar as manifestações de atitudes linguísticas de paraibanos em relação ao seu próprio falar. Esta pesquisa fundamenta-se na Teoria Variacionista (LABOV et. al. 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]) e nas concepções sobre atitudes linguísticas (LAMBERT et al. 1960; RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 2009). A pesquisa é de cunho qualiquantitativo e possui uma abordagem direta. A fim de apreendermos a avaliação linguística dos falantes, realizamos uma entrevista sociolinguística contendo doze perguntas. O *corpus* é composto por 40 informantes pertencentes as quatro mesorregiões do Estado da Paraíba. Os resultados apontam que os participantes de todas as mesorregiões veem o modo de falar de sua comunidade linguística como um marcador de identidade não apenas local, mas também regional, pois faz parte da herança cultural de seu povo. Mesmo entre os que afirmaram não possuir sotaque, nas demais respostas esses informantes elencaram especificidades na forma de falar, tais como marcas prosódicas (fala “arrastada”) e traços dialetais (“oxente”), que facilmente os identificam como pertencentes a uma comunidade de fala específica. Entretanto, apesar do reconhecimento do valor da língua como uma marca da identidade cultural de sua comunidade, as manifestações das atitudes linguísticas foram expressas com um sentido negativo pela maioria dos entrevistados. O modo de falar “*arrastado*” ou “*carregado*” foi mencionado com uma conotação desfavorável por parte dos paraibanos em questão. Os participantes acreditam que há preconceito linguístico com relação à fala local, não apenas por parte de falantes de outras variedades, mas também por membros de sua própria comunidade linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Atitudes linguísticas. Falar paraibano. Preconceito linguístico.

ABSTRACT

Portuguese from Paraíba has been the target of sociolinguistic research since the 1990s. However, there is still little work involving attitudes about the different Brazilian speakers, especially about the dialect of Paraíba. The present investigation, therefore, aims to analyze the manifestations of linguistic attitudes of paraibanos in relation to their own speaking. This research is based on the Variation Theory (LABOV et al., 2006 [1968], LABOV, 2008 [1972]) and on conceptions about linguistic attitudes (Lambert et al., 1960; Rodrigues, Assmar e Jablonski, 2009). The research is qualiquantitative and has a direct approach. In order to understand the linguistic evaluation of the speakers, we conducted a sociolinguistic interview with twelve questions. The corpus is composed of 40 informants from the four mesoregions of the State of Paraíba. The results indicate that the participants of all mesoregions see the way of speaking of their linguistic community as a marker of identity not only local, but also regional, since it is part of the cultural heritage of its people. Even among those who affirm that they do not have an accent, in the other answers, these informants have listed specificities in the form of speaking, such as prosodic marks ("dragged" speech) and dialectal traits ("oxente"), which easily identify them as belonging to a community of specific speech. However, despite the recognition of the value of language as a mark of the cultural identity of their community, the majority of the interviewees expressed the manifestations of linguistic attitudes with a negative sense. The "dragged" or "loaded" mode of speech was mentioned with an unfavorable connotation on the part of the paraibanos in question. Participants believe that there is linguistic prejudice in relation to local speech, not only by speakers of other varieties, but also by members of their own language community.

KEYWORDS: Language Attitudes. *Paraíba speech*. Linguistic prejudice.

RESUMEN

El portugués de Paraíba ha sido objeto de investigación sociolingüística desde los años 90. Sin embargo, todavía son escasos los trabajos que involucran actitudes sobre los diferentes hablantes brasileños, principalmente sobre el dialecto paraibano. La presente investigación, por lo tanto, tiene como objetivo analizar las manifestaciones de actitudes lingüísticas de paraibanos con relación a su propio discurso. Esta investigación se fundamenta en la Teoría Variacional (LABOV et al. 2006 [1968], LABOV, 2008 [1972]) y en las concepciones sobre actitudes lingüísticas (LAMBERT et al., 1960, RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 2009). La investigación es de cuño cualitativo y tiene un enfoque directo. A fin de aprehender la evaluación lingüística de los hablantes, realizamos una entrevista sociolingüística que contiene doce preguntas. El *corpus* está compuesto por 40 informantes que pertenecen a las cuatro mesorregiones del Estado de Paraíba. Los resultados apuntan que los participantes de todas las mesorregiones ven el modo de hablar de su comunidad lingüística como un marcador de identidad no sólo local, sino también regional, pues forma parte de la herencia cultural de su pueblo. Incluso entre los que afirmaron no poseer acento, en las demás respuestas esos informantes enumeran especificidades en la forma de hablar, tales como marcas prosódicas (habla "arrastrada") y rasgos dialectos ("oxente"), que fácilmente los identifican como pertenecientes a una comunidad de "habla específica". Sin embargo, a pesar del reconocimiento del valor de la lengua como una marca de la identidad cultural de su comunidad, las manifestaciones de las actitudes lingüísticas se expresaron con un sentido negativo por la mayoría de los entrevistados. El modo de hablar "arrastado" o "cargado" fue mencionado con una connotación desfavorable por parte de los paraibanos en cuestión. Los participantes creen que hay prejuicio lingüístico con respecto al habla local, no sólo por parte de hablantes de otras variedades, sino también por miembros de su propia comunidad lingüística.

PALABRAS CLAVE: Actitudes lingüísticas. Hablar paraibano. Prejuicio lingüístico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Paraíba no contexto regional e nacional	18
Figura 2 - Distribuição aproximada das tribos - Séculos XVII e XVIII.....	19
Figura 3 - As mesorregiões do Estado da Paraíba	21
Figura 4 - Localização do município de Patos no estado da Paraíba	28
Figura 5 - Localização do município de Santa Luzia no estado da Paraíba	29
Figura 6 – Localização do município de Belém no estado da Paraíba	29
Figura 7 – Localização do município de Campina Grande no estado da Paraíba	30
Figura 8 – Localização do município de Itabaiana no estado da Paraíba.....	31
Figura 9 - Localização do município de João Pessoa no estado da Paraíba.....	32
Figura 10 - Localização do município de Santa Rita no estado da Paraíba.....	33
Figura 11 - Localização do município de Capim no estado da Paraíba	34
Figura 12 - Grupos linguísticos dentro de um país.....	35
Figura 13 - Processo de padronização de uma língua	39
Figura 14 - O processo de padronização e suas resultantes.....	40
Figura 15 - Representação simbólica do preconceito linguístico	42
Figura 16 - Papel das atitudes na determinação do comportamento	47
Figura 17 - Representação das variáveis independentes	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mesorregião do Sertão Paraibano, segundo microrregiões e municípios	21
Quadro 2 - Mesorregião da Borborema, segundo microrregiões e municípios.....	23
Quadro 3 - Mesorregião do Agreste Paraibano, segundo microrregiões e municípios	25
Quadro 4 - Mesorregião da Mata Paraibana, Segundo microrregiões e municípios	26
Quadro 5 - Caracterização dos participantes da pesquisa.....	62
Quadro 6 - Organização das perguntas da entrevista em blocos para fins de análise	65
Quadro 7 - Comportamento do /S/ pós-vocálico nos falares paraibano e pernambucano.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Avaliação da própria forma de falar (Sertão).....	69
Gráfico 2 - Avaliação positiva/negativa do próprio falar (Sertão)	70

Gráfico 3 - Conhecimento com relação ao sotaque (Sertão)	72
Gráfico 4 - Avaliação do próprio sotaque	74
Gráfico 5 - Julgamento que o interlocutor faz quando ao modo de falar do informante (Sertão)	75
Gráfico 6 - Atitudes negativas do interlocutor (Sertão)	77
Gráfico 7 - Adaptação da fala ao contexto (Sertão)	79
Gráfico 8 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar das pessoas (Sertão).....	80
Gráfico 9 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar do participante (Sertão)	82
Gráfico 10 - Percepção da diversidade linguística (Sertão)	84
Gráfico 11 – Avaliação dialetal (Sertão)	85
Gráfico 12 - Percepção dialetal (Sertão).....	86
Gráfico 13 - Avaliação da própria forma de falar (Borborema).....	88
Gráfico 14 - Avaliação positiva/negativa do próprio falar (Borborema)	90
Gráfico 15 - Conhecimento com relação ao sotaque (Borborema)	92
Gráfico 16 - Avaliação do próprio sotaque (Borborema).....	94
Gráfico 17 - Julgamento que o interlocutor faz quando ao modo de falar do informante (Borborema).....	96
Gráfico 18 - Atitudes negativas do interlocutor (Borborema).....	97
Gráfico 19 - Adaptação da fala ao contexto (Borborema).....	99
Gráfico 20 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar das pessoas (Borborema).....	101
Gráfico 21 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar do participante (Borborema) ..	103
Gráfico 22 - Percepção da diversidade linguística (Borborema).....	105
Gráfico 23 - Avaliação dialetal (Borborema)	106
Gráfico 24 - Percepção dialetal (Borborema).....	107
Gráfico 25 - Avaliação da própria forma de falar (Agreste)	109
Gráfico 26 - Avaliação positiva/negativa do próprio falar (Agreste)	111
Gráfico 27 - Conhecimento com relação ao sotaque (Agreste).....	113
Gráfico 28 - Avaliação do próprio sotaque (Agreste)	114
Gráfico 29 - Julgamento que o interlocutor faz quando ao modo de falar do informante (Agreste)	116
Gráfico 30 - Atitudes negativas do interlocutor (Agreste)	117
Gráfico 31 - Adaptação da fala ao contexto (Agreste)	119
Gráfico 32 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar do participante (Agreste)	124
Gráfico 33 - Percepção da diversidade linguística (Agreste)	126

Gráfico 34 - Avaliação dialetal (Agreste).....	127
Gráfico 35 - Avaliação da própria forma de falar (Mata).....	131
Gráfico 36 - Avaliação positiva/negativa do próprio falar (Mata Paraibana)	133
Gráfico 37 - Conhecimento com relação ao sotaque (Mata Paraibana)	135
Gráfico 38 - Avaliação do próprio sotaque	138
Gráfico 39 - Julgamento que o interlocutor faz quando ao modo de falar do informante (Mata)	140
Gráfico 40 - Atitudes negativas do interlocutor (Mata Paraibana).....	143
Gráfico 41 – Adaptação da fala ao contexto (Mata Paraibana).....	146
Gráfico 42 – Julgamento linguístico quanto à forma de falar das pessoas (Mata Paraibana)	148
Gráfico 43 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar do participante (Mata Paraibana)	151
Gráfico 44 – Percepção da diversidade linguística (Mata Paraibana)	153
Gráfico 45 - Avaliação dialetal (Mata Paraibana).....	155
Gráfico 46 - Percepção dialetal (Mata Paraibana).....	157

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E SOCIAL DA PARAÍBA	18
1.1. REGIONALIZAÇÃO DA PARAÍBA: AS MESORREGIÕES.....	20
1.2. AS LOCALIDADES DA PESQUISA.....	27
1.2.1. <i>O município de Patos</i>	27
1.2.2. <i>O município de Santa Luzia</i>	28
1.2.3. <i>O município de Belém</i>	29
1.2.4. <i>O município de Campina Grande</i>	30
1.2.5. <i>O município de Itabaiana</i>	31
1.2.6. <i>O município de João Pessoa</i>	32
1.2.7. <i>O município de Santa Rita</i>	33
1.2.8. <i>O município de Capim</i>	34
CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA E SEUS DESDOBRAMENTOS	35
CAPÍTULO 3 – O ESTUDO DAS ATITUDES LINGUÍSTICAS.....	43
3.1. LÍNGUA, SOCIEDADE E IDENTIDADE.....	43
3.2. ATITUDES: SUA ORIGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS	44
3.3. ATITUDES E COMPORTAMENTO: O PAPEL DAS NORMAS SOCIAIS	47
.....	47
3.4. VALORES X ATITUDES.....	48
3.5. ATITUDES X CRENÇA E OPINIÃO	50
CAPÍTULO 4 – ATITUDES LINGUÍSTICAS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E OBJETO DE ESTUDO	52
4.1. O ESTUDO DAS ATITUDES LINGUÍSTICAS.....	52
4.2. PESQUISAS SOBRE ATITUDES LINGUÍSTICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO	54
4.3 PESQUISAS SOBRE ATITUDES LINGUÍSTICAS NO CONTEXTO PARAIBANO	58
CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	61
5.1. LOCALIDADES DA PESQUISA.....	61
5.2 PARTICIPANTES	61
5.3. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	64

5.4. TRATAMENTO DOS DADOS	65
CAPÍTULO 6 – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	68
6.1. ANÁLISE DOS DADOS DO SERTÃO	68
6.2. ANÁLISE DOS DADOS DA BORBOREMA.....	88
6.3. ANÁLISE DOS DADOS DO AGRESTE PARAIBANO.....	109
6.4. ANÁLISE DOS DADOS DA MATA PARAIBANA.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	169

INTRODUÇÃO

O estado atual da ciência tem favorecido a interface de diferentes campos do saber, com o intuito de se obter uma melhor compreensão dos fatores que envolvem o objeto estudado. Diferentes abordagens nas Ciências Humanas têm unido esforços a fim de se entender/explicar temas complexos.

Um estudo que se utiliza da interrelação de disciplinas distintas parte das questões em que elas convergem, isto é, os pontos de contato. A interação de diferentes campos de estudo proporciona, dentre outros fatores:

- a) análise mais detalhada do fenômeno estudado, focando o conhecimento partilhado pelos diferentes campos de estudo;
- b) maior embasamento teórico-metodológico;
- c) contextualização do objeto de estudo.

Assim, o presente trabalho adota considerações da Psicologia Social (ALLPORT, 1935; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009) e da Sociologia (ROCKEACH, 1973; GRONHAUG, 2000), tendo a Sociolinguística (GILES; RYAN; SEBASTIAN, 1982; KAUFMANN, 2011; PORTO, 2015) como principal fonte de embasamento teórico-metodológico. Felizmente, no contexto científico atual, está cada vez mais claro para os pesquisadores sociolinguístas a relevância da interconexão com as áreas supracitadas, a fim de que haja um entendimento mais global dos elementos que atuam na relação entre língua e sociedade. Atualmente, pesquisas sociolinguísticas (CYRANKA, 2007; AGUILERA, 2009; CORBARI, 2013) têm sido vastamente realizadas sobre o português brasileiro (PB) seguindo esse viés de estudo. Em nossa investigação, nos propomos a estudar uma variedade do PB, a saber, o falar paraibano.

O português paraibano tem sido alvo de pesquisas sociolinguísticas desde a década de 90. No ano de 1993, iniciou-se um estudo sistemático sobre esse dialeto, por meio do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB), tendo como proposta analisar a realidade linguística da comunidade de João Pessoa. Tal projeto possuía os seguintes objetivos:

- traçar o perfil linguístico, em nível fonético-fonológico e gramatical dos falantes da comunidade de João Pessoa, observando fatores estruturais e sociais que interferem no uso da língua;

- desenvolver estudos, em nível fonético-fonológico e gramatical, visando a subsidiar o ensino da Língua Portuguesa em todos os níveis;
- estabelecer comparações, em nível regional e nacional, com estudos realizados, salientando as divergências dialetais e as semelhanças.¹

Desde então, seguindo a proposta laboviana (1972), alguns trabalhos foram realizados na comunidade pessoense (HORA, 1993, 2003, 2011; SKEETE, 1996; FERNANDES, 1997; PEREIRA, 1997; SILVA, 1997; AQUINO, 1998; PEDROSA, 2000; BARROS, 2000; NUNES, 2000; SILVA, 2001; LUCENA, 2001; ALBUQUERQUE, 2001; MARQUES, 2001; MARTINS, 2001; NETA, 2003; VALLO, 2003; BALTOR, 2003; SILVA, 2003; BESERRA, 2004; RIBEIRO, 2006; ANDRADE, 2008; MACHADO, 2008; PEDROSA, 2009; MENDONÇA, 2011; LOPES, 2012). Mais recentemente, podemos citar os estudos empreendidos por Freire (2016), Henrique (2016), Monteiro (2016) e Pedrosa (2016).

Percebemos, no entanto, que apesar das pesquisas tratarem do falar paraibano, os estudos focalizaram unicamente a comunidade pessoense. Todavia, não podemos deixar de mencionar as investigações realizadas por Ramos (1999) sobre a fala de Campina Grande, a de Silva (2006) sobre o falar sapeense e a de Freire (2011) sobre o dialeto jacarauense.

Assim, a partir dessa constatação, nasceu o desejo de tratar das atitudes linguísticas do falar paraibano distribuído nas quatro mesorregiões da Paraíba. A intenção foi apreender as atitudes linguísticas do falante em relação ao seu próprio dialeto. Para tanto, buscamos realizar análises sobre avaliação linguística por meio de uma entrevista, utilizando uma abordagem direta de coleta de dados.

Ainda são escassos os trabalhos que envolvam atitudes e percepção sobre os diferentes falares brasileiros e, mais ainda, sobre o dialeto paraibano. A presente investigação vem, portanto, somar-se à pesquisa realizada por Henrique (2016), que tratou da percepção da fricativa coronal em coda medial por pessoenses. Portanto, essas parecem ser as primeiras investigações que tratam das atitudes linguísticas de paraibanos em relação ao seu próprio falar.

O objetivo central desta tese é analisar as manifestações de atitudes linguísticas de paraibanos em relação ao seu próprio falar. Especificamente, pretendemos:

- descrever as atitudes linguísticas dos falantes de cada mesorregião pesquisada;
- verificar o valor social que o falante atribui ao seu falar;

¹ Disponível em <<http://valpb.com.br/quem-somos/>> Acesso em 16 de Fevereiro de 2017.

► comparar os dados concernentes às quatro mesorregiões paraibanas, observando o grau de semelhança e distinção para, assim, podermos identificar os fatores responsáveis por tais equivalências e/ou diferenças;

Como embasamento teórico, recorreremos à Teoria Variacionista (LABOV 1968; LABOV, 1972) e às concepções sobre atitudes linguísticas (LAMBERT et al. 1960; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009).

Os estudos variacionistas visam explicar a variação e mudança na língua por meio da sistematização de variantes linguísticas usadas pelas mais diversas comunidades de fala. Adotaremos a concepção utilizada por Labov (1972):

Não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; essas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. (LABOV, 2008 [1972], p. 150).

Para a Sociolinguística, apesar do caráter heterogêneo da fala, variação e mudança obedecem a critérios objetivos de organização e sistematicidade, sendo explicadas por meio da correlação de fatores linguísticos e sociais.

[...] as variáveis, tanto linguísticas quanto as não linguísticas, não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes (MOLLICA, 2004, p. 27).

Além disso, as variantes utilizadas pelo indivíduo dizem respeito às suas marcas identitária e grupal, demarcando os limites dialetais em que esse falante se encontra. A partir dessa assertiva, podemos dizer que diferentes grupos sociais apresentarão uso diversificado de variantes, o que refletirá não apenas na variação linguística, mas também na avaliação e atitudes dos falantes ante tais variações (LEITE, 2011, p. 1019). Diante de tal constatação, os estudos sociolinguísticos passaram a recorrer às contribuições da Psicologia Social, mais especificamente questões sobre atitudes. Desta forma, podemos dizer que os estudos sobre atitudes linguísticas tiveram origem no âmbito da Psicologia Social (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009).

As pesquisas sobre atitudes linguísticas têm como principal objetivo identificar como falantes de um grupo linguístico avaliam características pessoais e sociais de seus pares ou de falantes de outras línguas ou variedades, tendo como base a fala.

Assim, a partir da década de 1970, segundo Leite (2011), a relação entre Psicologia Social e Sociolinguística se intensificou. A correlação entre essas duas áreas de investigação, possibilita a explicação da variação e as atitudes diante de tal variação, levando-se em conta não apenas os fatores sociolinguísticos, mas também as normas, valores e padrões de prestígio em uma comunidade linguística (LEITE, 2011).

Dada tais considerações, esta tese visa a responder as seguintes perguntas:

1. Para os membros da comunidade estudada, o modo de falar de sua comunidade linguística é uma marca de identidade local?

Se a resposta for afirmativa, apresenta-se a questão: tal identificação implica em atitudes favoráveis do falante em relação ao seu próprio falar?

Nesse sentido, tomaremos o conceito de identidade apresentado por Oushiro (2015):

A identidade, portanto, não é um atributo pessoal tampouco uma posse, mas um processo de criação de sentidos que deve ser ao mesmo tempo individual e coletivo. A construção de sentidos se dá sempre dentro de uma matriz cultural e ideológica, sobre a qual o indivíduo não exerce controle (OUSHIRO, 2015, p. 24).

2. Como se dão as manifestações de atitudes nas diferentes mesorregiões da Paraíba?
3. O falante acredita que há preconceito linguístico em relação à fala local?

Em caso afirmativo, esse preconceito parte de falantes pertencentes a outras comunidades de fala ou parte dos próprios membros de sua comunidade?

Como hipótese, acreditamos que há preconceito linguístico com relação ao falar paraibano. No entanto, esse tipo de preconceito não se restringe apenas à avaliação da forma de falar do outro, visto que ele camufla o julgamento de cunho social.

Assim como Corbari (2013), acreditamos que o preconceito linguístico:

[...] trata-se de uma reação negativa frente ao objeto atitudinal – por exemplo, frente a determinada variedade ou grupo linguístico, especialmente os grupos que detêm pouco ou nenhum prestígio social –, sem que haja um exame crítico da razão porque se pensa desse modo (CORBARI, 2013, p. 72).

Feita a exposição das questões que norteiam a presente pesquisa, passemos à descrição de como esta tese está organizada.

O primeiro capítulo apresenta uma visão panorâmica dos aspectos histórico, geográfico e social do estado da Paraíba. Retratar, inicialmente, a Paraíba no contexto regional e nacional, observando como se configurou o povoamento no solo paraibano. Em seguida, mostramos a caracterização das quatro mesorregiões do Estado, sob o ponto de vista geográfico. O capítulo apresenta também a especificação das localidades selecionadas para a realização da pesquisa.

O segundo capítulo está reservado à discussão sobre o processo de padronização de uma língua e seus desdobramentos, realçando a questão do preconceito linguístico.

O terceiro capítulo traz os pressupostos teóricos que norteiam as análises dos dados. Para tanto, discutem-se conceitos de língua, sociedade e identidade. Em seguida, dentro da temática atitude, tratamos da relação entre atitudes X comportamento, valores X atitudes e atitudes X crença e opinião.

No quarto capítulo, dedicamo-nos a apresentar os antecedentes históricos, bem como uma revisão de algumas pesquisas realizadas sobre atitudes linguísticas pesquisadas no Brasil.

O quinto capítulo expõe os procedimentos metodológicos utilizados nas diferentes etapas desta investigação, desde a coleta até a exposição sobre o tratamento dos dados.

O sexto capítulo está reservado à análise e à interpretação dos dados.

Por fim, apresentamos as considerações finais, tratando das implicações dos resultados de nossa pesquisa e as referências utilizadas.

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E SOCIAL DA PARAÍBA

O território paraibano está situado na parte leste do nordeste brasileiro. Ao norte, faz fronteira com Rio Grande do Norte; ao sul, com Pernambuco; na porção oeste, limita-se com o estado do Ceará, sendo banhado pelo Oceano Atlântico na parte leste. Devido a essa localização, a Paraíba possui um importante ponto turístico, a Ponta do Seixas, que constitui a parte mais oriental das Américas, sendo conhecida, portanto, como o estado brasileiro onde o sol nasce primeiro.

Figura 1 - Paraíba no contexto regional e nacional



Fonte: FIEP (2010, p. 22)²

A Paraíba possui uma extensão territorial de 56. 468,427 km², segundo dados do IBGE, caracterizando-o como um dos menores estados do Brasil, com cerca de 2% da população brasileira.

² FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA. *Perfil Socioeconômico da Paraíba 2010*. Disponível em: <<http://www.fiepb.com.br/arquivos/Perfil-Socioeconomico2010.pdf>> Acesso em 26 de Janeiro de 2017.

No que se refere aos aspectos econômicos, a Paraíba possui um produto interno bruto distribuído da seguinte forma: serviços: 72%; indústria: 22,4%; e agropecuária: 5,6%.³ Observamos, então, que o setor de serviços é o maior fortalecedor do PIB do estado, seguido do setor industrial. Este último enquadra o estado como o quarto maior foco manufatureiro do Nordeste. Ainda segundo o autor supracitado, os principais segmentos dessa esfera da economia são: têxtil, alimentício, metalúrgico e produtos derivados de couro.

No que tange ao contexto histórico, antes da ocupação portuguesa, o território paraibano era constituído por uma população indígena pertencente aos grupos linguísticos dos Tupis e dos Cariris, sendo o primeiro grupo composto pelos índios Tabajara e Potiguara, habitantes da parte litorânea do estado. Conforme Moreira (1990):

Os Tabajara ocupavam as terras situadas ao sul do rio Paraíba e os Potiguara, as terras ao norte do mesmo rio. Os Cariri subdividiam-se em quatro grandes tribos: os Paiacu, que habitavam as serras situadas ao norte da depressão do rio Curimataú (serras de Araruna, Cuité e Calabouço); os Sucuru, que viviam no planalto da Borborema, concentrando-se principalmente nas cabaceiras dos fornecedores do rio Paraíba, os Ariá, que habitavam os vales dos Piancó, Piranhas e Subugi; e os Icó que, oriundos do Ceará, penetraram na Paraíba se fixando no vale do rio do Peixe. (MOREIRA, 1990).

A Figura 2 mostra a distribuição aproximada das tribos que habitaram o território paraibano.



Fonte: Borges, 1993, p. 38

³ (FRANCISCO, acesso em 2017)

A partir do excerto supracitado e da Figura 2, podemos ter um indício da divisão das mesorregiões da Paraíba, um dos fatores analisados na presente pesquisa.

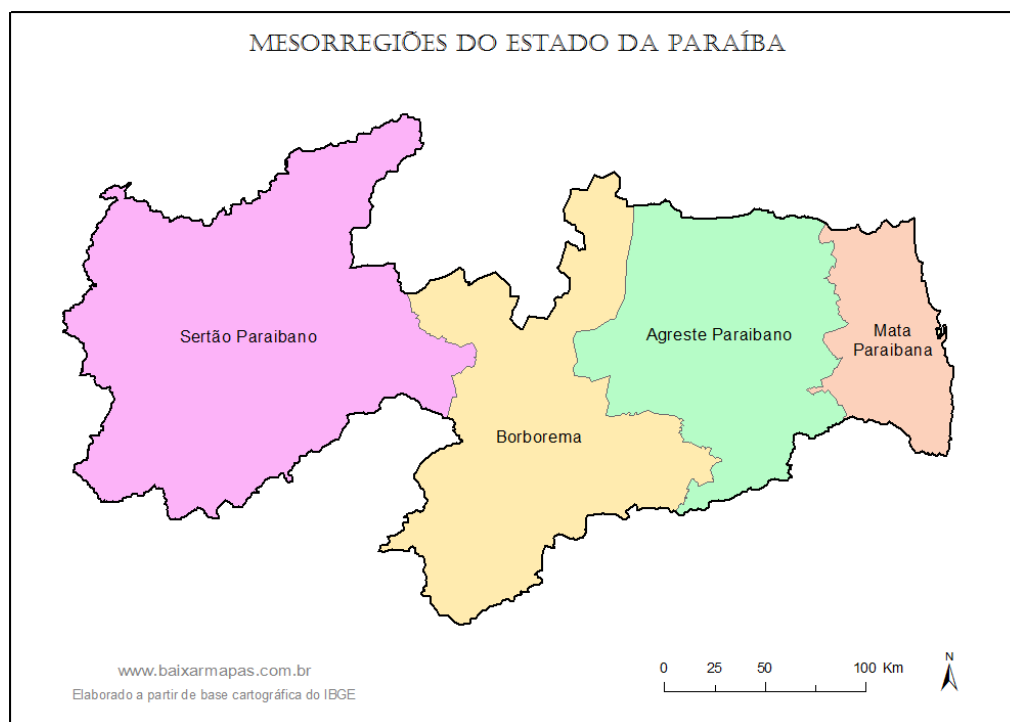
De acordo com Moreira (1990), o processo de povoamento do Litoral se constituiu a partir da exploração da cana-de-açúcar, sendo criado, a partir daí, os chamados *engenhos*. Assim, os senhores de engenho compunham a alta sociedade paraibana. No que diz respeito ao Agreste, a autora afirma que a expansão se deu de forma mais lenta, devido ao relevo da região e pela luta contra os indígenas da tribo Cariri. A libertação da mão-de-obra escrava utilizadas nas atividades açucareiras do Litoral faz com que essa população migre para o agreste paraibano. No entanto, o cultivo do algodão passa a ser uma atividade econômica a partir de 1780 (MOREIRA, 1990). Quanto ao Sertão paraibano, a autora relata que o desbravamento dessa região foi motivado pela criação de gado (Até a primeira metade do século XVIII, o espaço agrário sertanejo se organizava, portanto, em função de uma atividade pecuária de caráter extensivo, complementada por uma agricultura de subsistência. Estas atividades eram praticadas nas grandes propriedades (MOREIRA, 1990)).

É importante mencionar que as missões de catequese também exerceram forte influência na conquista do interior do estado. Algumas cidades foram criadas a partir do trabalho desses missionários, como Campina Grande e Pilar, por exemplo (LIRA, SD).

1.1. REGIONALIZAÇÃO DA PARAÍBA: AS MESORREGIÕES

O Estado da Paraíba é composto por 223 (duzentos e vinte e três) municípios. No que tange à distribuição geográfica e aos aspectos socioeconômicos, a Paraíba está dividida em quatro mesorregiões, assim chamadas: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. Cada uma dessas mesorregiões possui particularidades que as diferem umas das outras. Por sua vez, cada uma das quatro se subdividem, nas chamadas microrregiões paraibanas (total de 23 microrregiões). Todavia, para fins de pesquisa, trabalharemos com as mesorregiões. Vejamos, no mapa abaixo, como se dá essa divisão no território paraibano:

Figura 3 - As mesorregiões do Estado da Paraíba



Fonte: Dantas, 2012⁴

De modo simplificado, podemos caracterizar cada uma das mesorregiões da seguinte forma:

► **SERTÃO PARAIBANO:** É a maior mesorregião da Paraíba. Compreende uma área com cerca de 22.720,482 km², segundo estatísticas do IBGE (2015). Essa zona é formada por sete microrregiões e 86 (oitenta e seis) municípios. O centro urbano regional é a cidade de Patos, que também é o município mais populoso do sertão paraibano. As chuvas são bastante escassas, predominando a presença da caatinga, por causa do clima seco e quente (FIEP, 2010, p. 30). Vejamos, a seguir, a distribuição dos municípios:

Quadro 1 - Mesorregião do Sertão Paraibano, segundo microrregiões e municípios

MESORREGIÃO DO SERTÃO PARAIBANO, SEGUNDO MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	
Catolé do Rocha:	Igaracy
Belém do Brejo do Cruz	Nova Olinda

⁴ Disponível em <<http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2012/12/paraiba.html>> Acesso em 26 de Janeiro de 2017.

Bom Sucesso	Olho d'Água
Brejo do Cruz	Piancó
Brejo dos Santos	Santana dos Garrotes
Catolé do Rocha	Cajazeiras:
Jericó	Bernardino Batista
Lagoa	Bom Jesus
Mato Grosso	Bonito de Santa Fé
Riacho dos Cavalos	Cachoeira dos Índios
São Bento	Cajazeiras
São José do Brejo do Cruz	Carrapateira
Sousa:	Monte Horebe
Aparecida	Poço Dantas
Cajazeirinhas	Poço de são José de Moura
Condado	Santa Helena
Lastro	Santarém
Malta	São João do Rio do Peixe
Marizópolis	São José de Piranhas
Nazarezinho	Triunfo
Paulista	Uiraúna
Pombal	Itaporanga:
Santa Cruz	Boa Ventura
São Bento de Pombal	Conceição
São Domingos de Pombal	Curral Velho
São Francisco	Diamante
São José da Lagoa Tapada	Ibiara
Souza	Itaporanga
Vieirópolis	Pedra Branca
Vista Serrana	Santa Inês
Patos:	Santana de Mangueira

Areia de Baraúnas	São José de Caiana
Cacimba de Areia	Serra Grande
Mãe d'Água	Serra de Teixeira:
Passagem	Água Branca
Patos	Cacimbas
Quixabá	Desterro
Santa Terezinha	Imaculada
São José de Espinharas	Juru
São José do Bonfim	Manaíra
Piancó:	Matureia
Aguiar	Princesa Isabel
Catingueira	São José de Princesa
Coremas	Tavares
Emas	Teixeira

Fonte: FIEP (2010, p. 34)

► **BORBOREMA:** É integrada por 4 (quatro) microrregiões e 43 (quarenta e três) municípios, sendo localizada na área central do Planalto da Borborema. Quanto ao índice pluviométrico, a parte oriental recebe as chuvas que vem do litoral paraibano, caracterizando os brejos úmidos, ao passo que, no restante da mesorregião, predomina o clima semiárido (FIEP, 2010, p. 30). Vejamos, a seguir, a distribuição dos municípios:

Quadro 2 - Mesorregião da Borborema, segundo microrregiões e municípios

MESORREGIÃO DA BORBOREMA, SEGUNDO MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	
Seridó Ocidental Paraibano:	Monteiro
Junco do Seridó	Ouro Velho
Salgadinho	Parari
Santa Luzia	Prata
São José do Sabugi	São João do Tigre

São Mamede	São José dos Cordeiros
Várzea	São Sebastião do Umbuzeiro
Seridó Oriental Paraibano:	Serra Branca
Baraúna	Sumé
Cubati	Taperoá
Frei Martinho	Zabelê
Juazeirinho	Cariri Oriental:
Nova Palmeira	Alcantil
Pedra Lavrada	Barra de Santana
Picuí	Barra de São Miguel
Seridó	Boqueirão
Tenório	Cabaceiras
Cariri Ocidental:	Caraúbas
Amparo	Caturité
Assunção	Gurjão
Camalaú	Riacho de Santo Antônio
Congo	Santo André
Cuxixola	São Domingos do Cariri
Livramento	São João do Cariri

Fonte: FIEP (2010, p. 35)

► **AGRESTE PARAIBANO:** É composto por 7 (sete) microrregiões e 66 (sessenta e seis) municípios (FIEP, 2010, p. 36). Tem como principal centro econômico a cidade de Campina Grande, conhecida nacionalmente pelos polos industriais e pelo setor de tecnologia, com a produção de *softwares*. Possui um regime de chuva irregular, todavia a ocorrência de chuvas é maior do que a região do sertão do estado. Vejamos, a seguir, a distribuição dos municípios:

Quadro 3 - Mesorregião do Agreste Paraibano, segundo microrregiões e municípios

MESORREGIÃO DO AGRESTE PARAIBANO, SEGUNDO MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	
Curimataú Ocidental:	Brejo Paraibano:
Algodão de Jandaíra	Alagoa Grande
Arara	Alagoa Nova
Barra de Santa Rosa	Bananeiras
Cuité	Borborema
Damião	Matinhas
Nova Floresta	Pilões
Olivedos	Serraria
Pocinhos	Guarabira:
Remígio	Alagoinha
Soledade	Araçagi
Sossego	Belém
Curimataú Oriental:	Caiçara
Araruna	Cuitegi
Cacimba de Dentro	Duas Estradas
Campo de Santana	Guarabira
Casserengue	Lagoa de Dentro
Dona Inês	Logradouro
Riachão	Mulungu
Solânea	Pilõezinhos
Esperança:	Pirpirituba
Areial	Serra da Raiz
Esperança	Sertãozinho
Montadas	Microrregião de Itabaiana:
S. Sebastião de L. de Roça	Caldas Brandão
Campina Grande:	Gurinhém
Boa Vista	Ingá

Campina Grande	Itabaiana
Fagundes	Itatuba
Lagoa Seca	Juarez Távora
Massaranduba	Mogeirol
Puxinanã	Riachão de Bacamarte
Queimadas	Salgado de são Félix
Serra Redonda	Microrregião de Umbuzeiro:
	Aroeiras
	Gado Bravo
	Natuba
	Santa Cecília
	Umbuzeiro

Fonte: FIEP (2010, p. 36)

► **MATA PARAIBANA:** Com um litoral que se estende por 133 km, essa zona é composta por 4 (quatro) microrregiões e 22 (vinte e dois) municípios, de acordo com dados de 2010 da Federação Das Indústrias Do Estado Da Paraíba (FIEP). João Pessoa, a capital paraibana, está situada nessa mesorregião, e corresponde ao maior polo populacional e econômico do estado. É caracterizada por ter um período de chuva considerável, quando a estação do inverno é regular.

Quadro 4 - Mesorregião da Mata Paraibana, segundo microrregiões e municípios

MESORREGIÃO DA MATA PARAIBANA, SEGUNDO MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	
Litoral Norte:	Sapé:
Baía da Traição	Cruz do Espírito Santo
Capim	Juripiranga
Cuité de Mamanguape	Mari
Curral de Cima	Pilar
Itapororoca	Riachão do Poço

Jacaraú	São José dos Ramos
Mamanguape	São Miguel de Taipu
Marcação	Sapé
Mataraca	Sobrado
Pedro Régis	João Pessoa:
Rio Tinto	Bayeux
Litoral Sul:	Cabedelo
Alhandra	Conde
Caaporã	João Pessoa
Pedras de Fogo	Lucena
Pitimbu	Santa Rita

Fonte: FIEP (2010, p. 37)

1.2. AS LOCALIDADES DA PESQUISA

A fim de coletarmos os dados para a pesquisa, selecionamos alguns municípios pertencentes às diferentes mesorregiões paraibanas⁵. As cidades foram: Patos, representando o Sertão Paraibano; Santa Luzia para a zona da Borborema; Itabaiana, Belém e Campina Grande, para o Agreste; e, finalmente, João Pessoa e Santa Rita e Capim, para a mesorregião da Mata Paraibana, totalizando, assim, 8 (oito) cidades visitadas. Vejamos, a seguir, uma breve descrição desses municípios.

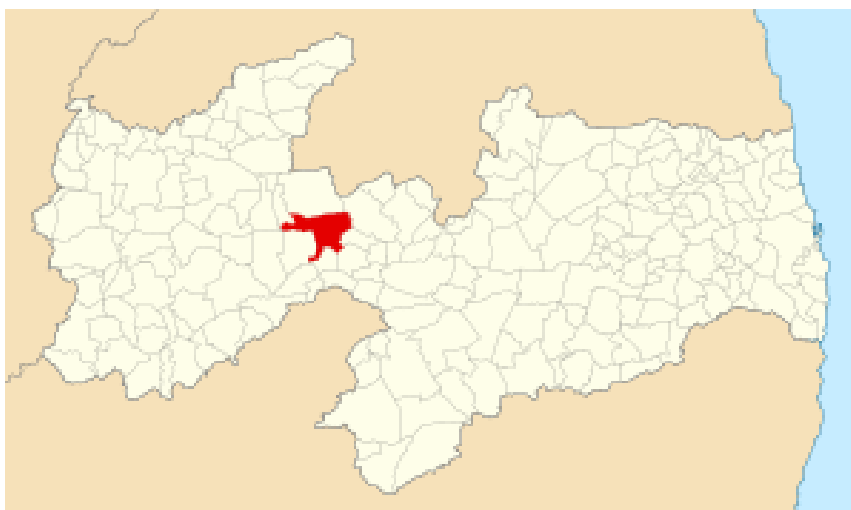
1.2.1. O município de Patos

O município de Patos é um importante centro comercial e econômico do sertão paraibano. Com uma área de 473, 056 km² (IBGE, 2015), a cidade faz fronteira com as localidades de: São José de Espinharas e São Mamede (norte), Santa Terezinha, São José do Bonfim e Cacimba de Areia (sul), Quixaba e Cacimba de Areia (leste) e Santa Terezinha e

⁵ Os critérios para a escolha estão explicitados no capítulo reservado à metodologia da pesquisa.

Malta (oeste). Vejamos na Figura 4 a localização geográfica da cidade no mapa do estado da Paraíba:

Figura 4 - Localização do município de Patos no Estado da Paraíba



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Patos#cite_note-19

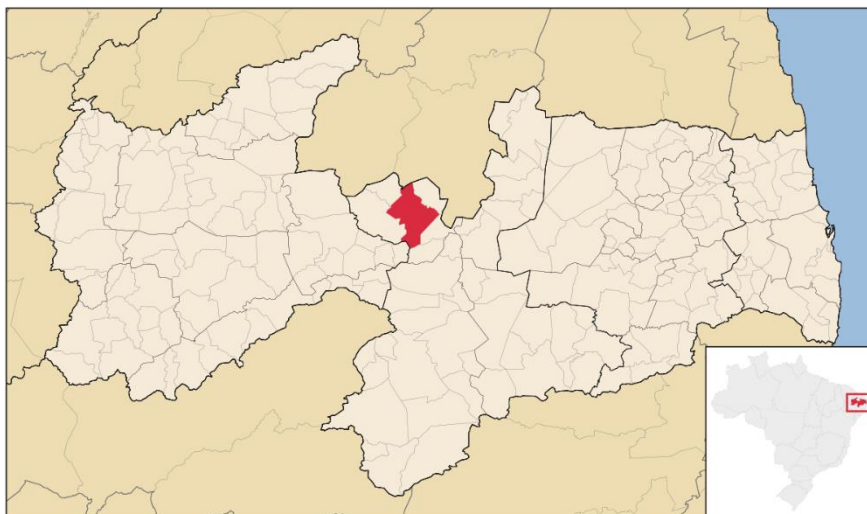
Em virtude de seu posicionamento geográfico, Patos polariza cerca de 70 (setenta) municípios, não apenas paraibanos, mas também do Rio Grande do Norte e Pernambuco (SINATRAN, 2013)⁶. Assim, podemos inferir que o contato com os dialetos potiguar e pernambucano se fazem, de certa forma, presentes na realidade da população patoense.

1.2.2. O município de Santa Luzia

Também conhecida como a “Veneza Paraibana”, devido a cidade ser cercada por três açudes, Santa Luzia possui uma extensão territorial de 455,717 km², de acordo com o IBGE (2015). Sua distância até a capital é de cerca de 260 km. A Figura 5 apresenta a localização da cidade de Santa Luzia.

⁶ Disponível em http://sinatran-pb.com/post.php?codigo=81#.WJPGu_ArLIW Acesso em 02/02/2017

Figura 5 - Localização do município de Santa Luzia no Estado da Paraíba



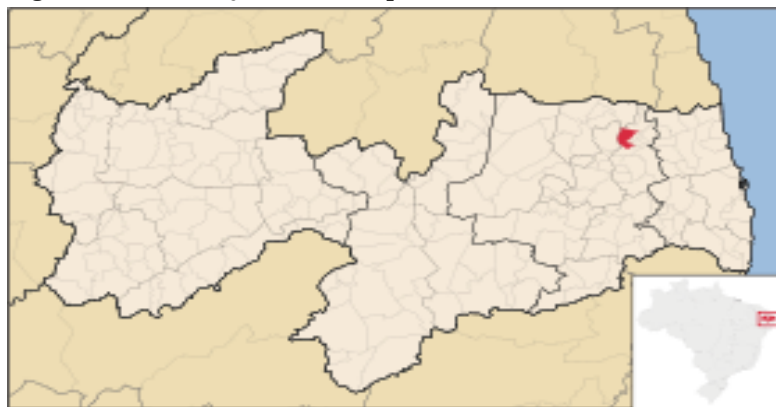
Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Luzia_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Luzia_(Para%C3%ADba))

Os municípios limítrofes são: São José do Sabugi, na parte norte; Salgadinho e Passagem, na porção sul; Junco do Seridó, ao leste; e São Mamede, ao oeste.

1.2.3. O município de Belém

Inserida na região metropolitana de Guarabira, Belém, possui um território de aproximadamente 100, 153 km² (IBGE, 2015). O município faz fronteira com Caiçara e Tacima, na porção norte; com Pirpirituba, ao sul; com Serra da Raiz e Sertãozinho, no lado leste; e Bananeiras, na parte oeste. Possui uma distância de cerca de 123 km da capital do estado. A Figura 6 apresenta a sua localização.

Figura 6 – Localização do município de Belém no Estado da Paraíba



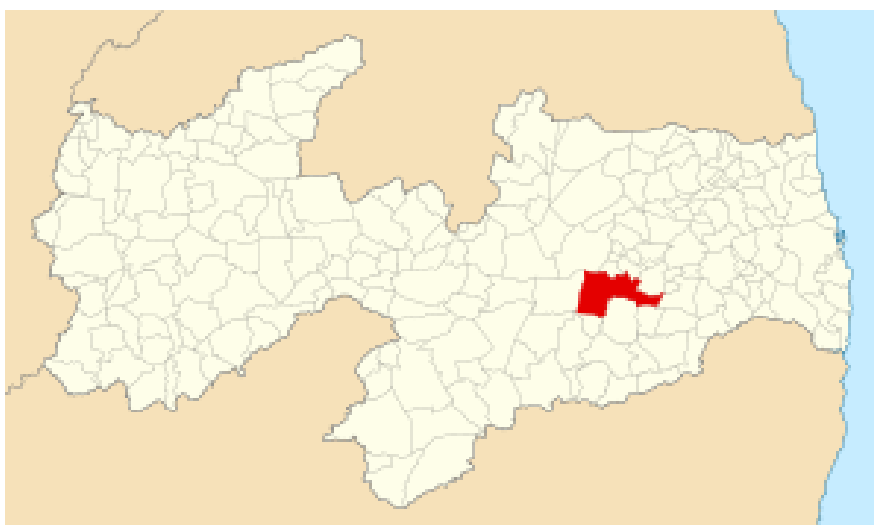
Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bel%C3%A9m_\(Para%C3%ADba\)#/media/File:Paraiba_Municip_Belem.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bel%C3%A9m_(Para%C3%ADba)#/media/File:Paraiba_Municip_Belem.svg)

Segundo consta no site da prefeitura municipal⁷, Belém era apenas um distrito da cidade de Caiçara, até o final da metade do século XX. Por esta razão, o município é até hoje conhecido como “Belém de Caiçara”. Em virtude de sua localização, Belém é um importante ponto de ligação entre algumas cidades paraibanas com cidades do Rio Grande do Norte.

1.2.4. O município de Campina Grande

Conhecida como “Rainha da Borborema”, Campina Grande é um importante polo industrial da Região Nordeste. Com uma expansão territorial de 593, 026 Km², de acordo com o IBGE (2015), é a segunda cidade mais populosa do estado. Sua distância até a capital é de cerca de 122 Km. Possui uma das mais conceituadas universidades do estado, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e também é centro de referência de ensino e capacitação profissional, de acordo com a FIEP (2010). Segundo Lima (2014⁸), um levantamento do CNPq realizado em 2013, aponta Campina Grande como uma das cidades com o maior número de doutores do país, em proporção ao número de habitantes.

Figura 7 – Localização do município de Campina Grande no Estado da Paraíba



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Campina_Grande#/media/File:Paraiba_Municip_CampinaGrande.svg

⁷ Disponível em < <http://www.belem.pb.gov.br/historia/>> Acesso em 31 de Janeiro de 2017.

⁸ Disponível em <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/10/paraiba-tem-quase-72-doutores-para-cada-cem-mil-habitantes-diz-pesquisa.html>> Acesso em 31 de Janeiro de 2017.

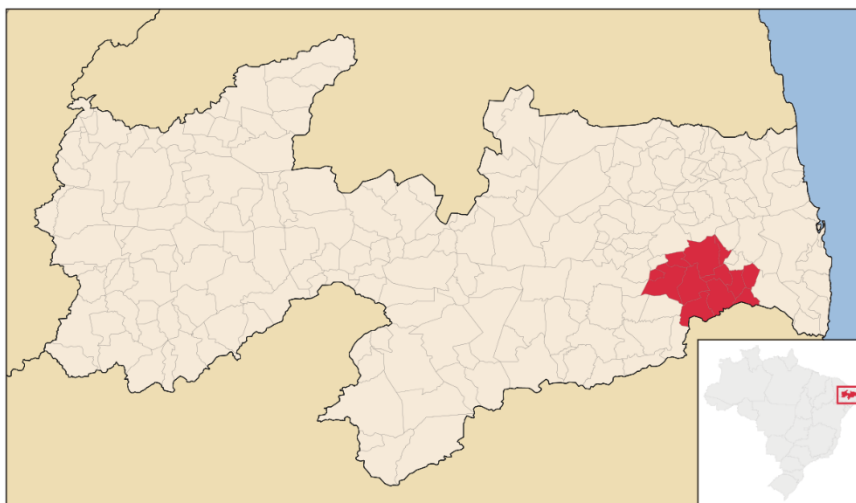
Os municípios limítrofes são: ao norte, Lagoa Seca, Massaranduba, Pocinhos e Puxinanã; ao sul, Boqueirão, Caturité, Fagundes e Queimadas; ao leste, Riachão do Bacamarte; e, ao oeste, Boa Vista.

Campina Grande realiza um grande evento cultural, o chamado “Maior São João do Mundo”, o que proporciona os mais variados contatos linguísticos, pois turistas de todo o país desembarcam na cidade durante o evento.

1.2.5. *O município de Itabaiana*

A cidade de Itabaiana está situada em uma área de 218, 915 km² (IBGE, 2015). É conhecida como a “Rainha do Vale do Paraíba”, sendo o município polo da região. Itabaiana é um dos celeiros culturais do estado, pois personalidades como Zé da Luz, Sivuca e Jessier Quirino, dentre outros, são ilustres itabaianenses. Vejamos, a seguir, a localização do município no estado da Paraíba:

Figura 8 – Localização do município de Itabaiana no estado da Paraíba



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Itabaiana_\(Para%C3%ADba\)#/media/File:Paraiba_Municip_Itabaiana.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Itabaiana_(Para%C3%ADba)#/media/File:Paraiba_Municip_Itabaiana.svg)

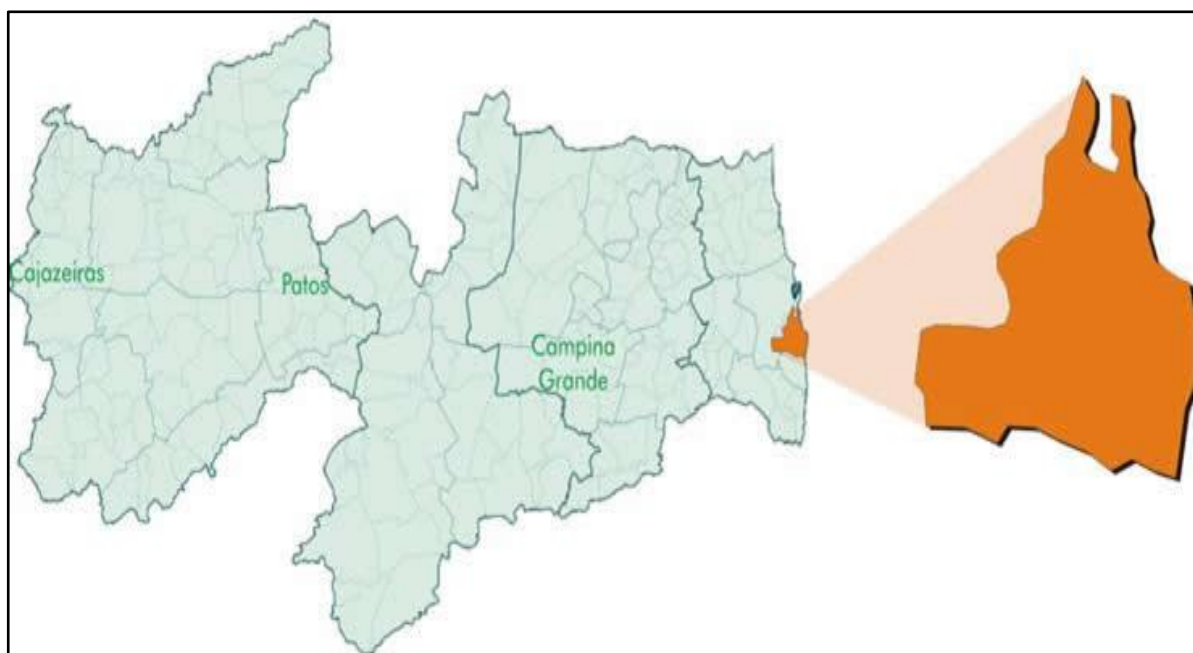
O município faz fronteira com São José dos Ramos (norte), com o estado de Pernambuco (sul), Pilar e Juripiranga (leste), Mogeiro e Salgado de São Félix (oeste). Em virtude da proximidade com cidades pernambucanas, muitos adolescentes estudam em escolas particulares ou fazem cursos técnicos nos institutos estaduais e federais em cidades como Timbaúba e Goiana (PE). Da mesma forma, jovens procuram essas mesmas cidades a fim de

estudarem em universidades particulares. Os itabaianenses também se deslocam até Recife para realizar compras ou em busca de atendimento médico. Assim, podemos observar que o contato dialetal com o falar pernambucano é uma constante.

1.2.6. O município de João Pessoa

A cidade de João Pessoa se localiza na parte litorânea da Paraíba e ocupa uma área territorial de 211, 475 Km², de acordo com dados do IBGE para o ano de 2015. Faz fronteira com os municípios de Cabedelo (norte), Conde (Sul), Bayeux e Santa Rita (oeste). A Figura 9 mostra a localização da capital paraibana no mapa do estado.

Figura 9 – Localização do município de João Pessoa no estado da Paraíba



Fonte: <http://www.agencia.ufpb.br/mapas/joaopessoa/joaopessoa.html>

A capital do estado da Paraíba nasceu às margens do rio Sanhauá, indo em direção ao litoral. É a cidade que possui um dos marcos geográficos mais relevantes do país o chamado “Extremo Oriental das Américas”, sendo o local mais próximo ao continente africano (AGÊNCIA UFPB⁹). Por conta disso é conhecida como “Porta do Sol”, pois é a cidade da

⁹ Disponível em <<http://www.agencia.ufpb.br/mapas/joaopessoa/joaopessoa.html>> Acesso em 31 de Janeiro de 2017.

América do Sul onde o sol nasce primeiro. Em virtude desse e de outros pontos turísticos, pessoas de toda parte do país visitam o município, o que proporciona o contato interdialetoal com as mais diversas variedades do português brasileiro.

João Pessoa é o maior centro econômico e industrial do estado, sendo também a maior cidade por população da Paraíba, segundo dados do IBGE (2015).

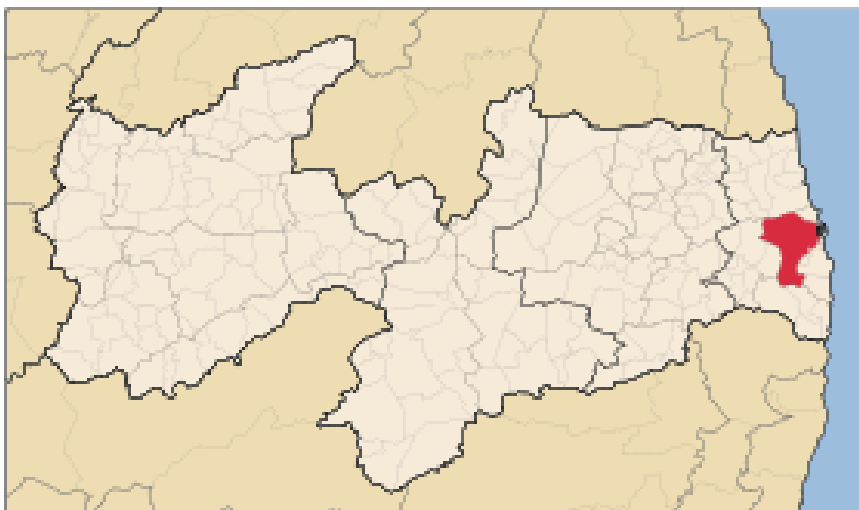
No contexto linguístico, grande parte das pesquisas realizadas nesse viés (HORA, 1993; PEREIRA, 1997; HORA, 2003; PEDROSA, 2009; LIMA, 2012; MORAIS E LIMA, 2014, PEDROSA, 2016 dentre outras) utilizaram dados de usuários da língua portuguesa da comunidade pessoense.

1.2.7. O município de Santa Rita

O município de Santa Rita está situado na região metropolitana de João Pessoa. Possui uma extensão de 730, 205 Km² (IBGE, 2015) e localiza-se a cerca de 11 km da capital. As cidades limítrofes são: Capim, Rio Tinto e Lucena, ao norte; Pedras de Fogo, Alhandra e Conde, ao sul; João Pessoa, Bayeux e Cabedelo, ao leste; e Sapé e Cruz do Espírito Santo, ao oeste. Santa Rita possui um vasto distrito industrial, o que a posiciona na quarta maior economia do estado, de acordo com o IBGE (2012).

Podemos visualizar na Figura 10 a localização da cidade no mapa do estado.

Figura 10 - Localização do município de Santa Rita no Estado da Paraíba

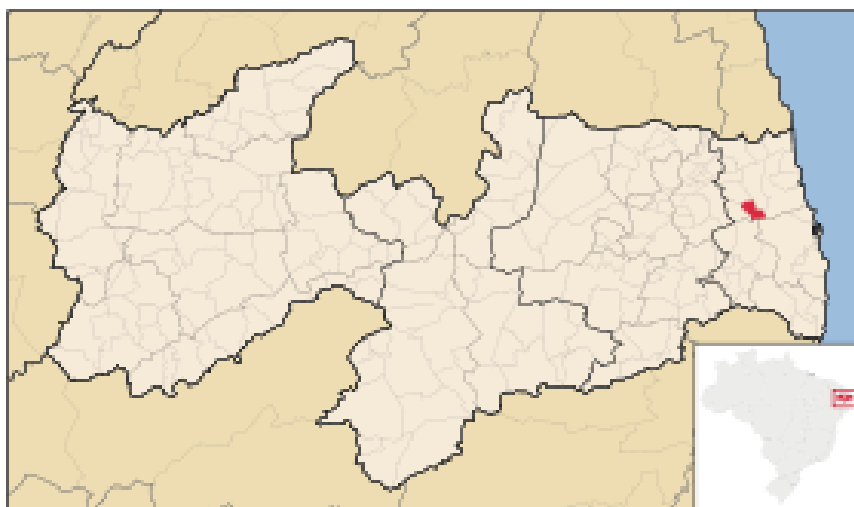


Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rita_\(Para%C3%ADba\)#/media/File:Paraiba_Municip_SantaRita.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rita_(Para%C3%ADba)#/media/File:Paraiba_Municip_SantaRita.svg)

1.2.8. O município de Capim

O município de Capim está localizado no litoral norte do estado e é conhecida como “Princesinha do Vale”. Com uma área estimada de 78,165 km² (IBGE, 2010), localiza-se a cerca de 41 km da capital paraibana. Faz limite com as cidades de Itapororoca, ao norte; Santa Rita e Sapé, ao sul; Mamanguape e Rio Tinto, ao leste; e Cuité de Mamanguape, ao oeste. Com uma população pequena (cerca de 6.441 habitantes, segundo dados do IBGE de 2016), a cidade é relativamente nova, pois a emancipação ocorreu em 27 de dezembro de 1996, tendo sido instalado como município em 1 de janeiro de 1997.

Figura 11 - Localização do município de Capim no Estado da Paraíba



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Capim_\(Para%C3%ADba\)#/media/File:Paraiba_Municip_Capim.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Capim_(Para%C3%ADba)#/media/File:Paraiba_Municip_Capim.svg)

Em virtude de sua localização geográfica, os habitantes de Capim recorrem sempre a cidade de Mamanguape ou à capital para a realização das mais diversas atividades, como estudo, saúde, dentre outros.

Com base nos dados apresentados nesse capítulo, observamos que mesmo não sendo um grande estado, a Paraíba possui uma grande heterogeneidade no que diz respeito aos aspectos geográficos e sociais, o que possibilita um contexto de diversidade linguística.

Dada essas considerações, passemos à apresentação dos conceitos por nós propostos sobre o processo de padronização de uma língua e seus desdobramentos.

CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Diversas nações no mundo são classificadas como países essencialmente monolíngues, ou seja, uma única língua é utilizada pelos membros da comunidade. Facilmente, ouvimos dizer que países como Estados Unidos, Alemanha e Brasil são exemplos de comunidades monolíngues. No entanto, é fato que existem subgrupos linguísticos dentro de tais nações, nas quais há a presença de um grupo linguístico dominante e de grupo(s) linguístico(s) minoritário(s), conforme ilustração a seguir:

Figura 12 - Grupos linguísticos dentro de um país



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Observando a Figura 12, infere-se que existe uma política linguística dominante que busca governar os demais grupos. Em geral, os grupos linguísticos minoritários são caracterizados por variedades não-padrão, sendo por vezes estigmatizadas dentro de sua própria comunidade. Daí, temos o que Milroy (2007, p. 133) chamou de *ideologia da língua padrão*. De acordo com o autor, as posições ideológicas de poder de uma forma tida como padrão

governam as atitudes linguísticas de um falante. O objetivo dessa padronização é a uniformidade ou invariância (MILROY, 2007 p. 133). Ainda segundo o autor, a eleição da variante padrão de uma determinada forma linguística é influenciada por fatores fora do próprio processo de padronização, e a união desses fatores é que constituirá a ideologia padrão (MILROY, 2007). A difusão dessa ideologia, segundo ele, tem como características a noção de uma forma “correta”, a importância da autoridade, a relevância do prestígio e a ideia de legitimidade.

Milroy (2007) trata exatamente dos aspectos levados em conta no processo de padronização de uma língua. Como mencionamos anteriormente, o referido linguista afirma que a escolha de uma forma linguística em detrimento de outra se dá por fatores externos à própria padronização. Assim, um questionamento nos vem à tona: quais seriam esses fatores externos à padronização que exercem uma influência tão forte ao ponto de refletir na escolha da forma linguística padrão? A resposta para essa pergunta nos dá indícios das prováveis causas geradoras dessa padronização. Nossa proposta é, portanto, dissertar sobre essas causas. Para tal, partiremos das conceituações propostas pelo referido autor.

A primeira delas, a noção de uma forma “correta”, diz respeito à ideia de correção, ou seja, existem formas linguísticas certas e outras erradas. Segundo Milroy (2007, p. 135), esse conceito ainda é mais rígido quando se trata de pronúncia. Sendo assim, os falantes nem sempre consentem na variação da pronúncia. Logo, temos a manifestação da cultura da língua padrão. Consequentemente, quem usa formas linguísticas não padrão é facilmente discriminado. Conforme o próprio autor aponta, no geral, as pessoas que utilizam formas não padrão pertencem a grupos sociais menos favorecidos. Deste modo, a consequência do julgamento linguístico é a discriminação dessas pessoas.

Com efeito, podemos dizer que uma das prováveis causas geradoras da padronização são as **pressões sociais**. Sob essa perspectiva, a língua é vista apenas como um produto coletivo e puramente cultural, não levando em conta o seu aspecto individual e cognitivo. Nessa ótica, a coletividade exige a uniformidade, ou seja, as estruturas linguísticas têm de estar de comum acordo entre seus usuários. Todavia, nessa concepção, a língua termina por refletir a escolha de apenas algumas pessoas com autoridade suficiente para impor as normas de linguagem para os demais pares. Aqui, retomamos a Figura 12, na qual o grupo linguístico dominante detém o poder de “ditar as regras”. Sabemos também que, quase que categoricamente, essa classe dominante é formada por um pequeno número de pessoas, sendo elas pertencentes a alguma das seguintes categorias da sociedade: ricos, intelectuais, políticos, dentre outros. Assim,

podemos dizer que a normatização linguística reflete os anseios (que estão muito longe de ser puramente linguísticos) desse “seleto” grupo.

Conforme Milroy (2007) apresenta, é inadmissível discriminar as pessoas por causa da etnia, classe social, religião etc. No entanto, segundo ele, vemos abertamente a discriminação por motivações linguísticas. Para esse linguista, o efeito da discriminação linguística é discriminar as minorias étnicas e grupos sociais menos favorecidos. Concordamos com Milroy (2007) quanto à interrelação dessas motivações, todavia acreditamos que o preconceito linguístico não apenas resulta no preconceito social, mas o encobre. Em outras palavras, é como se os sujeitos fizessem uso da “permissão” do julgamento linguístico para avaliar socialmente seu interlocutor, pois, no geral, os falantes da forma não-padrão pertencem às classes sociais mais baixas ou a localidades estigmatizadas. O próprio autor argumenta que é socialmente aceito discriminar, em uma situação de emprego, por exemplo, pessoas que usam formas não padronizadas. Contudo, se formos analisar o perfil desse falante, não será surpresa vermos que ele pertence a algum tipo de grupo minoritário. Mais uma vez, o exemplo dado pelo autor corrobora nossa proposição.

Outro fator considerado no processo de seleção, segundo Milroy (2007), é a autoridade. Na visão do autor, esse elemento diz respeito à preservação do idioma “puro”, isto é, sem influências de outras línguas. Para tanto, a língua padrão precisa ser codificada (nas palavras do referido linguista), e isso se dá na forma de dicionários, livros de gramática, dentre outros, que detêm a “autoridade” no assunto. No entanto, ressalta Milroy (2007, p. 136), muitos dos autores de tais obras não são linguistas. Observamos aqui mais um agente externo motivador da padronização, a saber, a **diferenciação social**.

Por diferenciação social entendemos ser a busca pela preservação da distinção de classes sociais, ou seja, a forma padrão deverá sempre pertencer ao grupo social mais alto e a difusão dessa variante se dá por meios que não alcançarão a todos, pois, como bem sabemos, muitas pessoas ainda não têm acesso a livros e ao estudo de qualidade. É interessante notarmos o fato de que, mesmo com políticas públicas que visam à educação básica para todos, ainda há populações sem infraestrutura, meios de transporte, materiais e manuais escolares adequados, o que resulta em baixo rendimento escolar. Como exemplo, basta citar a realidade da zona rural nordestina e das crianças ribeirinhas da Amazônia. Filgueiras (2016), ao realizar um estudo antropológico sobre a realidade de crianças ribeirinhas e quilombolas, constatou que, apesar da redução do analfabetismo nos últimos anos, através de programas de educação instituídos pelo governo, muitos ainda só sabem assinar o próprio nome (dados do IBGE, 2010). Segundo a autora, o motivo se dá devido às dificuldades de manutenção das escolas e professores, pois os

prédios encontram-se em situações precárias, falta de apoio pedagógico, dentre outros. Ainda há a questão da diminuição do número de professores, em virtude da baixa procura pela profissão ou do abandono da carreira. Observamos, assim, que a variante padrão dificilmente fará parte da realidade desses grupos, e muito menos abarcará características peculiares a essas comunidades.

Ainda segundo Milroy (2007), outro fator levado em conta no processo de eleição da variante padrão é o prestígio. Para ele, o prestígio é uma propriedade dos falantes, e não da forma linguística em si. Assim, os usuários da língua geralmente conferem o prestígio para as formas linguísticas utilizadas pelas classes sociais mais altas. O autor continua argumentando que o prestígio é um conceito escorregadio, pois os falantes podem diferir na atribuição de prestígio a grupos particulares e, portanto, a usos particulares da linguagem. Desse modo, as variedades utilizadas por membros de grupos menos favorecidos sofrerão estigma.

Vemos, mais uma vez, o fator externo “diferenciação social” agindo no processo de padronização, causando o que chamaremos de relação *reverse*, isto é, o prestígio será conferido àqueles que fazem uso da variante padrão, ao passo que os falantes que utilizam formas não padrão serão estigmatizados. Esse termo retrata o convívio relacional de oposição entre os pares, no qual ressalta-se, de maneira negativa (consciente ou inconscientemente) a distinção de classes. Conforme a própria palavra sugere, é como se os membros de uma mesma comunidade, ao invés de unirem forças para seguir em direção da harmonia linguística, movem-se para trás, ou seja, optam pelo distanciamento da coexistência linguística.

Por fim, Milroy (2007) afirma que o estabelecimento e promoção da noção de língua padrão implica a ideia de legitimidade, ou seja, a forma padrão se torna a legítima e as demais, na mente popular, ilegítimas. Para garantir essa legitimidade, há uma ampla valorização e difusão em livros, nos ambientes escolares e acadêmicos, bem como na mídia. Como consequência, emergem-se as atitudes em relação a uma língua. Numa associação óbvia, a forma padrão será avaliada positivamente pelo falante, ao passo que, a não padrão ou *substandard*, receberá atitudes negativas.

A ideia de legitimidade, portanto, recai no que anteriormente propomos ser o fator externo “pressão social”, pois vemos uma ação promovida pelo desejo coletivo de um grupo isolado, intencionando instituir a forma padrão como a legítima.

A partir do que foi até aqui apresentado, propomos a Figura 13, visando unir nossa concepção com os conceitos apresentados por Milroy (2007), com a finalidade de ilustrar o processo de padronização de uma língua.

Figura 13 - Processo de padronização de uma língua



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Nesse sentido, a Figura 13 aponta para o processo de padronização de uma língua. Analisando cada um dos fatores que atuam nesse percurso, fica mais fácil entendermos o porquê de a língua ser comumente vista como parte da identidade de uma nação. E aqui também vemos a importância da Sociolinguística, pois vem corroborar a correlação que há entre língua e sociedade.

Sendo assim, antes de uma forma linguística se tornar a padrão, ela será submetida a pressões sociais, visando à invariância e à homogeneidade da língua, com vistas a refletir os interesses de um grupo dominante. Essa ação será imbuída pela noção de diferenciação social, na qual a classe alta promoverá sua forma linguística.

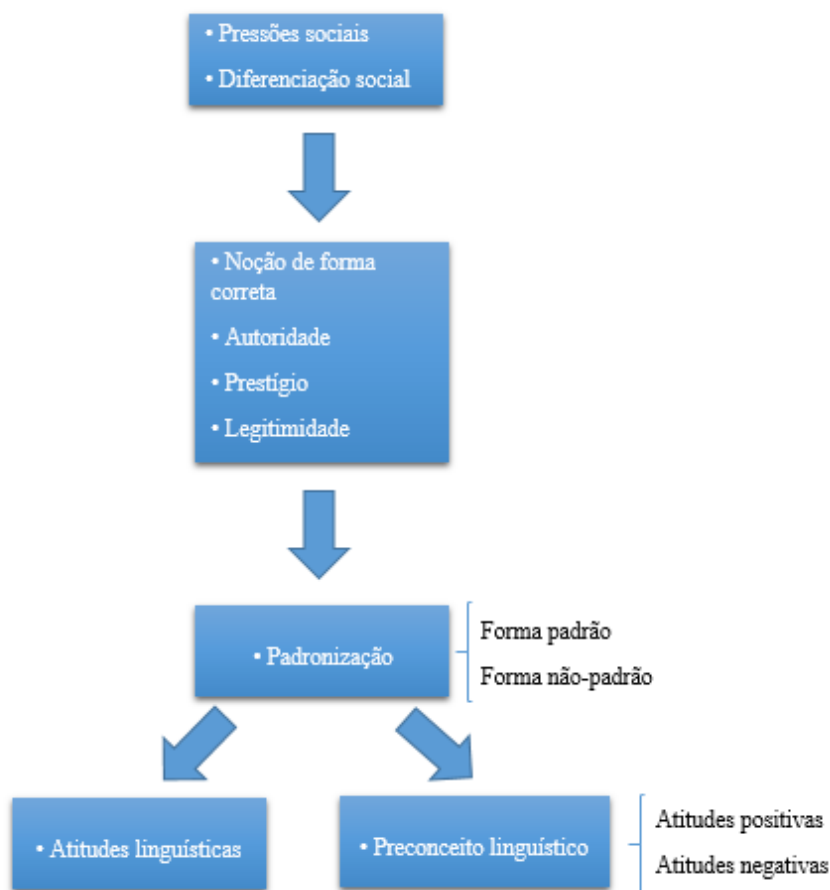
O estabelecimento desses elementos promoverá a noção de correção, na qual grande ênfase será dada à forma “correta”. Essa concepção será reforçada pela autoridade. Assim, a forma padrão se difundirá pelos meios e instituições educacionais. De maneira subjetiva, o resultado será a atribuição de prestígio à variante padrão e estigma às demais variantes,

perpassando a ideia de que forma padrão será a legítima. O encadeamento desses eventos resultará na padronização de uma língua.

Com base no que foi exposto, podemos dizer que o processo de padronização é um dos principais agentes motivadores das atitudes linguísticas. Conforme Milroy (2007) pontua, as atitudes linguísticas são dominadas por poderosas posições ideológicas que são largamente baseadas sobre a suposta existência de uma forma padrão. O referido autor complementa que os falantes não estão conscientes de que são induzidos por essas posições, ou seja, eles acreditam que suas atitudes sejam senso comum, pois creem que são noções comumente admitidas por todos. Assim, as atitudes positivas ou negativas que alguém tem em relação a uma língua são condicionadas pelo processo de padronização.

Dessa forma, podemos dizer que as atitudes linguísticas são uma das consequências da padronização, isto é, a avaliação que um falante-ouvinte faz em relação a uma determinada língua é fruto do processo de padronização. Assim, acrescentando tais elementos teremos a seguinte redefinição:

Figura 14 - O processo de padronização e suas resultantes



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Analisando a Figura 14, podemos pontuar alguns aspectos. Em primeiro lugar, vemos que a padronização pressupõe uma forma não padrão, ou seja, para cada variante padrão haverá variantes não padrão coexistindo simultaneamente. Essa convivência, no entanto, não será harmoniosa, pois haverá pressões para que uma das formas deixe de existir. Quando isso acontece, ocorre a mudança linguística. Todavia, nem sempre a mudança se efetivará e as formas padrão e não-padrão irão co-ocorrer.

Outro aspecto observado é que a padronização exerce uma influência direta nas atitudes. O resultado de tal ligação, por conseguinte, pode ser a manifestação de atitudes positivas ou negativas.

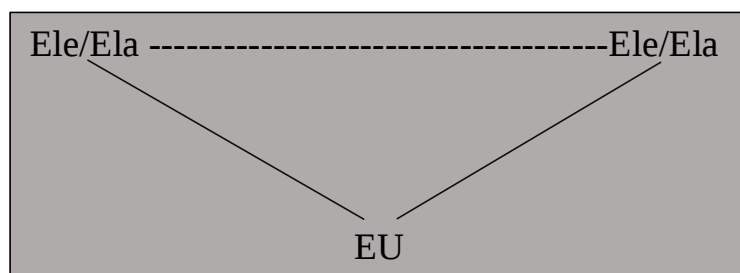
Assim, podemos apreender que as atitudes das pessoas acarretam resultados comportamentais em decorrência da ligação com os demais componentes da padronização, a saber, a noção de forma correta, a autoridade, o prestígio, a legitimidade, que por sua vez estão associadas às pressões sociais e à diferenciação social.

Esses resultados comportamentais poderão refletir na maneira como o falante-ouvinte portar-se-á frente ao seu interlocutor, ou seja, ele poderá apresentar um comportamento que demonstre interesse ou desdém. É aqui que nasce, portanto, as condutas de preconceito nas diferentes categorias sociais. Desse modo, o preconceito diz respeito a um conceito prévio e individual que temos sobre alguém ou sobre um determinado grupo. No entanto, apesar de ser individual, ele reflete as posições ideológicas propagadas pela cultura na qual fazemos parte. Na atual conjuntura social, fala-se muito do preconceito sofrido por mulheres, negros, homossexuais e deficientes físicos, mas ainda é pouco mencionado o julgamento que se faz do outro, devido à sua forma de falar. Conforme Milroy (2007) menciona, a língua também é uma categoria social, assim como o gênero, a etnia, a religião, dentre outras, e a sua discriminação deve ser igualmente combatida.

O preconceito linguístico, portanto, é mais um reflexo da padronização, conforme observamos na Figura 14, pois é o resultado do incoerente paralelo estabelecido entre a norma padrão e as variedades linguísticas. Ressaltamos que essa comparação se estabelece de maneira inadequada, devido a “língua ideal” ser a propagada pelas gramáticas e à “língua real” ser a que, de fato, as pessoas usam no dia a dia.

Um dado interessante que constatamos em nossa investigação, a ser tratado na parte reservada para a análise, é que quando falamos abertamente sobre essa temática, as pessoas parecem não reconhecer que já praticaram ou sofreram esse tipo de preconceito. Com base nessa assertiva, construímos a seguinte representação simbólica:

Figura 15 - Representação simbólica do preconceito linguístico



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Observando a Figura 15, vemos o preconceito linguístico em três vieses: a interação entre os pares, representadas pelas linhas, sendo a linha pontilhada a representação do preconceito linguístico. Percebemos, então, que para o falante a discriminação só acontece com o outro. Ele próprio não reconhece (ou não acredita) praticar ou sofrer (em sua maioria) preconceito linguístico diretamente.

Portanto, vendo o preconceito linguístico como uma resultante do processo de padronização, podemos dizer que por trás do linguístico há um emaranhado de propriedades sociais fomentando tal comportamento, conforme observamos na Figura 14. Assim, o que inferimos é o julgamento linguístico, mascarando o julgamento social. Ou seja, dizer que o modo de falar de uma determinada pessoa é “feio” ou “bonito”, serve apenas como um subterfúgio para julgar o outro por fazer parte de uma determinada classe social, raça, região geográfica ou nível de escolaridade, por exemplo. Portanto, quando avaliamos uma língua, na verdade estamos avaliando o falante dela, e não a língua em si.

No capítulo a seguir, trataremos dessa temática a partir do ponto de vista de outros autores, discutindo conceitos como crença, opinião, valores, dentre outros.

CAPÍTULO 3 – O ESTUDO DAS ATITUDES LINGUÍSTICAS

Iniciaremos o presente capítulo discorrendo sobre a relação entre língua, sociedade e identidade. Em seguida, dentro da temática atitudes, buscaremos explicitar os binômios, atitudes X comportamento, valores X atitudes e atitudes X crença e opinião. Por fim, adentraremos na área que envolve o nosso objeto de estudo propriamente dito, a saber, as atitudes linguísticas.

3.1. LÍNGUA, SOCIEDADE E IDENTIDADE

Com a finalidade de integrar-se ao meio social em que vive, o ser humano faz uso de uma língua comum aos membros de sua comunidade. A forma como o usuário se utiliza desse instrumento causará implicações na maneira como ele será visto pela sociedade, gerando uma ação de integração ou rechaço por parte dos concidadãos.

Assim, observa-se que há uma estreita conexão entre língua e sociedade e esse elo afetará diretamente a construção identitária do usuário dessa língua. Conforme o próprio nome sinaliza, a identidade diz respeito à “identificação” do falante em relação a um determinado grupo.

Verifica-se, portanto, que há uma simbiose entre língua, sociedade e identidade. Essa relação, nada simples de ser compreendida, gera diferentes julgamentos em relação à variedade linguística utilizada pelo falante. Como consequência, o próprio indivíduo também será avaliado. Desse modo, atitudes de aproximação ou distanciamento emergirão, gerando casos de prestígio social ou preconceito. Esses diferentes posicionamentos indicam que, em uma comunidade, há o convívio de usos diversificados da mesma língua. Giles, Ryan & Sebastian (1982) atestam que há uma “competição” entre as variedades linguísticas que coocorrem. Uflacker e Schneider afirmam que:

Nessa coexistência há inúmeras identidades que lutam pela sua existência e afirmação, as quais se revelam pelos seus valores e hábitos, pela forma de ser e agir e de falar, enfim, por aquilo que constitui e revela as pessoas como distintas. Especialmente a fala é carregada de valor social, o que frequentemente nos leva a julgar as pessoas como pertencentes a um grupo específico, baseando-nos exclusivamente em sua fala. A diferença entre uma pronúncia padrão ou não-padrão pode assumir um significado social crucial e revelar traços identitários, o prestígio, a classe social e a competência linguística do falante (UFLACKER; SCHNEIDER, 2008, p. 35).

Observamos, a partir da citação supracitada, que uma pessoa pode ser avaliada pela forma como utiliza a língua. Assim sendo, pode-se dizer que há uma ligação entre a prática linguística e o comportamento social. No entanto, esse elo poderá resultar na criação de estereótipos, gerando o preconceito para com as línguas e os seus usuários (CALVET, 2002), o que afeta diretamente a identidade do sujeito.

Isto posto, percebemos que a diversidade linguística, que é um retrato da diversidade sociocultural, é regida pelo poder e pelo *status* que o falante ocupa na estratificação social. Para essa realidade, quanto mais alta a posição na pirâmide social, “mais rebuscada” será a linguagem utilizada pelo indivíduo, ao passo que, para os que ocupam uma posição mais basilar, mais “simples” será o linguajar empregado. É exatamente nesse contexto que o estudo das atitudes linguísticas entra em cena, pois diz respeito a um julgamento que o ouvinte faz em relação à variedade empregada por seu interlocutor. Deste modo, por se tratar da percepção de usuários à produção de dados de fala, as atitudes possuem um caráter subjetivo e individual, ou seja, é um fator interno ao ser humano. Para corroborar esta assertiva, podemos citar Kaufmann (2011, p. 122), que afirma: “as atitudes vistas como disposições mentais são arraigadas na mente do indivíduo”. No entanto, complementa o autor, ainda que esse fenômeno tenha um caráter individual, não há como dissociar o lado social das atitudes, pois as atitudes também sofrem influências de fatores externos ao sujeito. Como exemplo, podemos citar as normas sociais e os grupos de pertença.

A seguir, adentraremos na temática das atitudes. Começaremos fazendo uma breve revisão histórica, partindo dos estudos na área da Psicologia Social, em que as pesquisas sobre atitudes têm sua gênese, até chegar ao campo da Sociolinguística, ramo no qual esse trabalho se insere.

3.2. ATITUDES: SUA ORIGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS

O interesse sobre a temática das atitudes remonta ao período áureo dos filósofos gregos. De acordo com Cargile et al. (1994), na *Retórica*, Aristóteles argumenta que o tipo de linguagem utilizada por um indivíduo teria um efeito sobre sua credibilidade ou, nos termos aristotélicos, sobre seu *ethos*. Segundo esse pensador grego, o *ethos* é um dos componentes da argumentação e diz respeito ao caráter, isto é, ao conjunto de valores morais do orador que visa influenciar o público. Segundo Cargile et al. (1994), no período renascentista, os retóricos também tinham um pensamento parecido. No início do século XX, os estudos descritivos empreendidos por Bloomfield (1933) sobre dialetos geográficos puseram em evidência tanto a

questão de variedades linguísticas que foram estigmatizadas, quanto as que tiveram prestígio concedido. Ainda segundo Cargile et al. (1994), nos anos de 1930 e 1940, uma série de pesquisas foram realizadas na Grã-Bretanha e nos EUA com o objetivo de mostrar que, com base na fala, as pessoas podem emitir juízos confiáveis e precisos sobre as características físicas e dos atributos da personalidade do falante (TAYLOR, 1934; CANTRIL; ALLPORT, 1935). É nesse cenário que se instaura um conceito científico de atitudes. É na Psicologia Social que pesquisas que visam à medição de atitudes encontra terreno fértil, passando a ser um dos conceitos basilares desse campo de estudo.

De acordo com Rodrigues; Assmar; Jablonski (2009, p. 81), muitas são as definições do termo atitude. Segundo eles, só Allport (1935), renomado psicólogo norte-americano, propôs mais de cem. Nas palavras de Rodrigues; Assmar; Jablonski (2009, p. 81), atitudes “são sentimentos pró ou contra pessoas e coisas com quem entramos em contato”. Para eles, as atitudes são resultado de atributos individuais de personalidade ou de motivadores sociais. Os referidos estudiosos definem o termo da seguinte forma:

Podemos definir atitude social como sendo uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 81).

Com base na assertiva supracitada, podemos afirmar que as atitudes possuem um caráter mais ou menos estável, isto é, não mudamos nossa atitude com relação a algo de uma hora para outra ou constantemente. Desse modo, é certo dizer que as atitudes, apesar de não serem observáveis, são capazes de serem apreendidas.

As atitudes são compostas por três elementos, a saber, o componente cognitivo, o componente afetivo e o componente comportamental. Segundo Rokeach (1974, p. 16), o cognitivo diz respeito ao conhecimento que o sujeito tem sobre o objeto social, ou seja, o que é “verdadeiro ou falso, bem ou mal, desejável ou indesejável”, nas palavras do autor. Assim, “as crenças e demais componentes cognitivos (conhecimento, maneira de encarar o objeto, etc.) relativos ao objeto de uma atitude, constituem o componente cognitivo da atitude”. (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 82).

Conforme sinaliza Rodrigues; Assmar; Jablonski (2009), para que o indivíduo tenha uma atitude no tocante a algum objeto, é preciso que haja uma representação cognitiva desse objeto. Por exemplo, se questionarmos um agricultor semianalfabeto sobre seu posicionamento quanto à utilização de flocos de milho geneticamente modificados, só haverá a possibilidade de

mensurar sua atitude, caso ele tenha conhecimento sobre o tema. No entanto, se lhe perguntarmos qual a sua atitude sobre os grãos de milho selecionados por ele para a realização do plantio, além de ele ter uma representação cognitiva, também terá um sentimento positivo à sua maneira de plantar. Assim, surge um outro fator que compõe as atitudes, a saber, o afetivo.

Em conformidade com o que o próprio termo sugere, o componente afetivo refere-se ao sentimento que o sujeito desenvolve sobre o objeto atitudinal, que pode ser favorável ou desfavorável. Para alguns psicólogos sociais, esse componente é notadamente o que mais caracteriza as atitudes.

A compreensão sobre um determinado objeto social atrelado a sentimentos e emoções nos instiga à ação, isto é, predispõe o indivíduo a agir quando o contexto o oportuniza. Para ilustrar tal assertiva, podemos dizer que um religioso fervoroso possui pensamentos e crenças que, juntamente com os sentimentos de afeição em relação à sua religião, o propicia a ter comportamentos consistentes com o que a sua fé propaga. Assim sendo,

Devido a este caráter instigador à ação quando a situação o propicia, as atitudes podem ser consideradas como bons preditores de comportamento manifesto. Dir-se-á, porém, que nem sempre se verifica absoluta coerência entre os componentes afetivo e comportamental das atitudes. Não raro encontramos pessoas que se dizem católicas, protestantes ou israelitas, mas que não se comportam de acordo com as prescrições destas religiões (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 84).

Observamos, a partir da citação supracitada, que nem sempre as atitudes podem prever comportamentos. No entanto, analisando a fundo tal questão, notamos que se a atitude não condiz com o comportamento, é porque algum dos componentes atitudinais está faltando. Voltemos ao exemplo apresentado na citação.

Se alguém que se diz católico não cumpre os sete sacramentos celebrados pelo catolicismo, que são, batismo, confirmação (ou crisma), eucaristia, reconciliação (ou penitência), unção dos enfermos, ordem e matrimônio, podemos dizer que tal sujeito não o faz, em virtude de:

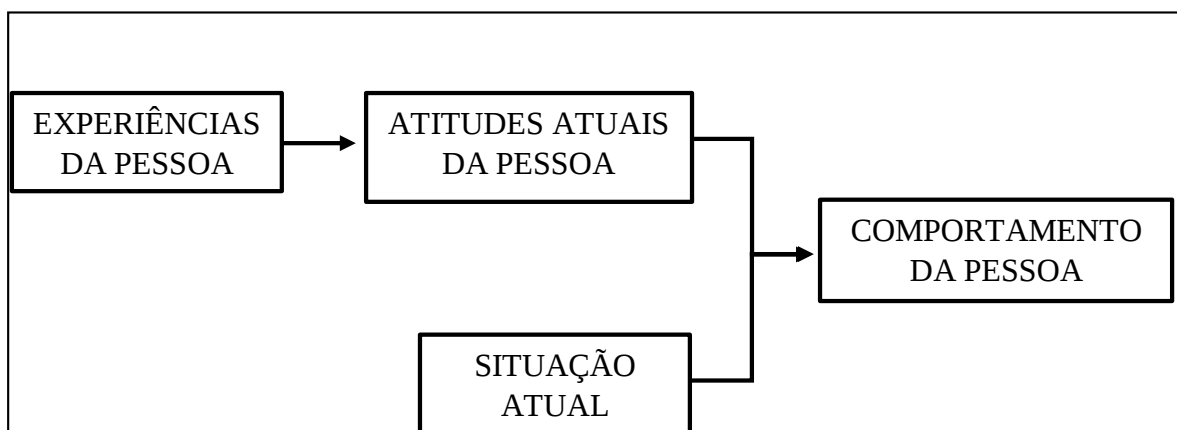
- não ter o conhecimento total de tais prescrições, ou;
- não crer, de fato, em tais dogmas, isto é, não possui um sentimento de afeição à tal doutrina, ou;
- não apresenta um comportamento condizente com um católico.

Observamos, em cada um desses pontos, uma congruência com cada componente das atitudes. No entanto, vale salientar que não é nosso interesse adentrarmos nessa questão, apenas levantar esse questionamento, pois nosso objetivo é tratar apenas de atitudes de cunho linguístico, e não comportamental.

3.3. ATITUDES E COMPORTAMENTO: O PAPEL DAS NORMAS SOCIAIS

Ao falar sobre a função das atitudes no desencadeamento de um comportamento, Newcomb et al. (1965, *apud* RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 84) argumentam que determinada ação de um indivíduo é orientada por atitudes sociais que, atrelada a uma dada situação, ocasiona o comportamento da pessoa. Os autores exemplificam isso na seguinte figura:

Figura 16 - Papel das atitudes na determinação do comportamento



(Adaptado da Fig. 3.6 de Newcomb, Turner e Converse, 1965 *apud* RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 84)

Realizando uma análise livre da Figura 16, vemos que a associação das circunstâncias, das experiências e todo o antecedente de acontecimentos, ou seja, o *background* de um indivíduo, gera um conjunto das atitudes atuais que, atrelado ao contexto situacional, predispõe a um determinado comportamento. Deste modo, Tirandis (1971, p. 14) argumenta que:

[...] as atitudes envolvem o que as pessoas pensam, sentem e como elas gostariam de se comportar em relação a um objeto atitudinal. O comportamento não é apenas determinado pelo que as pessoas gostariam de fazer, mas também pelo que elas pensam que devem fazer, isto é, normas sociais, pelo que elas geralmente têm feito, isto é, hábitos, e pelas

consequências esperadas de seu comportamento (TIRANDIS, 1971, p. 14 *apud* RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 85).

Partindo dessa assertiva, vemos um outro elemento agindo sobre a correlação entre atitude e comportamento, a saber, as normas sociais, que se referem aos códigos habituais de conduta que regulam a interação entre os pares. No contexto sociológico (GRONHAUG, 2000), as normas dizem respeito às perspectivas da sociedade sobre o comportamento apropriado. Suas origens podem ser localizadas em leis, expectativas e valores estabelecidos, que são adquiridas por meio da socialização. Assim, cada grupo social possui um sistema de regras comportamentais. A sociedade como um todo, por sua vez, dispõe de um conjunto de valores e princípios que norteiam a interrelação entre esses grupos. As normas sociais não permitem termos certos tipos de comportamento. Isso explica, por exemplo, o fato de indivíduos que possuem algum tipo de preconceito apresentar, numa dada situação social, uma atitude positiva frente ao elemento de sua discriminação. Assim, como bem sumariza Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 86) baseados em Newcomb, “o comportamento é uma resultante de múltiplas atitudes”.

Fishbein e Ajzen (1980 *apud* RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 2009, p. 89) apresentam os elementos que antecedem a formação das atitudes e das normas subjetivas, estas, segundo eles, dizem respeito à impressão que o indivíduo tem com relação à aprovação ou não pelos seus pares, de um certo comportamento e sua motivação em conformar-se a esta possibilidade.

Assim, a intenção comportamental pode ser vista como uma função das atitudes e das normas subjetivas. Entretanto, Gorsuch e Ortberg (1983) acrescentam que valores morais também podem influenciar intenções comportamentais em situações moralmente relevantes.

Vejamos agora um pouco sobre o papel dos valores dentro dessa temática.

3.4.VALORES X ATITUDES

Valores, segundo Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 91), “são categorias gerais dotadas também de componentes cognitivos, afetivos e predisponentes de comportamento, diferindo das atitudes por sua generalidade”. Assim, observamos que os valores possuem um aspecto mais global, ao passo que as atitudes são mais específicas.

Os valores, também aprendidos por meio da socialização, são convicções básicas que norteiam a vida dos seres humanos. Podem ser definidos como um parâmetro que orienta a ação

e, dessa maneira, desenvolver as atitudes em relação a um objeto atitudinal, visando avaliar moralmente a si mesmo e aos seus pares. Rokeach (1974, p. 3) caracteriza valores como “crença duradoura de que um modo específico de conduta ou estado final de existência é pessoal ou socialmente preferível a um modo de conduta ou estado final de existência oposto ou inverso”.

A partir do que foi exposto, pode-se dizer que os valores, conforme o próprio termo sinaliza, representa aquilo que tem “valor”, que ocupa um lugar de primazia, em oposição ao que o indivíduo coloca em segundo plano.

Interpretando o valor como uma ideia ou uma convicção do indivíduo sobre uma meta que vai além do contexto situacional, variando em grau de importância e servindo como uma regra que dirige a vida do indivíduo, Schwartz; Bilsky (1987) propõem a teoria dos tipos universais dos valores. Esses valores são produtos das necessidades primárias do ser humano. Logo, temos os seguintes tipos motivacionais de valores: a) autodireção; b) realização; c) estimulação; d) conformidade; e) hedonismo; f) poder; g) tradição; h) benevolência; i) segurança; e j) universalismo. Cada um desses tipos, por sua vez, gera um grupo de valores mais específicos.

Observamos, portanto, que a correlação entre valores e atitudes se dá por meio desses tipos motivacionais. Em outras palavras, a atitude de um indivíduo frente ao seu objeto social, será resultante de um ou da soma de alguns desses valores.

Em suma, a característica de generalidade dos valores e de especificidade das atitudes faz com que uma mesma atitude possa derivar de dois valores distintos. Assim, por exemplo, uma pessoa pode ter uma atitude favorável a dar esmolas a um pobre por valorizar a caridade e o bem-estar do outro, e outra por valorizar o desejo de mostrar-se poderoso e superior (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 92).

Assim, conforme Rodrigues; Assmar; Jablonski (2009, p. 91), múltiplas atitudes podem ser derivadas de alguns poucos valores: “O valor religião, por exemplo, envolve atitudes em direção a Deus, à Igreja, a recomendações específicas da religião, à conduta dos encarregados das coisas da Igreja etc.”

A seguir, discutiremos sobre mais dois conceitos amplamente utilizados nos estudos sobre atitudes.

3.5. ATITUDES X CRENÇA E OPINIÃO

Não há como falar sobre atitudes sem que os temas crença e opinião entrem em cena. Le Bon, um dos pais da Psicologia Social, tratou da diferenciação entre esses dois conceitos. Para Le Bon (1922), uma crença não é racional, pois é caracterizada como um ato de fé. De origem inconsciente, ela é involuntária e “força” (palavra do autor, p. 13) o ser humano a adotar uma explicação, uma opinião, uma ideia ou até mesmo uma doutrina. Segundo ele, “Tudo quanto é aceito por um simples ato de fé deve ser qualificado de crença” (LE BON, 1922, p. 13). Assim, uma crença não necessita ser provada ou testada. O referido autor argumenta que devido à natureza inconsciente e involuntária das crenças, elas possuem um caráter firme e sólido, por isso que as crenças, quer sejam religiosas, quer sejam de cunho político ou social, têm sempre um papel ativo e influente na história da humanidade. A crença, portanto, nada mais é do que uma grande convicção.

No que diz respeito às opiniões, Le Bon (1922) afirma que os mesmos princípios que regem as crenças são perfeitamente aplicados às opiniões. No entanto, nas palavras do autor, “as opiniões representam geralmente pequenas crenças, mais ou menos transitórias” (LE BON, 1922, p. 14). Deste modo, pode-se dizer que a opinião representa um ponto de vista. Esse aspecto justifica porque frequentemente mudamos nossas opiniões. Em outras palavras, é mais fácil mudarmos nossas opiniões do que nossas crenças. Se nos apresentarem um novo ponto de vista carregado de conteúdo argumentativo que nos convença, mudaremos nossa opinião sem maiores problemas. No entanto, a crença tende a ser mais estável, conforme mostramos anteriormente.

Le Bon (1922, p. 15) assevera que “muitas vezes distintas nos seus esforços, crenças e opiniões pertencem, no entanto, à mesma família”. Todavia, parafraseando o referido autor, se alguém defende uma opinião com muita veemência, é porque essa ideia, na verdade, não pertence ao domínio da opinião, mas sim, da crença. Assim, observamos que a crença envolve elementos afetivos, pois entra em jogo uma carga emocional, ao passo que, a opinião pertence ao domínio das ideias. Vale salientar que quando falamos em domínio das ideias, estamos dizendo que as opiniões envolvem apenas operações conceptuais, sem agregar algum tipo de ciência ou teoria, ou seja, é apenas o que alguém “acha/pensa” sobre alguma coisa. No momento que uma crença ou opinião é testada ou comprovada, ela passa a ser um conhecimento: “se a exatidão da crença é verificada mais tarde pela observação e a experiência, cessa de ser uma crença e torna-se um conhecimento” (LE BON, 1922, p. 13).

Apesar da estreita relação de cada dos temas abordados, não podemos confundir as atitudes com comportamento, normas morais, valores, crenças e opiniões. De fato, na formação de uma atitude, em algum momento cada um desses tópicos entra em cena. No entanto, as atitudes vão mais além, pois envolvem escolha, reflexão e, por isso, estão em constante movimento.

As atitudes são suscetíveis de mudanças, não sendo, porém, inatas; desenvolvem-se e organizam-se com a experiência, e são dinâmicas, uma vez que levam o indivíduo a perceber coisas e pessoas que o rodeiam de maneiras diferentes sem parar de refletir. (CARDOSO, 2015, p. 16).

Devido ao caráter dinâmico, as atitudes são caracterizadas como um processo, e não um produto. É neste ponto que as atitudes diferem do comportamento, normas morais, valores, crenças e opiniões. Apesar da especificidade de cada um deles, no que tange à convergência, eles representam um produto sócio histórico e cultural, ao passo que, as atitudes, além do aspecto social, envolvem uma avaliação subjetiva e individual.

Assim, dada essas considerações, adentraremos no campo de estudo no qual nossa pesquisa está fundamentada, a saber, as atitudes linguísticas. Veremos, no capítulo seguinte, o lugar das atitudes linguísticas dentro da Sociolinguística e quais os principais estudos realizados fora e dentro de nossas fronteiras.

CAPÍTULO 4 – ATITUDES LINGUÍSTICAS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E OBJETO DE ESTUDO

Ao observarmos as diferentes configurações sociais existentes em nosso país, notamos que há uma estreita relação entre essas configurações e o falar dos grupos que compõem tal sociedade. Seguindo essa linha, por muito tempo as pesquisas sociolinguísticas realizadas no Brasil buscaram analisar as variedades linguísticas existentes nas diferentes esferas sociais, deixando em aberto algumas questões que envolvem a correlação entre fenômenos linguísticos e fatos socioculturais. Todavia, recentemente, um outro ramo de investigação tem suscitado interesse em solo brasileiro, a saber, o estudo das atitudes linguísticas. Conforme vimos no capítulo anterior, os estudos sobre essa temática iniciaram-se na Psicologia Social. No entanto, vale salientar que as pesquisas sobre atitudes no viés sociolinguístico nascem em conjunto com o próprio surgimento da Sociolinguística.

4.1. O ESTUDO DAS ATITUDES LINGUÍSTICAS

Os primeiros estudos sobre atitudes linguísticas foram realizados por Lambert e colaboradores (1960). Os pesquisadores formularam um experimento que ficou conhecido como *matched guise technique* (MGT), com o intuito de averiguar o julgamento de canadenses sobre o seu próprio falar. Vale lembrar que o Canadá é um país bilíngue, tendo como línguas oficiais o inglês e o francês. Para que a pesquisa fosse realizada, falantes dessas duas línguas gravaram o mesmo texto, sendo uma vez em francês e a outra em inglês. As informações gravadas foram aleatoriamente distribuídas. Assim, ao ouvir a série de gravações, as pessoas que se prontificaram em participar da pesquisa imaginavam que leitores distintos estavam lendo o texto em questão. O “grupo de juízes” (nomenclatura atribuída por Lambert aos ouvintes), após ouvirem os áudios, deveriam realizar, na medida do possível, uma avaliação sobre os atributos da personalidade de cada falante, baseados apenas na fala. Num total de quatorze atributos, os jovens convidados teriam que atribuir valores no tocante à beleza, confiabilidade, altura, dentre outros, dentro de uma escala que iria de *muito pouco* a *muito*. As diferentes avaliações refletiram as atitudes dos informantes para com as duas línguas. O francês canadense teve uma avaliação mais negativa, comparado ao inglês. Esses dados mostraram que as atitudes dos participantes estavam associadas à língua do leitor, e não ao leitor em si, pois um mesmo informante obteve médias diferenciadas, isto é, ele foi mais bem avaliado quando leu o texto

em inglês. Esse resultado revela a existência de estereótipos na construção da própria identidade do indivíduo (CYRANKA, 2007, p. 26).

Conforme dissemos anteriormente, o estudo sobre atitudes dos falantes no viés sociolinguístico inicia-se juntamente com o nascimento da Sociolinguística. William Labov, no ano de 1963, empreende uma investigação sobre a realização dos ditongos /ay/ e /aw/ entre os moradores da ilha de Martha's Vineyard, na costa de Massachusetts. O linguista americano percebeu que a alternância da produção fonética estava estritamente relacionada às atitudes dos falantes da ilha. Aqueles que desejavam permanecer na comunidade, centralizavam o [a] dos ditongos, mantendo a pronúncia típica da região que, por sinal, trata-se de uma variante estigmatizada. Por outro lado, aqueles que tinham o desejo de imigrar para o continente ou simplesmente porque mantinham maiores contatos com a população continental, adotavam as pronúncias [ay] e [aw], típicas da língua padrão. O primeiro grupo era composto por pescadores que não aceitavam a chegada dos turistas na ilha. O segundo grupo, por sua vez, era formado pela população mais jovem da comunidade. Tais dados revelam “o quanto a variável social incide nos comportamentos linguísticos e, portanto, nas atitudes dos falantes em relação à língua” (CYRANKA, 2007, p. 27).

Outro trabalho de destaque realizado por Labov (1966) sobre atitudes foi o que tratou da correlação entre o uso de diferentes variantes que marcam a estratificação social da comunidade pesquisada. O objeto de estudo foi o uso do [r] em posição pós-vocálica por vendedores de lojas de departamento da cidade de Nova York. Os dados revelaram que os empregados convergiam para o uso da variante de consumidores que possuíam maior padrão socioeconômico, ou seja, os vendedores das lojas com clientes de maior poder aquisitivo destacavam mais a pronúncia do [r], assemelhando-se, assim, ao falar da camada mais elevada da sociedade nova-iorquina da época. Os resultados mostraram que, mais uma vez, o uso de variantes incide na forma como o ouvinte julga o seu interlocutor.

No que diz respeito às investigações sobre atitudes linguísticas no contexto brasileiro, podemos dizer que ainda é um campo de estudo recente, haja vista o fato de se ter um número reduzido de pesquisas que versem sobre essa temática.

Na seção seguinte, apresentaremos um resumo de algumas das principais pesquisas empreendidas sobre atitudes linguísticas no cenário brasileiro.

4.2. PESQUISAS SOBRE ATITUDES LINGUÍSTICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Os estudos sobre atitudes linguísticas no cenário brasileiro têm voltado a atrair, mais recentemente, os olhos dos pesquisadores da área da Sociolinguística. Todavia, ainda não há uma quantidade elevada de trabalhos que discutam essa temática, quando comparado ao vasto número produzido fora dos limites nacionais. No entanto, observa-se um crescente interesse sobre o tema, conforme veremos a seguir, com a resenha de alguns dos trabalhos realizados no Brasil.

Um dos primeiros trabalhos realizados no Brasil ao qual tivemos acesso foi o estudo de Alves, sob o título *Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo: abordagem prévia*. Defendida no ano de 1979, essa dissertação objetivou apreender as atitudes de nordestinos, especificamente baianos e pernambucanos que migraram para São Paulo em busca de emprego, em relação ao falar paulista e nordestino. Para este fim, foram selecionados 116 informantes, entre 18 e 45 anos, do sexo masculino e segmentados nos níveis socioeconômicos alto e baixo. Como estímulo às manifestações de atitudes, a pesquisadora aplicou um questionário composto por perguntas abertas e fechadas (adaptamos algumas delas para nossa investigação, conforme veremos nos procedimentos metodológicos) e dados de fala gravada. Os resultados apontaram que os indivíduos da classe social baixa avaliaram positivamente a variedade paulista, achando tal variedade mais “bonita e correta” e, por esse motivo, buscando acomodar sua fala a dos paulistas. Por outro lado, os de nível socioeconômico alto revelaram atitudes positivas para seu dialeto local, considerando seu falar como marca identitária o que, segundo a autora, indica que esses informantes não sofreram pressões econômicas tão fortes.

Na década de 80, um dos estudos que versaram sobre essa temática foi o de Bortoni-Ricardo (1981), intitulado *A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social*. O objetivo da pesquisa foi apreender as atitudes de dois diferentes grupos de estudantes da capital federal: alunos de graduação da Universidade de Brasília e estudantes de curso supletivo. Com esses dados já podemos inferir o nível socioeconômico das pessoas pertencentes a cada um dos grupos. A metodologia da pesquisa consistiu na aplicação da técnica de falsos pares, na qual foram feitas gravações pelo mesmo informante, sendo uma com a aplicação da norma padrão de concordância verbal e a outra com a concordância verbal não padrão. A análise das reações subjetivas dos participantes da pesquisa apontou que a forma não padrão da concordância verbal é estigmatizada pelos universitários, enquanto os alunos com baixa

escolarização não reprovam esse uso. Segundo a referida autora, esse último grupo possui uma falta de compreensão sobre a concordância verbal que foge da norma padrão.

Nos anos 90, Mota (1994) realizou uma investigação com o tema *Teste de reação subjetiva: relatório de uma experiência*, na qual buscava avaliar as atitudes de falantes de diferentes estados brasileiros, mas que moravam em uma mesma comunidade, Florianópolis - Santa Catarina. Os estímulos sonoros utilizados para tal pesquisa foram obtidos por meio da gravação de falas de quatro estudantes masculinos, entre 27 e 36 anos, participantes do VI Instituto Brasileiro de Linguística (IBL). Esses informantes eram provenientes de Santa Catarina (2), Alagoas (1) e Minas Gerais (1), tendo este último nascido no Rio de Janeiro, no entanto, mudou-se para as terras mineiras ainda muito criança. As gravações seguiram uma linha informal, tendo como temas viagens e televisão. A pesquisa contou com 24 (vinte e quatro) ouvintes, todos estudantes do VI IBL, naturais de diferentes partes do país. As variáveis sexo e faixa etária não foram controladas. As amostras foram avaliadas por meio do julgamento de pares de vocábulos com valores opostos, tais como, correto-incorreto, agradável-desagradável, compreensível-incompreensível, bonito-feio, dentre outros. Os dados da pesquisa apontaram que os ouvintes apresentaram atitudes negativas para as falas menos prestigiadas do dialeto catarinense, comparada às variedades mineira e alagoana. Os participantes julgaram tal variedade como “feia” e “descuidada”. Mota (1994) conclui sua investigação afirmando que falantes de distintas zonas linguístico-geográficas reconhecem a variação linguística entre as diferentes regiões brasileiras e avaliam o falar do outro como “musical”, “agradável”, “incompreensível”, dentre outros.

Com a tese intitulada *Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora – MG*, Cyranka (2007) investigou o julgamento de alunos de oitava série do Ensino Fundamental de cinco escolas públicas em relação a três variedades linguísticas, dentro do contínuo rural-urbano. A autora também incluiu uma escola privada para servir de contraponto. Utilizando a técnica de estímulos pareados (LAMBERT, 1960), foi aplicado um teste de atitudes linguísticas como medida indireta. Já como medida direta, a pesquisadora utilizou um teste de crenças, que foi aplicado aos mesmos estudantes, aos professores desses alunos e a graduandos do curso de Letras da UFJF. O objetivo desse segundo instrumento foi verificar se havia alguma correlação entre as crenças dos alunos e dos professores e, em caso afirmativo, se elas interferiam no desenvolvimento de competências de uso da variedade padrão por parte dos alunos.

No que diz respeito ao primeiro instrumento, os resultados mostraram que os alunos tanto da escola pública quanto da privada apresentaram atitudes positivas frente à variedade

rurbana, isto é, aquela situada entre a rural e a urbana. A autora também verificou que os estudantes relacionaram a variedade urbana/culta com a dimensão de poder, enquanto que as variedades rurbana e rural foram relacionadas com a dimensão de solidariedade. Os discentes moradores da zona rural apresentaram uma avaliação negativa frente à variedade culta, o que, segundo Cyranka (2007), gera consequências pedagógicas significativas, pois cabe à comunidade escolar reconhecer que esses estudantes levam seus traços linguísticos e culturais para a escola, ficando ao cargo dessa instituição aprimorar a competência de uso da língua materna. Já o teste de crenças mostrou que 40,9% dos professores ainda julgam verdadeira a crença de que para escrever direito deve-se aprender gramática.

A autora observou um embate entre os resultados pareados do teste de atitudes e do teste de crença por parte dos alunos. De um lado, esses discentes apresentaram um conflito entre a valorização do seu falar e a alegação de que não sabem escrever bem, nem falar bem. Eles consideram também que sua variedade linguística é “menos correta” do que a escrita. Cyranka (2007) conclui que os dados demonstram haver um sistema de crenças, algumas delas equivocadas, que afetam a aquisição da variedade culta da língua materna. Todavia, observa a pesquisadora, há indícios de mudança de posição entre os graduandos do curso de Letras.

As localidades paranaenses de Santo Antônio do Sudoeste, situada na região Sudoeste, na fronteira com a Argentina, e Irati, localizada na região Sudeste, foram alvos de uma pesquisa sobre atitudes linguísticas realizada por Corbari, em 2013. A autora escolheu essas localidades devido a constituírem um quadro sociolinguístico complexo, em razão da situação fronteiriça ou de imigração. Tais comunidades abrigam uma diversidade de grupos étnicos minoritários, que usam variedades linguísticas diferentes da língua majoritária, nesse caso, o português brasileiro. O trabalho buscou investigar se o cenário de línguas em contato gerava atitudes linguísticas distintas em tais comunidades, em consequência das condições social, histórica e geográfica singular. O *corpus* da pesquisa foi coletado por meio de entrevistas através projeto do *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato* (AGUILERA, 2009). Foram selecionados dezoito (18) informantes de cada cidade, distribuídos em três diferentes faixas (18 a 30 anos; 31 a 50 anos e 51 a 70 anos), pertencentes a três níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior), sendo dos sexos masculino e feminino. Foi elaborado um questionário com perguntas adaptadas ao contexto sociolinguístico e cultural de cada uma das localidades estudadas, contendo perguntas que visavam apreender as atitudes linguísticas dos participantes no tocante aos falantes, às línguas em contato e ao português. No geral, os informantes avaliaram positivamente as línguas minoritárias e seus falantes em ambas as localidades pesquisadas. Um pequeno grupo de pessoas apresentaram atitudes negativas,

manifestando um certo preconceito baseado em estereótipos culturalmente construídos. As variáveis controladas não se mostraram primordiais na explicação das atitudes linguísticas para essa pesquisa, o que levou a pesquisadora a levá-las em conta apenas quando apresentaram uma polarização de respostas.

Mais recentemente, uma das pesquisas sobre percepção de ouvintes no tocante à língua falada que merece destaque foi a empreendida por Oushiro (2015). Sob o título *Identidade na Pluralidade. Avaliação, Produção e Percepção Linguística na Cidade de São Paulo*, a autora buscou analisar as inter-relações entre a expressão de identidades sociais na comunidade paulista, por meio de variáveis sociolinguísticas, verificando se há alguma influência dos significados sociais dessas variáveis em processos de variação e mudança linguística. Vale destacar que a cidade de São Paulo apresenta um contexto multifacetado, numa perspectiva social e demográfica. Os usos linguísticos analisados foram:

- a realização de /e/ nasal como monotongo [ẽ] ou ditongo [ẽj]. Exemplo: *fazenda*;
- a pronúncia de /r/ em posição de coda como tepe [r] ou retroflexo [ɽ]. Exemplo: *porta*;
- a concordância nominal de número. Exemplo: *as casas/ as casa*;
- a concordância verbal de primeira e terceira pessoa do plural. Exemplo: *nós fomos/ nós foi, eles foram/ eles foi*.

As variáveis sociais controladas foram *sexo/gênero, classe social e o nível de escolaridade*.

O *corpus* da pesquisa foi composto por 118 (cento e dezoito) entrevistas sociolinguísticas realizadas com informantes nativos, nos moldes teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]). Também foi utilizada a técnica dos estímulos pareados (LAMBERT et al., 1960) a fim de verificar os dados atitudinais.

Os dados indicaram que há diferentes tendências de aplicação, muito embora todos os fatores linguísticos e sociais tenham se correlacionado de modo bastante semelhante entre si. Vejamos os resultados apontados pela pesquisadora:

► Observou-se uma mudança em relação à variante ditongada [ẽj]. Para a autora, a rápida difusão dessa forma linguística pode ser justificada pelo fato de ser um marcador para os paulistanos.

► Divergência quanto ao uso de (-r) por parte da camada mais jovem da população, pertencentes a diferentes classes sociais. De acordo com Oushiro (2015), o forte emprego do retroflexo entre a juventude de classes mais baixas foi motivado devido a tal variante ser

interpretada como uma forma local e de prestígio, em contraposição à fricativa, normalmente associada aos nortistas e nordestinos moradores da capital paulista, sendo esta variante estigmatizada.

► padrões de variação estável quanto às concordâncias nominal e verbal nas partes periféricas da comunidade e tendência de mudança para o uso da variante padrão nas regiões mais centrais da cidade. Segundo a pesquisadora, o encaixamento social dos dois tipos de concordâncias analisadas ocorre de maneira semelhante. Todavia, a marca zero de concordância nominal ocorre com mais frequência, devido a agregar significados sociais como “masculinidade”, paulistanidade” e “morador da Mooca”.

A seguir, veremos algumas das pesquisas sobre percepção e atitudes linguísticas realizadas com paraibanos.

4.3 PESQUISAS SOBRE ATITUDES LINGÜÍSTICAS NO CONTEXTO PARAIBANO

Nesta seção, serão apresentados alguns dos principais trabalhos que tiveram o objetivo de estudar a atitude/percepção linguística no falar paraibano.

Ramos (1998), em seu artigo intitulado *Atitudes linguísticas de falantes da cidade de João Pessoa*, buscou apreender as impressões dos pessoenses sobre o seu próprio falar e sobre outras variedades linguísticas. O *corpus* da pesquisa foi retirado de entrevistas realizadas pelo Projeto de Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB). Os participantes foram estratificados quanto ao sexo (masculino e feminino), faixas etárias (15-25 ano; 26-49 anos; e mais de 50 anos) e anos de escolarização (analfabeto; 1-4 anos; 5-8 anos; 9-11 anos; mais de 11 anos). Ramos (1998) atesta que os participantes da pesquisa reconhecem a variação regional, assimilam o “falar correto” ao uso de regras gramaticais e relacionam o grau de instrução à forma de falar. Outro dado interessante é que, de modo simultâneo, esses indivíduos apresentam atitudes negativas em relação a particularidades de sua própria fala, e atitudes positivas frente ao dialeto local.

Outra investigação de cunho qualitativo foi realizada por Hora (2011) sobre as atitudes dos falantes em relação ao falar do outro e sobre suas percepções sobre os processos de variação. O *corpus* da pesquisa foi formado a partir das entrevistas dos 60 (sessenta) informantes do VALPB (HORA, 1993) e sedimentados socialmente conforme a estratificação desse projeto (sexo, faixa etária e anos de escolarização). Foi utilizado o método direto, por meio do qual as

perguntas¹⁰ levavam os participantes a emitirem seus pontos de vista a respeito do seu jeito de falar e o de seus pares. Os dados apontaram que tanto homens quanto mulheres de todos os grupos etários pesquisados manifestaram juízo de valor acerca do modo de falar das pessoas, utilizando termos como “arrastado”, “cantado”, dentre outros. Todavia, o grau de escolaridade mostrou-se relevante na análise. Aqueles mais escolarizados realçaram aspectos como o (-r) do paulista, o “s” do gaúcho e o chiado do carioca (palatalização do /S/). Para este último, os informantes manifestaram atitudes negativas quanto à aplicação do fenômeno, caracterizando-se como um estereótipo do falar carioca para tal comunidade.

Lopes (2012) empreendeu uma investigação sobre a percepção e a preferência de pessoenses quanto ao sotaque regional e o suavizado, em situação formal e informal no telejornalismo local. Por sotaque suavizado, entende-se a não utilização de variantes linguísticas regionais. As variáveis sociolinguísticas analisadas foram: a monotongação, palatalização das oclusivas dentais, enfraquecimento do /R/ em coda medial, harmonização vocálica, palatalização do /S/ em coda medial sucedido de oclusivas dentais e a assimilação da oclusiva dental. O *corpus* da pesquisa foi composto por 105 (cento e cinco) juízes ouvintes que deveriam ouvir frases-veículo contendo a ocorrência e a não ocorrência das variantes linguísticas locais. Os dados foram gravados por três jornalistas nativas. Após ouvirem os estímulos sonoros, os informantes deveriam responder qual das duas realizações eles tinham preferência para a fala de apresentadores de telejornal, para os membros de sua comunidade e para a própria fala, respectivamente. Os resultados apontaram que em contexto formal o sotaque suavizado foi o escolhido pelos ouvintes para todas as variantes linguísticas apresentadas, ao passo que, em contexto informal, o sotaque regional foi o selecionado pelos participantes da pesquisa.

Em uma pesquisa realizada sob o título *Acomodação Dialetal: análise da fricativa coronal /S/ em posição de coda silábica por paraibanos residentes em Recife*, Lima (2013) analisou o processo de acomodação (GILES et al., 1987) dialetal de paraibanos residentes na capital pernambucana. Para este fim, o fenômeno fonológico elegido foi o comportamento da fricativa coronal /S/ em coda silábica, devido a ser uma das marcas dialetais distintivas entre ambas variedades. O estudo contou com a participação de 9 (nove) paraibanos que moravam em Recife por, no mínimo, dois anos. A coleta dos dados se deu por meio de entrevista sociolinguística e da leitura de dois textos que continham palavras com o /S/ em posição pós-

¹⁰ 1 – O que você acha do seu modo de falar? 2 – Você acha que fala diferente das pessoas que residem em João Pessoa? 3 – E em relação a como falam os outros brasileiros? 4 – O que acha que torna o falar paraibano diferente dos outros falares do Brasil? 5 – Gostaria de falar diferente? 6 – O que significa falar bem? (HORA, 2011, p. 30).

vocálica. O objetivo da utilização desse outro instrumento foi averiguar a aplicação ou não do fenômeno em uma situação mais formal. As variáveis independentes linguísticas e sociais controladas na investigação foram: o estilo (entrevista ou leitura); o contexto fonológico precedente; o contexto fonológico seguinte; tonicidade; o tempo de exposição ao fenômeno (tempo em que mora em Recife); contato diuturno com falantes recifenses (se o falante mora ou não com pessoas naturais de Recife); a frequência das visitas à Paraíba. Assim, os paraibanos que demonstraram atitudes positivas quanto à variedade recifense acomodaram tal dialeto, enquanto que, aqueles que avaliaram negativamente, preservaram suas marcas dialetais para se distanciar do falar recifense.

Mais recentemente, Henrique (2016) investigou a percepção de falantes pessoenses sobre o /S/, no tocante à variante alveolar e à palatal na posição de coda medial. O objetivo foi analisar se esse duplo comportamento é percebido de forma diferenciada pelos ouvintes em seu dialeto, em diferentes contextos fonético-fonológico seguintes, averiguando se eles associam tal comportamento à sua identidade dialetal. Para atingir tal fim, foram utilizados três instrumentos apresentados em uma plataforma. No primeiro experimento, o informante teria que identificar o grau de diferença das duas pronúncias de uma mesma palavra quanto ao /S/. No segundo, o participante escolheria a pronúncia que mais se parecia com a utilizada pelos pessoenses. E, por fim, o ouvinte elegeria qual das duas pronúncias era a utilizada por ele próprio. Os dados utilizados na investigação foram gravados por uma falante nativa, universitária, com idade não especificada pelo pesquisador, sendo mencionado que ela se enquadrava na faixa etária de 15 a 25 anos. Dentre os principais resultados alcançados, o autor verificou que os informantes atribuem o mesmo valor de diferenciação quanto às duas variantes, independente de qual seja o contexto seguinte. Constatou-se também que esses ouvintes têm consciência do comportamento do /S/ no falar de sua comunidade e que eles associam a palatalização desse segmento à marca identitária de sua comunidade de fala.

CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente capítulo é destinado à apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados na investigação sobre as atitudes linguísticas de paraibanos para com o seu próprio falar.

Nas seções que se seguem, abordaremos os seguintes aspectos: as localidades da pesquisa, os informantes que participaram da presente investigação, o instrumento de coleta e o tratamento dos dados.

5.1. LOCALIDADES DA PESQUISA

Os dados analisados nesta pesquisa provêm do *corpus* coletado *in loco* em 8 (oito) municípios paraibanos, a saber, Patos, Santa Luzia, Belém, Campina Grande, Itabaiana, João Pessoa, Santa Rita e Capim. Conforme apresentamos na seção 2 do capítulo 1, as localidades selecionadas para esta investigação correspondem às quatro mesorregiões da Paraíba.

A escolha desses pontos de pesquisa se baseou em dois fatores: 1) termos algum tipo de contato com os moradores das comunidades selecionadas; ou 2) conhecermos algum habitante que intermediou o contato com os demais membros da cidade. Além disso, a própria distribuição das cidades nas quatro mesorregiões.

5.2 PARTICIPANTES

A seleção dos participantes seguiu um certo parâmetro, sendo, sem dúvida, uma das atividades mais árduas para o pesquisador. Encontrar pessoas que se disponham a participar da pesquisa, com disponibilidade de tempo, além da necessidade de o informante atender a um determinado perfil, são algumas das dificuldades enfrentadas. De acordo com Tarallo (2007), é importante que na seleção dos informantes, o pesquisador busque alguém que sirva de mediador entre ele e o participante. Essa pessoa pode ser um conhecido ou até mesmo um parente. Com isso, o informante se sentirá menos desconfortável com a situação da pesquisa, promovendo um contexto mais proveitoso para a execução da coleta.

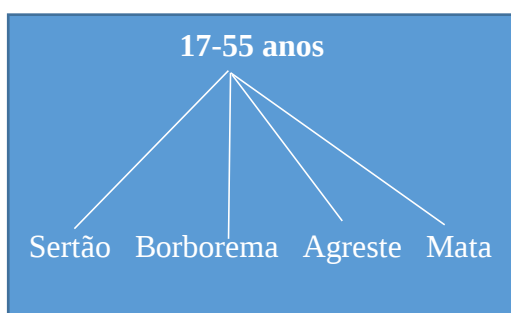
Seguimos um método a fim de assegurar uma amostragem representativa na seleção dos participantes da pesquisa. O objetivo do pesquisador sociolinguístico é ter uma amostra com dados substanciais que demonstrem que o fenômeno em estudo de fato é característico de um

determinado grupo social. Isto posto, seguindo as orientações de Tarallo (2007), realizamos a distribuição dos parâmetros sociais em células. Assim, obtivemos as seguintes variáveis independentes:

- GRUPO 1 (localização): Sertão Paraibano, Borborema, Agreste Paraibano, Mata Paraibana.
- GRUPO 2 (faixa etária): 17 - 55 anos.

Para melhor ilustrarmos os grupos de células, organizamos a seguinte estrutura arbórea:

Figura 17 - Representação das variáveis independentes



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Da associação das variáveis, selecionamos 40 (quarenta) informantes, sendo 10 (dez) para cada localidade pesquisada. O quadro 5 apresenta o perfil dos participantes mais detalhadamente, mostrando dados como sexo, faixa etária e naturalidade. É importante deixarmos claro que o critério para aqueles não nascidos na mesorregião pesquisada foi residir em tal localidade há, no mínimo, dez anos.

Quadro 5 – Caracterização dos participantes da pesquisa

INFORMANTE	SEXO	IDADE	NATURALIDADE	MESORREGIÃO
INF.1	M	27 anos	Patos	Sertão
INF.2	F	24 anos	Patos	Sertão
INF. 3	M	28 anos	Patos	Sertão
INF. 4	F	27 anos	Patos	Sertão

INF. 5	F	31 anos	Patos	Sertão
INF. 6	M	32 anos	Patos	Sertão
INF. 7	F	26 anos	Patos	Sertão
INF. 8	M	41 anos	Patos	Sertão
INF. 9	F	51 anos	Patos	Sertão
INF. 10	M	53 anos	Patos	Sertão
INF. 11	F	28 anos	Santa Luzia	Borborema
INF. 12	F	20 anos	Santa Luzia	Borborema
INF. 13	F	20 anos	Santa Luzia	Borborema
INF. 14	M	17 anos	Santa Luzia	Borborema
INF. 15	F	23 anos	Santa Luzia	Borborema
INF. 16	F	22 anos	Santa Luzia	Borborema
INF. 17	F	23 anos	Santa Luzia	Borborema
INF. 18	F	21 anos	Santa Luzia	Borborema
INF. 19	F	27 anos	Santa Luzia	Borborema
INF. 20	M	30 anos	Santa Luzia	Borborema
INF. 21	F	55 anos	Itabaiana	Agreste
INF. 22	F	23 anos	Itabaiana	Agreste
INF. 23	F	27 anos	Itabaiana	Agreste
INF. 24	M	28 anos	Campina Grande	Agreste
INF. 25	F	25 anos	Campina Grande	Agreste
INF. 26	M	24 anos	Itabaiana	Agreste
INF. 27	F	20 anos	Itabaiana	Agreste

INF. 28	F	26 anos	Belém	Agreste
INF. 29	M	55 anos	Itabaiana	Agreste
INF. 30	F	25 anos	Itabaiana	Agreste
INF. 31	F	17 anos	Santa Rita	Mata
INF. 32	M	35 anos	Santa Rita	Mata
INF. 33	F	37 anos	Santa Rita	Mata
INF. 34	M	38 anos	Santa Rita	Mata
INF. 35	M	30 anos	Santa Rita	Mata
INF. 36	F	39 anos	Santa Rita	Mata
INF. 37	M	22 anos	João Pessoa	Mata
INF. 38	M	20 anos	João Pessoa	Mata
INF. 39	F	48 anos	Capim	Mata
INF. 40	M	49 anos	Capim	Mata

Fonte: Dados da própria autora, 2019

5.3. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Sob o viés da Sociolinguística, realizamos uma entrevista (ver ANEXO 1) abordando questões sobre a língua. Escolhemos utilizar essa estratégia com a finalidade de suscitar atitudes mais espontâneas possíveis por parte dos entrevistados. O diálogo construído durante a entrevista produz respostas instantâneas.

As perguntas utilizadas na entrevista foram as propostas por Possati (2015) em sua pesquisa sobre o processo de acomodação linguística de falantes cariocas em João Pessoa. Também formulamos mais uma questão.

As perguntas buscam verificar, essencialmente:

- 1) a avaliação do participante da pesquisa sobre sua própria forma de falar;
- 2) a percepção do participante com relação às diferentes variedades faladas no território brasileiro;

3) o julgamento do informante no tocante a esses diferentes falares (mais bonitos, melhores ou mais fáceis de entender).

Para a realização da pesquisa, tivemos que nos deslocar para as cidades já mencionadas. Os participantes assinaram um “Termo de Livre Consentimento” (ver APÊNDICE 1) de participação na pesquisa. As entrevistas foram realizadas nas casas ou em algum lugar previamente escolhido pelo participante e gravadas em aparelho eletrônico próprio da pesquisadora.

Os áudios que compõem o *corpus* foram transcritos na íntegra, a fim de utilizarmos na análise dos dados e categorizados de acordo com cada uma das quatro mesorregiões.

5.4. TRATAMENTO DOS DADOS

Para o tratamento dos dados, utilizamos um procedimento quali-quantitativo, ou seja, combinamos a tabulação das respostas obtidas através da entrevista, com a apreciação interpretativa dessas respostas. A fim de obtermos uma visualização dos resultados numéricos, fizemos uso de gráficos. Na fase de interpretação qualitativa das respostas dos participantes da pesquisa, expomos tópicos pertinentes e reveladores no tocante às atitudes linguísticas dos informantes. Com o propósito de ilustrar as discussões, foram reproduzidos excertos das falas dos informantes.

Seguindo um modelo de análise proposto por Corbari (2013), organizamos as perguntas da entrevista por blocos, conforme está apresentada no Quadro 6.

Quadro 6 - Organização das perguntas da entrevista em blocos para fins de análise

DIVISÃO DOS BLOCOS	
<i>BLOCO 1: Sentimento com relação à sua própria fala (OU atitude do falante em relação à sua própria fala)</i>	
Questão 1	O que você acha da sua forma de falar?
Questão 2	Há algo específico de que você gosta/não gosta na sua forma de falar?
<i>BLOCO 2: Consciência sobre aspectos de seu grupo linguístico</i>	
Questão 3	Você considera que tem algum sotaque? Se sim, qual?
Questão 4	O que você acha do seu sotaque?

<i>BLOCO 3: Descrição e avaliação feita pelo interlocutor</i>	
Questão 5	Quando você viaja, há algo específico que as pessoas percebem na sua forma de falar?
Questão 6	Alguém já criticou, elogiou, riu ou comentou a respeito da sua forma de falar?
<i>BLOCO 4: Tendências de reação do informante</i>	
Questão 7	Você já mudou sua forma de falar para adaptar-se ao seu entorno?
<i>BLOCO 5: Pensamentos e crenças sobre preconceito linguístico</i>	
Questão 8	Você acha que as pessoas são julgadas pela maneira que falam?
Questão 9	Alguém já o julgou dessa forma?
<i>BLOCO 6: Consciência e avaliação da diversidade linguística</i>	
Questão 10	Você acha fácil compreender pessoas de outras partes do país?
Questão 11	Você acha alguns dialetos/falares mais bonitos, melhores ou mais fáceis de entender? Quais?
Questão 12	Você acredita que, ao viajar para outros estados, as pessoas podem saber de onde você é simplesmente pela maneira como você fala? Por quê?

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

O agrupamento por bloco, segundo a supracitada autora, foi inspirado nas medições de atitudes feitas pelos psicólogos sociais (CORBARI, 2013, p. 95). Conforme vimos no ponto 3.2 do terceiro capítulo, os três componentes das atitudes são: *cognitivo*, *afetivo* e *conativo* (RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 2009, pp. 81-82). Para o âmbito das medições de atitudes linguística, podemos caracterizar cada componente da seguinte forma, de acordo com Corbari (2013, p. 95):

► Pensamentos e crença (aspecto cognitivo): no âmbito linguístico, refere-se àquilo que se sabe sobre uma língua, variedade ou grupo linguístico;

► Sentimentos e emoções (aspecto afetivo): no âmbito linguístico, refere-se ao sentimento frente ao que se sabe a respeito de uma língua, variedade ou grupo linguístico;

► Tendências de reação (aspecto conativo): o que, no âmbito linguístico, equivale a dizer que se trata da predisposição para agir frente ao que se sabe e sente sobre uma língua, variedade ou grupo linguístico.

Vale salientar que, conforme bem constatou Corbari (2013) em sua análise, uma mesma pergunta pode avaliar mais de um elemento atitudinal conjuntamente.

Por exemplo, a uma pergunta que tenha por objetivo principal obter uma resposta no âmbito do componente cognitivo, o informante pode fornecer uma resposta em que se identificam elementos do componente afetivo ou do conativo. Desse modo, os blocos têm o objetivo de minimamente orientar a organização da análise, mas não pretendem ser conjuntos categóricos, pelo fato de o objeto material da análise – a língua(gem) – ser algo fluido e intangível (CORBARI, 2013, p. 96).

Após a exposição dos procedimentos metodológicos, passaremos, no capítulo seguinte, à descrição e interpretação dos dados da pesquisa.

CAPÍTULO 6 – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresentaremos a análise das entrevistas dos participantes das quatro mesorregiões paraibanas. Sabemos que as respostas fornecidas em uma entrevista são as mais variadas possíveis. Assim, com vistas à descrição e interpretação dessas respostas, faz-se necessária categorizá-las, seguindo alguns parâmetros. De acordo com Selltiz et al. (1967, p. 441 *apud* GIL, 2008, p. 157), algumas regras devem ser atendidas:

- ▶ o conjunto de categorias deve ser derivado de um único princípio de classificação;
- ▶ o conjunto de categorias deve ser exaustivo; e
- ▶ as categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas.

Deste modo, as perguntas da entrevista foram agrupadas, totalizando 6 (seis) blocos, conforme sinalizamos na metodologia da pesquisa. Seguindo as prescrições do autor supracitado, tomamos o princípio de categorização, reunindo as respostas que possuísem similaridades. Para uma melhor visualização dessas respostas, apresentaremos os dados em gráficos e comentaremos alguns excertos das falas das informantes. Vejamos os resultados de cada um deles.

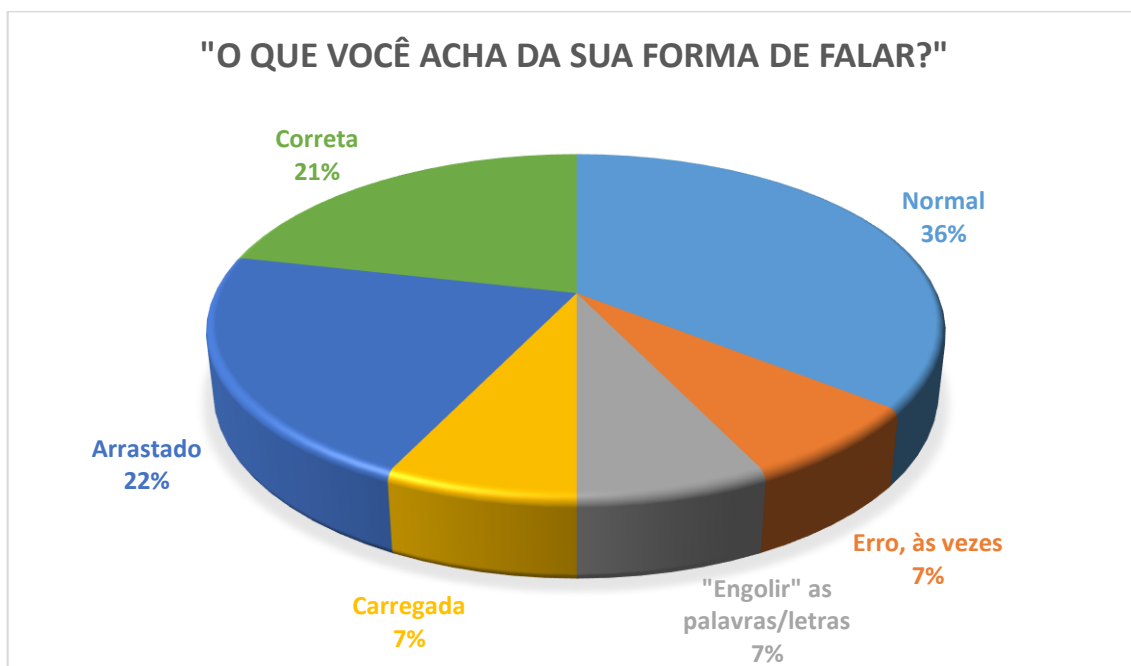
6.1. ANÁLISE DOS DADOS DO SERTÃO

BLOCO 1: Sentimento com relação à sua própria fala

Este bloco é formado pelas respostas das duas perguntas que abriram a entrevista. O objetivo era aferir o sentimento do falante em relação ao seu próprio falar.

A primeira pergunta, *O que você acha da sua forma de falar?*, visava averiguar a atitude linguística do participante quanto ao seu modo de falar. Vejamos, a seguir, a representação gráfica das respostas:

Gráfico 1 - Avaliação da própria forma de falar (Sertão)



A maioria dos informantes (36%) dizem achar “normal”, ou seja, “é normal para a região que moramos” (INF. 4). Essa mesma participante apresenta dúvida quanto ao entendimento da pergunta e questiona se é com relação ao uso de palavras. Respondemos que é com relação a tudo, e antes mesmo de concluirmos a explicação, ela retoma a fala:

INF. 4: “Eu acho boa, acho que eu procuro... é sempre falar da forma correta e clara.”

Observamos aqui a associação do falar bem ao “falar correto”, isto é, conforme a norma padrão. Para este dado, obtivemos 21% das respostas. Essa associação da fala com a escrita indica que ainda há uma gama de crenças equivocadas quanto à língua e seus processos de variação.

A fala arrastada também foi uma característica bastante citada, apresentando 22% de ocorrência. É interessante percebermos que os informantes que citaram tal atributo conferem uma conotação negativa, pois logo se utilizam de conjunções adversativas seguidas do termo “correto”, expressando uma ideia de compensação, ou seja, apesar de falar arrastado, acreditam falar ‘correto’. Vejamos os excertos que corroboram essa conotação:

INF. 1: “Um pouco arrastada, mas ‘correta’.”

INF. 7: “Pelo sotaque, um pouco arrastada, porém acredito que falo ‘correto’.”

Das demais respostas obtidas, 7% disseram ter uma fala “carregada”. Um dado interessante foi que 7% afirmaram “errar às vezes”, indicando mais uma vez a associação do falar bem ao falar de acordo com a norma padrão. Percebemos a aplicação dessa mesma crença por parte dos informantes que disseram “engolir” palavras/letras (7%). Essas respostas nos levam a refletir sobre o que, de fato, estamos ensinando nas aulas de Língua Portuguesa. Será que nossos esforços sobre o ensino da variação e adequação linguística ainda não têm sido satisfatórios?

A segunda pergunta do bloco, *Há algo específico de que você gosta/não gosta na sua forma de falar?*, objetivou aferir o que especificamente o informante aprecia ou não na sua fala em particular. Obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 2 - Avaliação positiva/negativa do próprio falar (Sertão)



Para essa pergunta os informantes ressaltaram mais aspectos negativos quanto à forma de falar. Apenas 20% apresentaram uma ideia de contentamento. Os que mencionaram

características particulares, falaram sobre problemas nasais ou de dicção. Um dado interessante foi a associação negativa quanto ao sotaque e a termos dialetais. Vejamos as falas que justificam nossa afirmação:

INF 7: “Só o sotaque mesmo porque comparado às outras regiões, eu acho um pouco feio.”

INF 6: “Tem um pouco do ‘oxente’ que às vezes a gente exagera.”

De acordo com as respostas, observamos uma avaliação negativa quanto à características peculiares ao falar paraibano. Achar o sotaque “feio” quando comparado aos de outras regiões brasileiras ou exagerar no uso do “oxente”, só ratificam a ideia de descontentamento em relação à nossa variedade em particular.

No que diz respeito à essa pergunta, o INF. 4 ressalta negativamente o fato de “engolir as letras”, ou seja, “não falar a palavra correta”. Pedimos, então, que ela exemplificasse.

INF. 4: Tem. “Velho”, por exemplo. Eu geralmente costumo falar “véi”.

Observamos aqui um antagonismo entre essa resposta e a da primeira questão, na qual o informante afirmou procurar “falar de forma correta e clara”. Para ele, usar o termo “véi” é não falar corretamente. Esse posicionamento recai sobre o que Marcuschi (2000) chamou de *dicotomia polarizada*, ou seja, conceber a oralidade e a escrita em dois extremos. É esse o pensamento que por muito tempo permeou (e em muitos casos ainda permeia) a instituição escolar. Para o referido linguista, a relação entre oralidade e escrita deve se fundar num *continuum* (ibidem, p. 27). Deste modo, a sociedade reproduz essa ideologia dicotômica, associando a escrita à forma correta e atribuindo a oralidade um caráter negativo, conforme vemos na resposta do INF. 4.

Resumindo os resultados desse primeiro bloco, observamos que 80% dos informantes ressaltaram mais aspectos negativos quanto às especificidades de sua fala (gráfico 2), indicando uma atitude negativa em relação ao falar paraibano.

Esse resultado se contrapõe com os dados do gráfico 1, quando a maioria (57%) afirma gostar de seu modo de falar. Nesse ponto, instaura-se o que chamaremos de *paradoxo do falante*¹¹. Em linhas gerais, definiremos o conceito da seguinte forma: em situação de

¹¹ Estabelecemos um contraponto com o conceito de *paradoxo do observador*, proposto por Labov (1972).

observação sistemática, o falante manifesta atitudes positivas quanto à sua fala, quando questionado diretamente sobre sua aceção quanto ao tema. No entanto, por meio de julgamentos subjetivos, medidos direta ou indiretamente, esse mesmo falante demonstra uma avaliação negativa em relação à sua própria fala ou a fala de outros membros de sua própria comunidade.

BLOCO 2: Consciência sobre aspectos de seu grupo linguístico

Neste bloco, analisamos perguntas destinadas a identificar o nível de consciência do falante sobre língua e diversidade, bem como o reconhecimento de pertença a um determinado grupo linguístico.

Com relação à pergunta: *Você considera que tem algum sotaque? Se sim, qual?*, a maioria dos informantes (46%) demonstraram ter consciência da existência de sotaque. Do total, 27 % afirmaram não ter sotaque. Examinemos a representação gráfica:

Gráfico 3 - Conhecimento com relação ao sotaque (Sertão)



Todos os informantes que responderam positivamente, afirmaram possuir o sotaque *nordestino/paraibano*. A seguir, algumas das respostas:

INF. 8: “Considero sim.” “Eu falo muito rápido.” “O nordestino tem uns que é mais lento e outros mais rápido na maneira de falar.”

INF. 9: “Nordestino, né? Paraibano eu sei que tem, porque quando a gente vê outras pessoas falando de outro estado, a gente nota a diferença, né?”

Um adjetivo bastante mencionado como marca identitária do sotaque paraibano é a fala arrastada. Cerca de 27% utilizaram esse termo, conforme vemos no excerto a seguir:

INF. 6: “Sim, com certeza.” “Característico do interior, um pouco arrastado, um pouco pesado.”

Também merece destaque a resposta do INF. 5, pela forma como ele descreveu a sua percepção quanto ao seu sotaque:

INF. 5: “Sim. Vixe! Um monte (risos). Tenho vários viciozinhos de ‘oxe’, de muita coisa.”

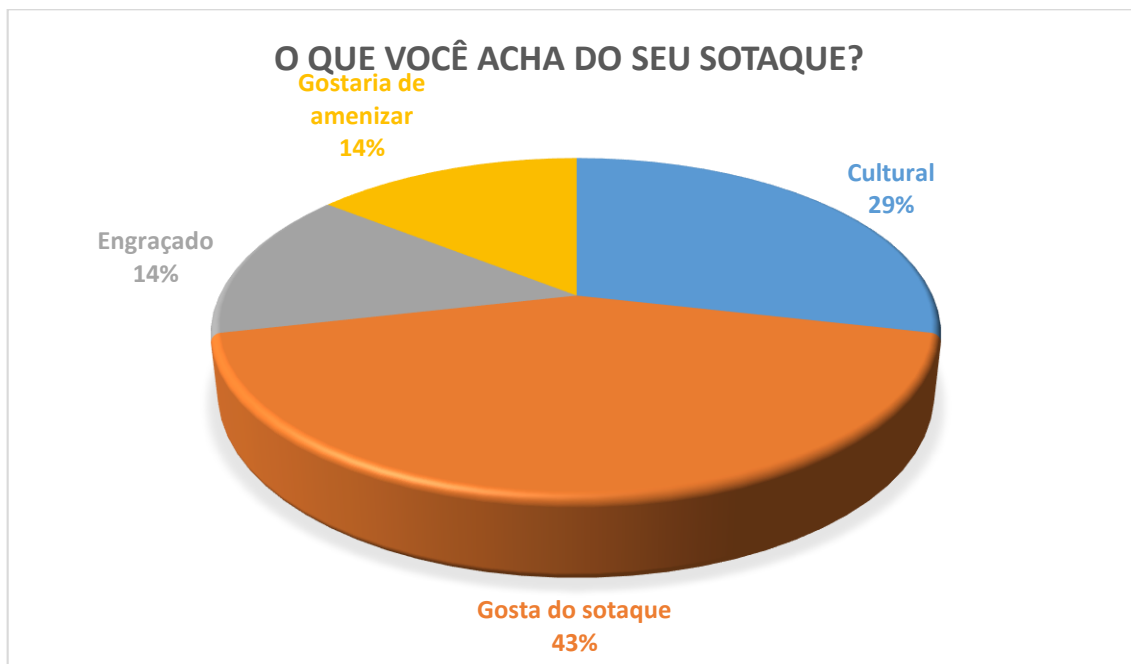
Notamos que esse participante, assim como o INF 6, mistura os conceitos de sotaque e dialeto pois, considera termos como “oxe”/“oxente” exemplos de sotaque.

A pergunta subsequente buscava averiguar a opinião do informante sobre o seu sotaque. Mais uma vez, temos o INF. 6 julgando desfavoravelmente seu sotaque e, por conseguinte, sua forma de falar.

INF. 6: “Eu preferia diminuir muito, né, porque às vezes termina até falando errado pela forma do interior, né, a forma de você falar.”

Para esse participante, a maneira como as palavras são marcadas pelo seu sotaque podem levá-lo a falar “errado”. Novamente temos a associação entre fala e escrita, atribuindo um aspecto negativo a oralidade. Os resultados dessa questão estão representados no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Avaliação do próprio sotaque



Analisando as respostas para essa questão, notamos que a maioria afirmou gostar do sotaque (43%), apesar de ser algo ressaltado negativamente em todas as perguntas anteriores, conforme vemos nos gráficos 1, 2 e 3. Outro ponto mencionado foi o aspecto cultural, demonstrando que os falantes têm consciência de que a língua também faz parte da herança cultural de um povo. Mas é interessante a forma como o falante 9 mostra seu ponto de vista:

INF. 9: “É cultural. Não acho nada anormal, mas também acho bonito os outros sotaques.”

Essa resposta aponta o que vem perpassando nas perguntas anteriores: na maioria das vezes que os falantes demonstram uma avaliação positiva em relação ao seu falar, eles também enfatizam algum aspecto de outros falares.

Os 14% que utilizaram o adjetivo “engraçado” para descrever o seu sotaque, não justificaram tal posicionamento.

A resposta do falante 6 sumariza o porquê alguns falantes disseram querer “amenizar” o sotaque:

INF. 6: “Eu preferia diminuir muito, né, porque às vezes termina até falando errado pela forma do interior, né, a forma de você falar.”

Conforme observamos nessa resposta, vemos, mais uma vez, a associação do “falar correto” ao falar de acordo com a norma culta. Para esse falante, a fala do interior é uma forma “errada”, corroborando o que temos visto nas demais questões até aqui abordadas, a falta de conhecimento da questão da adequação e variação linguística.

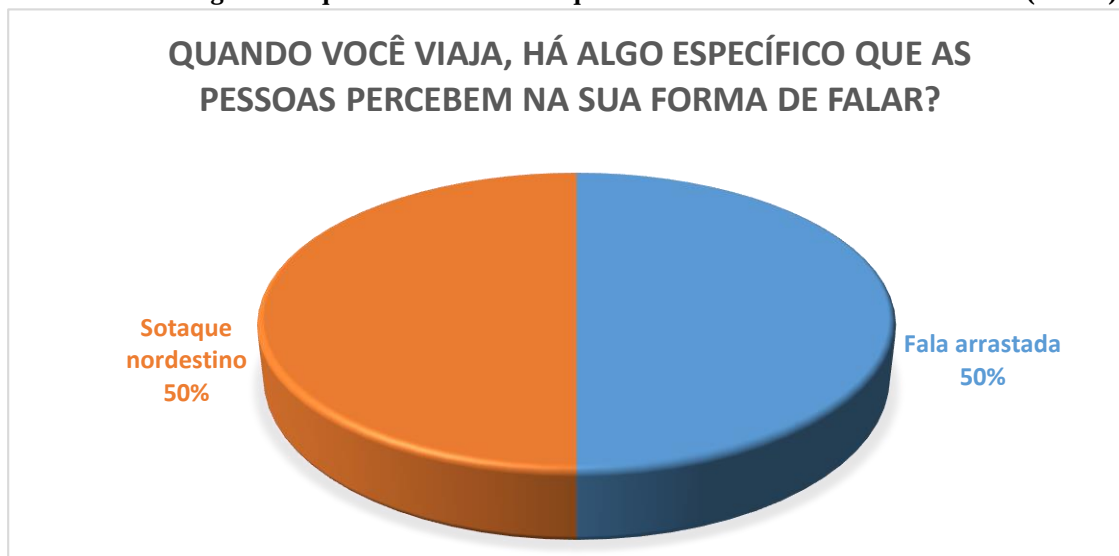
Sumarizando os resultados desse bloco, observamos que a maioria dos participantes aqui analisados tem consciência de que possuem um sotaque que os caracterizam como pertencentes à uma comunidade regional (nordestinos) e a um grupo local (paraibanos). Vemos que esse aspecto é visto favoravelmente pela maioria dos informantes. No entanto, um dado que nos chama a atenção é o fato de 27% não reconhecerem possuir sotaque. Acreditamos que possivelmente eles associem sotaque a algo negativo, tendo, portanto, que ser evitado. Chianca (1999), ao discorrer sobre o sotaque, afirma que “o sotaque desempenha uma função identificadora, permitindo reconhecer sociológica e culturalmente um sujeito falante” (ibidem, p. 68). Para a referida autora, o sotaque está arraigado à composição da identidade do ser humano.

BLOCO 3: Descrição e avaliação feita pelo interlocutor

As perguntas agrupadas nesse bloco dizem respeito à percepção que o falante tem sobre a forma como ele é visto por seu interlocutor.

Com relação à primeira pergunta do bloco: *Quando você viaja, há algo específico que as pessoas percebem na sua forma de falar?*, todos os informantes responderam afirmativamente. Observemos a reprodução gráfica das respostas:

Gráfico 5 - Julgamento que o interlocutor faz quando ao modo de falar do informante (Sertão)



Analisando as respostas do gráfico 5, notamos que, segundo os informantes analisados, os seus interlocutores moradores de outros estados brasileiros os reconheceram como membros de outra comunidade linguística, em virtude das marcas prosódicas. Metade deles (50%) mencionaram especificamente a “fala arrastada” como o traço característico da fala paraibana. A outra parcela (50%) mencionou o sotaque nordestino, demarcando geográfica e regionalmente sua fala dentro do território brasileiro. São dignas de nota as respostas de alguns dos participantes:

INF. 1: “Eu acho que eles notam muito o nordestino já pelo jeito de falar, né, é aonde eles mais notam que a gente é nordestino.”

INF. 4¹²: “O arrastado, por exemplo, assim, porque eu já morei no Sul e quando eu fui pra lá eu até sofri um certo preconceito (sic) ficava até chato, assim, porque uns achavam bonito a nossa forma de falar, né, mas outros não, achavam engraçado e muitas vezes ficavam imitando... a forma de falar. E isso me incomodava.”

INF. 8: “Percebe sim, já pergunta o sotaque, se é do Nordeste. Já pergunta sim.”

INF. 10: “A maneira arrastada às vezes quando eu tô em outro estado.”

Uma questão pode ser levantada a partir dessas respostas: o preconceito linguístico em relação ao sotaque nordestino.

A partir da fala do falante 4, observamos que ele diz ter sofrido “*um certo preconceito*” e isso o incomodou. A percepção que ele teve de seus ouvintes era de um sentimento pejorativo quanto ao seu falar, pois as pessoas “*achavam engraçado e muitas vezes ficavam imitando*”. Ao discutir sobre o preconceito contra o nordestino, Alves (1979) assevera:

O preconceito contra o nordestino faz parte de um processo social onde as “diferenças linguísticas” apenas fornecem os dados mais evidentes para a discriminação que lhe é feita. As causas do preconceito estariam, então, a nosso ver, mais nas diferenças de ordem social do que linguísticas. (ALVES, 1979, p. 166)

Diante de tais dados, parece que o preconceito dos sulistas em relação ao falar nordestino está mais associado a questões de diferenças sociais do que, necessariamente, a variedade linguística em si, corroborando o que propomos anteriormente, a saber, o preconceito de cunho linguístico camuflando o social.

¹² A INF. 4 morou por um ano em Florianópolis.

Na última pergunta do bloco, *Alguém já criticou, elogiou, riu ou comentou a respeito da sua forma de falar?*, 50% dos informantes afirmaram que não. Todavia, esse dado diverge das informações concedidas na pergunta anterior, conforme vimos no Gráfico 5, no qual os falantes admitiram que, quando viajam, os ouvintes tecem comentários a respeito do sotaque nordestino e da fala arrastada. O Gráfico a seguir aponta o tipo de reações dos ouvintes:

Gráfico 6 - Atitudes negativas do interlocutor (Sertão)



Observamos, mediante análise do Gráfico 6, que a reação dos ouvintes pertencentes a outras comunidades linguísticas foi de “rir” ante a fala do outro (30% dos informantes narraram isso) e 20% comentaram algum aspecto do modo de falar deles. Para os que responderam “não” (50%), acreditamos que alguns buscaram se resguardar ante ao fato de serem julgados quanto à forma de falar. Solicitamos, então, que as participantes relatassem um episódio.

INF. 2: “Meu pai ele é do Pernambuco, né, e lá eles falam bem um sotaque bem chiado, eu acho, aí quando eu cheguei lá com uma forma bem arrastada, aí eles já acharam diferente.”

INF. 3: “aqui a gente fala ‘mainha, painho’ e lá eles falam mais arrastado, ‘manhê, panhê’, aí eles mangavam do jeito que a gente falava.”

INF. 4: “É, por exemplo, como eu falei quando eu fui pro Sul é, eu, a gente, pelo sotaque daqui a gente chama de de (tio), né, e lá por eles ter o chiado, né, de (tjio). Aí quando eu falava “ô tio”, o “oxente”, aí eles ficavam imitando e rindo, achando engraçado.”

INF. 5: “Só a diferença, que a gente fala um pouco engraçado, mais cheio de gíria, mas essas coisas do tipo.”

Mais uma vez vemos o julgamento realizado pelos ouvintes com relação a características dialetais (‘mainha/painho’ e ‘oxente’) e a aspectos fonológicos (“tio X tjio”/ “falando X falan0o”). De acordo com Bortoni-Ricardo (1992):

[...] traços dialetais - graduais ou descontínuos – e o preconceito que a sociedade brasileira desenvolveu, ao longo de sua história, quanto ao “português errado”. Para a grande maioria dos brasileiros, as noções de dialeto (ou variedade) ou de variação dialetal não têm qualquer realidade psicológica. O que existe, como um valor cultural bem arraigado, é a noção de erro gramatical (BORTONI-RICARDO, 1992, p. 58).

Conforme Bortoni-Ricardo (1992) assinala, a noção do erro gramatical está tão enraizada em nossa cultura que já não reconhecemos as diferenças. E, diante de tal “erro”, as pessoas apresentam uma postura de “fazer graça” do outro, dado esse comprovado na fala dos informantes relatados.

Vale destacar aqui o fato de o falante 4, que outrora afirmou não ter sotaque, agora empregar o termo. Aproveitamos a ocasião para perguntar o que ele achava do seu sotaque. A resposta que obtivemos foi “*eu gosto*”. Observamos aqui uma mudança de postura. Corroboramos nosso posicionamento quanto a uma possível associação do sotaque a algo pejorativo, pois em um momento de mais monitoramento da fala (início da entrevista) o participante da pesquisa disse não possuir sotaque e, no decorrer da entrevista, quando já não estava demonstrando um nível de atenção tão alto quanto no início, a expressão real de seu posicionamento foi assumir que possuía sotaque.

Recapitulando os resultados desse bloco, segundo os informantes, seus interlocutores reconheciam a procedência nordestina devido ao sotaque ou ao uso de termos dialetais. Outro dado interessante foi o fato de o falante 2 narrar que seus familiares e amigos pernambucanos acham diferente sua maneira de falar.

BLOCO 4: Tendências de reação do informante

O bloco 4 é composto pela pergunta *Você já mudou sua forma de falar para adaptar-se ao seu entorno?*. O Gráfico 7 mostra os resultados dessa questão.

Gráfico 7 - Adaptação da fala ao contexto (Sertão)



O gráfico 7 apresenta dados interessantes. Por um lado, temos a metade dos informantes afirmando não mudar sua forma de falar e, por outro, os outros 50% declarando adaptar sua fala ao contexto conversacional. Vejamos algumas dessas falas:

INF. 4: “Permaneci, inclusive vim embora porque eu não me adaptei ao... a forma deles lá, né, assim, até do pensar porque me irritou bastante e eu preferi vim embora.”

INF. 6: “Mais quando tem pessoas de outra região, né, tá uma turma assim e você tenta diminuir o sotaque pra não ser um pouco até engraçado pra os outros.”

INF. 7: “Em alguma conversa mesmo com pessoas da mesma idade, né, lá no Sul mesmo que a gente conversava e eu tentava falar as palavras mais corretas, assim, pra não ter as gírias daqui e eles ficarem sem entender.”

INF10: “Já. Procurei falar de forma mais clara e procurar empregar as palavras certa0 pra num dá uma ênfase de que a pessoa é analfabeto.”

Algumas informações importantes são apreendidas desses excertos. Mais uma vez vemos a relação do falar bem ao falar “correto”, conforme notamos nas falas dos informantes 7 e 10. Também temos o falante 6 afirmando tentar “diminuir o sotaque”, a fim de que não venha ser motivo de graça para o seu interlocutor.

Já o falante 4, por outro lado, associou a mudança na forma de falar para adaptar-se ao entorno, com a questão da acomodação dialetal (GILES et al., 2010 [1991]), ou seja, assimilação de traços fonéticos-fonológicos da variedade a qual ela estava exposta. Assim, por não se “*adaptar a forma deles*”, ele preferiu voltar.

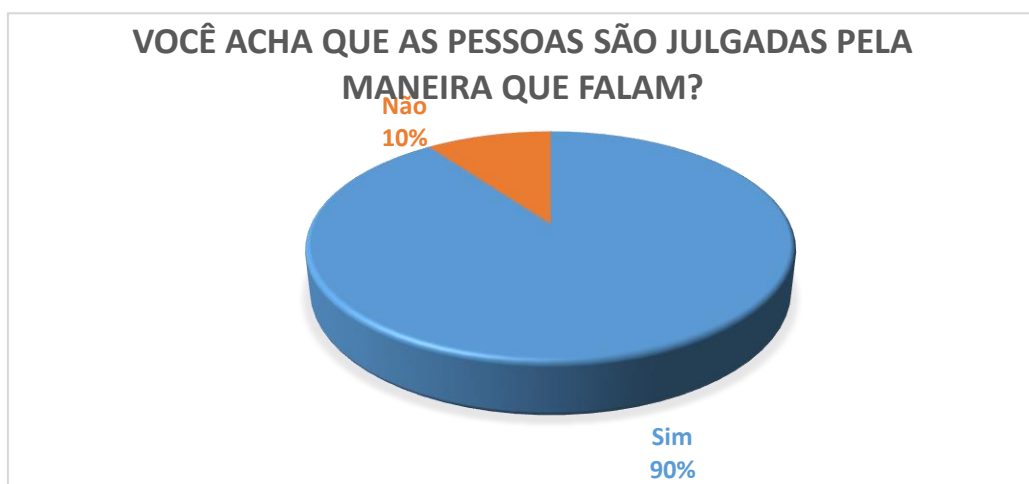
Sintetizando as respostas desse bloco, de um lado temos informantes que dizem buscar enquadrar sua fala ao entorno, todavia levando para o sentido do “falar correto” e não de adequação situacional. Em contrapartida, obtivemos respostas que apontam para a não adaptação da fala ao entorno, em virtude de relacionar essa conduta à associação ao falar do outro, isto é, acomodar a variedade linguística na qual estava sendo exposta.

BLOCO 5: Pensamentos e crenças sobre preconceito linguístico

O presente bloco reúne questões que objetivam averiguar o discernimento do informante sobre o julgamento que os outros fazem sobre a forma de falar de cada um. Inicialmente, levantamos o questionamento do ponto de vista geral, com a pergunta *Você acha que as pessoas são julgadas pela maneira que falam?*. Em seguida, incluímos o próprio informante na situação apresentada (*Alguém já o julgou dessa forma?*).

No que diz respeito à primeira pergunta, a maioria (90%) dos informantes afirmou que as pessoas são julgadas pela maneira que falam.

Gráfico 8 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar das pessoas (Sertão)



No tocante à resposta na qual o informante disse que as pessoas não são julgadas pela maneira que falam, ele justificou seu posicionamento dizendo que não porque cada cultura é uma cultura.

A seguir, vejamos as falas de alguns dos informantes justificando o porquê de acreditarem que as pessoas são julgadas pela sua forma de falar:

INF. 1: “Sim. Por questão da região, se você tem uma uma uma forma de falar assim mais nordestina, acho que tem um maior preconceito do que quem é mais do sudeste, essa parte do Brasil.”

INF. 4: “Porque é... assim, muitas vezes a colocação das palavras, é a maneira que você, que você fala, né, muitas vezes a pessoa lhe julga se você é é inteligente, né, assim (sic) até a sua classe social, muitas vezes é julgada pela forma que você fala.”

INF. 6: “Porque às vezes é, pela forma da região falar, é às vezes leva a crer às vezes que é um pouco pobre ou que é rico e nem sempre isso quer dizer nada.”

INF. 7: “Se é sobre o sotaque arrastado, quem é do Sul percebe e às vezes até acha engraçado, né? Ou quando você fala errado, as pessoas criticam, acham que você não tem um estudo ou não é bem estudado.”

INF. 9: “Assim, a gente percebe que outras pessoas já passaram por isso, né, experiências de outras pessoas quando estão no Sul, aí são criticadas, né, os nordestinos pela maneira de falar, né?”

A partir desses pensamentos, observamos dois posicionamentos no que diz respeito ao julgamento linguístico: 1) avaliação da classe social do falante; e 2) discriminação regional.

Conforme os informantes 4 e 6, as pessoas tendem a enquadrar seu interlocutor em determinada classe social, mediante sua forma de falar, conforme assevera o falante 4: “*até a sua classe social, muitas vezes é julgada pela forma que você fala*”. Sendo assim, por meio das assertivas “*a colocação das palavras*” e “*ou quando você fala errado*”, nas palavras dos participantes, indicam se a pessoa pertence a uma classe alta ou baixa, por exemplo. Também se estabelece o elo entre atributos de personalidade e a forma de falar (INF. 4: “*a maneira que você fala, né, muitas vezes a pessoa lhe julga se você é inteligente*”).

Uma questão que nos chamou atenção foi o comentário do falante 6, que afirmou que as pessoas também tendem a relacionar a forma de falar da região às condições financeiras do interlocutor. Aqui, temos um dado que corrobora nossa proposição, pois vemos claramente o julgamento linguístico encobrindo o julgamento social. Infelizmente, a relação região norte/nordeste = pessoas pobres X região sul/sudeste = pessoas ricas, parece ser senso comum

no imaginário de muitos brasileiros. Todavia, conforme esse informante complementa, “*nem sempre isso quer dizer nada*”.

Quando, porém, questionamos se os participantes já teriam sido julgados dessa forma, a maioria (80%) afirmou que não, conforme vemos na representação gráfica a seguir:

Gráfico 9 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar do participante (Sertão)



Vemos, no Gráfico 9, que apenas 20% disse ter sido julgado pela forma que fala. Pedimos, então que relatasse o ocorrido.

INF. 5: “[...] quase sempre quando eu tô falando, até em casa o povo acha que eu tô falando braba, acha que eu soltei uma piada e nem foi. Foi só a maneira de falar e por falar justamente muito alto, muito forte, o povo meio que mistura sempre.”

Analisando esse comentário, observamos que o participante descreve ter sido julgado quanto a atributos pessoais, e não quanto a aspectos linguístico.

Vale destacar a forma como os informantes responderam que não foram julgados:

INFs. 1 e 10: “Que eu saiba, não.”

INF. 2: “Eu creio que não.”

INF. 6: “Não que eu me lembre.”

A partir dessas respostas, observamos que o falante diz não ter sofrido esse tipo de discriminação. No entanto, nenhum deles afirma categoricamente. Eles utilizaram uma construção linguística como estratégia de distanciamento da responsabilidade, ou seja, como não têm certeza se, de fato, foram vítimas desse preconceito, eles responderam buscando se preservar.

Outro informante que disse não ter sido julgado, de fato, foi avaliado linguisticamente.

INF.7: “Não. Só que eu era do Nordeste, né, só em relação ao sotaque.”

Esse informante parece não reconhecer que a avaliação em relação ao seu sotaque também é um julgamento linguístico. Observamos, no decorrer das entrevistas, que muitos dos participantes associam o “julgar a fala” com o “falar correto”, isto é, falar de acordo com a norma culta da língua portuguesa (INF. 8: “*Não, lembrar não, mas sempre tem assim de corrigir, mas isso é bom, a gente vai aprendendo também.*”).

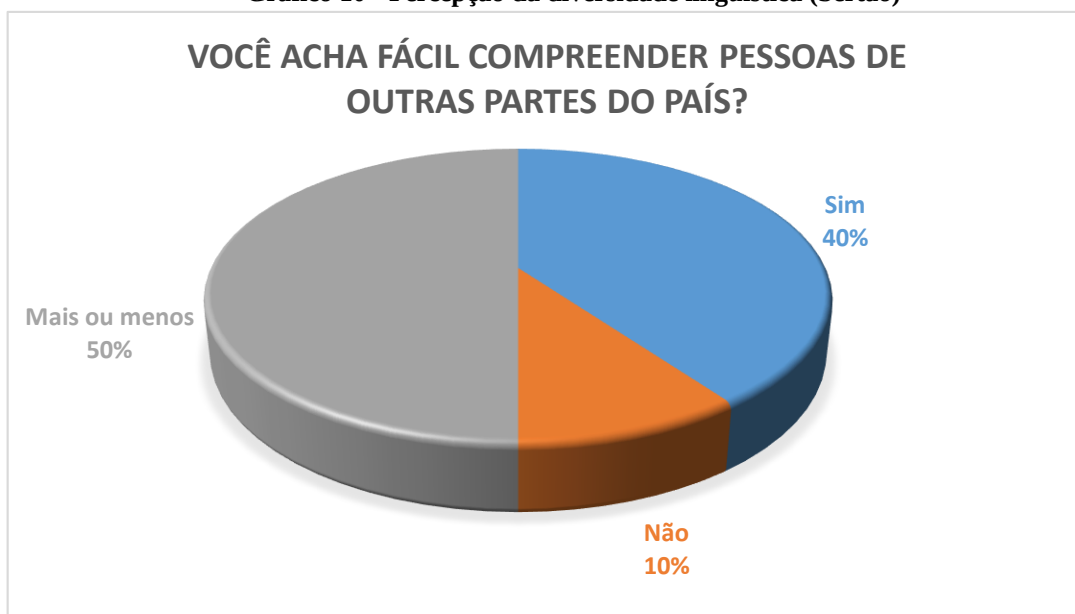
Recordando os principais pontos desse bloco, vemos que os participantes reconhecem a existência do preconceito linguístico, ocorrendo, segundo eles, numa situação de entre os pares, não sendo eles mesmos incluídos nesse cenário. É interessante o fato de relatarem sobre, mas sempre na perspectiva do outro como vítima. Até o falante 4 que relatou o que passou quando morou no Sul, quando questionado se já havia sido julgado pela maneira de falar, afirmou que não, confirmando o que chamamos de representação simbólica do preconceito linguístico.

BLOCO 6: Consciência e avaliação da diversidade linguística

Finalmente, o último bloco trata do reconhecimento da diversidade linguística, bem como a avaliação que as participantes da pesquisa fazem sobre os diferentes dialetos brasileiros.

Para primeira pergunta do bloco, *Você acha fácil compreender pessoas de outras partes do país?*, obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 10 - Percepção da diversidade linguística (Sertão)



De acordo com o Gráfico, 50% dos informantes relataram ter algum tipo de problema na compreensão da fala de pessoas de outros estados brasileiros. Já 40% relataram que acham fácil e 10% disseram que acham difícil compreender pessoas de outras partes do país. Eis alguns excertos que ilustram tal pergunta:

INF. 4: “É muitas vezes a forma de falar, o meio porque, dependendo da região eles usam muitas gíria0, aí a gente às vezes fica perdido, num sabe, né, o que eles querem dizer com as palavras.”

INF. 6: “A grande maioria sim, mas existem algumas palavras que a gente não conhece, né?”

INF. 9: “Acho. Pra mim é fácil lidar com outras pessoas, não tenho nenhum tipo de preconceito (sic), acho até muitos sotaques acho muito bonito, acho interessante.”

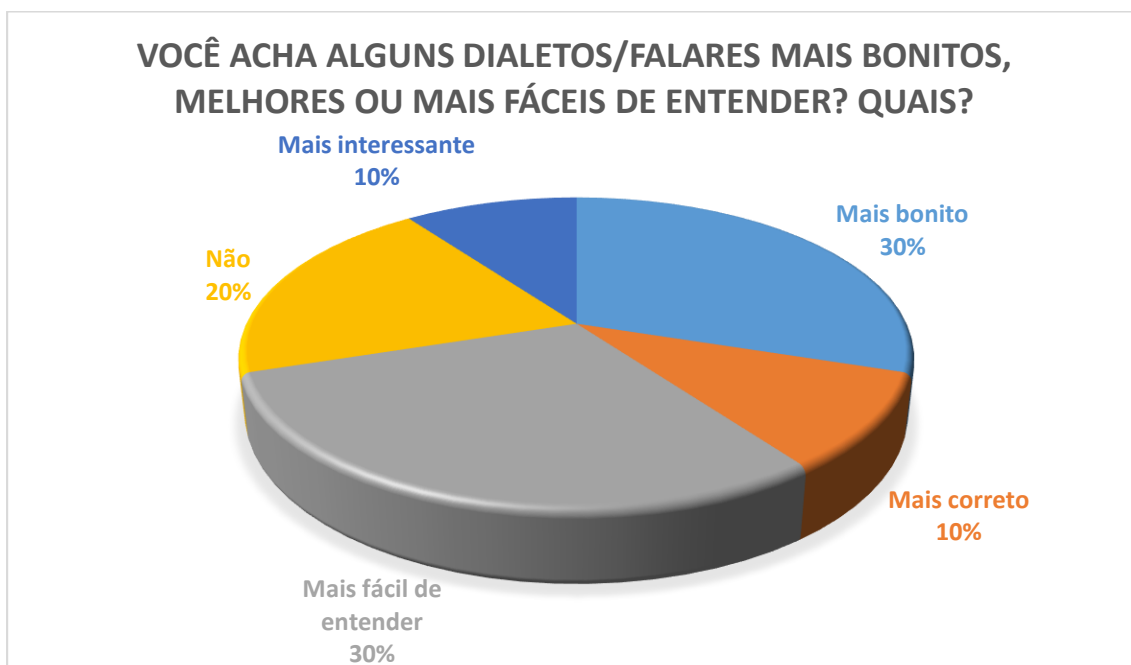
INF. 10: “É às vezes tem um pessoal que fala muito rápido, aí às vezes até nesses telemarketing que liga pra gente, a gente sempre pede pra repetir porque a gente não entendeu de tão rápido que eles falam.”

A maioria dos informantes apontaram os traços dialetais como um dos principais pontos que dificulta a compreensão de outros falares.

Uma fala interessante é a do informante 10, que menciona a questão dos atendentes de *telemarketing*. Todos os dias ele recebe esse tipo de ligação, sendo que a maioria desses profissionais são de outros estados brasileiros, o que dificulta a compreensão, de acordo com esse participante.

A segunda pergunta do bloco evidenciou uma questão interessante que será retratada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Avaliação dialetal (Sertão)



O Gráfico 11 sumariza a apreciação que os informantes fizeram dos diferentes falares brasileiros. Quanto à avaliação de outras variedades, vemos que 30% assumiram achar mais bonito, 10% mais correto e 10% mais interessante. O dialeto paraibano é tido como o mais fácil de entender por 30% dos participantes, por se tratar do nosso próprio falar. É digno de nota o fato de apenas 10% responderem que não. Analisemos algumas falas:

INF. 1: “Não, acho mais fácil entender o da gente que fala assim ao pé da letra mesmo, num tem o chiado, é ao pé da letra.”

INF.4: “Não. Assim, porque como a gente, o nosso eu acho mais fácil e melhor já pela adaptação, né, da nossa convivência de... mais fácil do que os deles, né? E eu gosto mais do nosso.”

INF. 6: “Tem, às vezes tem algum que é mais interessante, mas correto, não, a gente vê que às vezes facilitam um pouco.”

INF. 7: “Eu acho que o pessoal do Sul, assim, que fala bastante é... correto, né? Mais eles. Já o de São Paulo não que eu acho um pouco, é... eles enrolam muito o R, enrolam algumas letras. Aí eu nem acho bonito.”

INF. 10: “Não, às vezes tem do Sul, a maneira deles falar é mais bonita, só que tem gente também que exageram demais.”

Vemos que o falar sulista é o que mais recebe avaliações positivas, apesar de ter “*gente também que exageram*¹³ *demais*” (INF. 10).

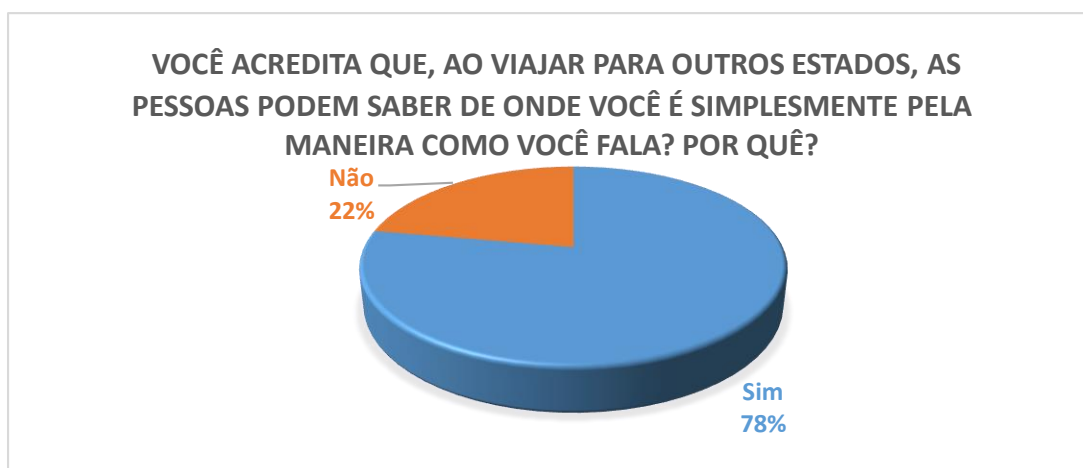
No que diz respeito ao falante 4, ele responde inicialmente sob o ponto de vista de achar a variedade paraibana “melhor”, porém não no sentido de superioridade, mas sim por ser “mais fácil do que o deles, já pela nossa adaptação” (grifo nosso). Finaliza afirmando gostar mais do falar paraibano.

É interessante percebermos a avaliação negativa que se faz com o “chiado”, e o R retroflexo.

É digno de nota a fala do informante 9, pois afirma achar o dialeto “*mais interessantes, mas correto, não*”.

Finalmente, para a última pergunta, *Você acredita que, ao viajar para outros estados, as pessoas podem saber de onde você é simplesmente pela maneira como você fala? Por quê?*, a maioria afirmou que sim (78%), conforme observamos no gráfico 12:

Gráfico 12 - Percepção dialetal (Sertão)



¹³ Transcrição literal da fala do entrevistado.

Todos que responderam afirmativamente foram unânimes em destacar o reconhecimento regional. Alguns mencionaram não ser possível definir a proveniência de qual estado brasileiro, especificamente. Eis algumas falas:

INF. 1: “Não, acho mais do estado não, mas a região, né, assim quando é do nordeste é mais fácil de identificar, ou quando é do sudeste, mas assim o estado mesmo acho que é difícil de saber de qual estado é.”

INF. 3: “Sim. Acho que cada região do do país assim tem um modo diferente, pra quem já conhece, que já veio no Nordeste e for pra sua região, se alguém do Nordeste chegar lá eles já falam ‘acho que você é nordestino’ e vice versa.”

INF. 4: “Por região, sim. Eu creio que sim. Mas assim, especificamente falar em relação ao Estado, não.”

Aconteceu algum episódio com você...

“Já. Exatamente no Sul também, que eles consideram muito o Nordeste ele se resume na Bahia. Eles acham que o Nordeste é a Bahia. Aí muitas vezes achava que eu era baiana, né? E eu falava que não, falava de onde onde era minha origem.”

INF. 6: “Sim, pelo menos tem uma noção da região, não exatamente o local assim, mas uma noção tem se é do Nordeste, se... eu acredito que sim.”

INF.7: “Com certeza. Porque é cultural, né? Como a gente conhece as regiões, quem é mineiro tem aquele jeitinho, o nordestino já é de outro, o do Sul já fala totalmente diferente, então quando a gente tá em determinada região ou vem alguém de fora a gente sabe de cara que essa pessoa não é daqui.”

INF.8: “Pode sim, mas outra coisa também que eles (do Sul) falam muito ‘ah é baiano’ (sic) eu falava ‘não eu sou paraibano’, ‘ah, mas é tudo a mesma coisa’.”

Os informantes aqui retratados realçaram a questão da regionalização do falar. Segundo o falante 7, a fala é cultural, “*então quando a gente tá em determinada região ou vem alguém de fora a gente sabe de cara que essa pessoa não é daqui*”.

Duas falas, especificamente, nos apresentam um dado interessante. Em suas experiências no Sul do país, mais especificamente em Florianópolis, eles afirmam que “*o Nordeste ele se resume na Bahia. Eles acham que o Nordeste é a Bahia*” (INF. 4) e “*eles (do Sul) falam muito ‘ah é baiano’ (sic) eu falava ‘não eu sou paraibano’, ‘ah, mas é tudo a mesma*

coisa''' (INF. 8). Observamos, assim, um estereótipo da identidade nordestina no imaginário desses falantes com os quais os informantes tiveram contato.

Recapitulando os resultados desse bloco, temos, de um lado, falantes que reconhecem a diversidade linguística (os participantes da pesquisa) e, por outro, falantes que limitam o Nordeste ao estado baiano (os interlocutores sulistas dos informantes 4 e 8).

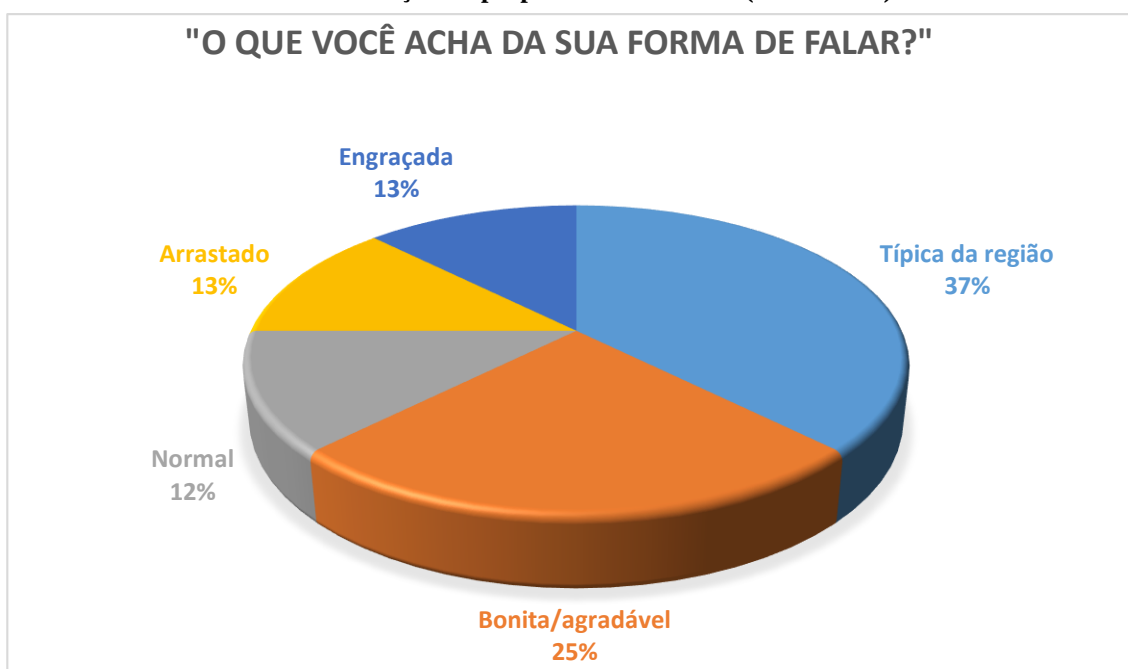
No que se refere ao julgamento dialetal e compreensão do falar, alguns informantes manifestaram achar melhor a própria variedade, justamente por ser a que temos contato, enquanto outros citaram o falar do Rio Grande do Sul como o “mais bonito”. É válido mencionar as avaliações negativas que alguns participantes fizeram com relação à palatalização e o – R retroflexo.

6.2. ANÁLISE DOS DADOS DA BORBOREMA

BLOCO 1: Sentimento com relação à sua própria fala

As duas primeiras perguntas da entrevista tiveram por objetivo aferir a avaliação do sentimento do informante com relação à própria fala. A representação gráfica a seguir apresenta os resultados para a questão: *O que você acha da sua forma de falar?*

Gráfico 13 - Avaliação da própria forma de falar (Borborema)



Grande parte dos informantes (37%) afirmou que a forma de falar é típica da região, realçando o falar característico do interior. Vejamos alguns depoimentos:

INF. 11: “Típica da nossa região, né, nordestina.”

INF. 17: “É... muitas vezes eu erro e (sic) como é típico aqui do interior, eu num digo as palavras corretamente, sabe? Maneira mesmo de falar. Quando eu falo muito rápido, aí, tipo, ‘mesmo’, ‘mehmu, né? Engulo muito assim.”

INF. 20: “Acredito que seja a forma mais correta, por mais que a gente, pela nossa região que a gente mora, a gente naturalmente a hente, nós temos a gíria, né, do paraibano do sertão, de falar.”

Observamos, assim como nos dados do sertão, que alguns informantes utilizam termos como “falar errado”/“engolir as palavras”. No entanto, os participantes dessa mesorregião, realçam que esses aspectos são característicos da forma de falar do interior. Percebemos, então, que eles justificam esses “erros”, devido ao fato de serem moradores do interior. Assim, inferimos que, no imaginário desses falantes, os membros das cidades mais próximas à capital são os que falam “mais correto”, isto é, mais próxima à norma padrão.

Quando questionamos especificamente o informante 20 o que seria esse modo de falar do paraibano do sertão, ele nos respondeu:

INF. 20: “Assim, nuns certos vícios de linguagem, certas gírias, coisas que até não só da região, né, do sertão, por exemplo, coisas que até na própria cidade me0mo. Diferença, sabe?”

Há alguma palavra, alguma coisa?

“Não. Seria coisa assim, por exemplo, do tradicional, de ‘vixe’, de ‘eita’, mais ou menos assim, de coisas que você só escuta mais aqui na nossa região.”

Notamos que, apesar do participante acreditar que há diferença entre o falar do paraibano do interior e o paraibano do litoral, ele exemplifica com termos que são comumente usados por grande parte dos paraibanos, independente da mesorregião. Todavia, é interessante frisarmos que o falante tem a percepção de que mesmo os municípios pertencentes à mesma unidade federativa, possuem particularidades no que diz respeito aos aspectos linguísticos. Nesse sentido, Antunes (2009) assevera:

Pensar numa língua uniforme, falada em todo canto e em toda hora do mesmo jeito, é um mito que tem trazido consequências desastrosas para a autoestima das pessoas (principalmente daquelas de meios rurais ou de classes sociais desfavorecidas) e que tem confundido, há séculos, os professores de língua (ANTUNES, 2009, p. 22).

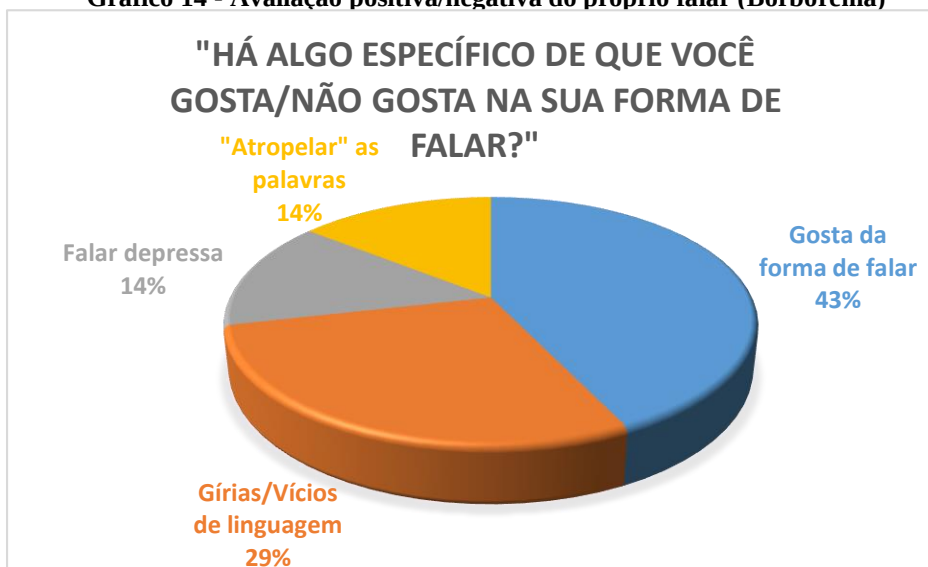
A partir da citação, podemos afirmar que é um erro pensar em uniformidade na língua, inclusive no contexto de um mesmo estado. Infelizmente, conforme o autor supracitado assevera, as sequelas têm afetado a autoestima do indivíduo. Acrescentamos, no entanto, que essas consequências não recairão apenas sobre o falante de classe social baixa, mas sim, sobre aqueles com algum tipo de condição social tida como inferior pela sociedade.

A fala do participante 17 ilustra bem essa questão. Esse informante, por exemplo, é um estudante universitário, com uma situação financeira regular, ou seja, não pertence a uma classe social desfavorecida e compõe o grupo das “mentes pensantes”. Mesmo assim, ele afirma que erra muitas vezes, como é típico do interior, isto é, associa o “falar errado” à fala do interior.

Dentre os demais participantes, 25% disseram achar a forma de falar “bonita/agradável”, 13% “engraçada”, 13% “arrastada” e 12% “normal”. O termo “engraçada” é usado pelo informante para justificar que fala apressado, rápido (INF. 16). Assim como os dados do sertão, a fala arrastada é uma palavra recorrente. Os informantes da Borborema também utilizam esse adjetivo com um sentido negativo. Igualmente o vocábulo “normal” é empregado para descrever que fala conforme a região que mora.

Para a segunda pergunta do bloco, *Há algo específico de que você gosta/não gosta na sua forma de falar?*, tivemos os seguintes resultados:

Gráfico 14 - Avaliação positiva/negativa do próprio falar (Borborema)



Conforme o Gráfico 14 apresenta, 43% afirmaram gostar de sua forma de falar. No entanto, nenhum deles justificou tal resposta. Para os que disseram não gostar da forma de falar devido ao uso de gírias e vícios de linguagem, obtivemos as seguintes respostas:

INF. 13: “Só as gírias, mehmo, que a... tipo, quando a hente fala algo errado (sic) pessoas diferente0, outros estados, eles fica rindo, algo assim.”

INF. 20: “Teria, acho que seria justamente essas certos vícios de linguagem, umas coisas que, acho que seria um pouco feio na língua, sabe, no falar. Coisa que você numa frase repete muito, numa pergunta, tipo assim ‘né’, ‘né’, né?”

Para os informantes em questão, as gírias e os vícios de linguagem são avaliados negativamente. Segundo o falante 13, a utilização de gírias demonstra o “falar errado”. Segundo ele, as pessoas de outros estados “ficam rindo”. Notamos aqui a noção de formas estigmatizadas (LABOV, 2001b, p. 196). Segundo Oushiro (2014):

[...] a estigmatização de certas variantes linguísticas advém do fato de que certos grupos com menor prestígio social tendem a empregá-las; [...] Há, portanto, uma direcionalidade na atribuição de significados sociais às variantes; tais significados surgem de construtos sociais mais amplos que antecedem o uso da língua (OUSHIRO, 2014, pp. 191-192).

Assim, baseados na citação previamente exposta, corroboramos a ideia do preconceito linguístico camuflando o preconceito social. Em outras palavras, o julgamento normativo sobre a fala do outro encobre, com efeito, um julgamento sobre seus falantes (CYRANKA, 2007, p. 59).

Os demais participantes avaliaram negativamente a forma de falar. Dentre eles, 14 % disseram “falar depressa” e 14 % afirmaram “atropelar as palavras”. Para esse último, observamos semelhança com os dados do sertão, por meio do termo “engolir as letras”.

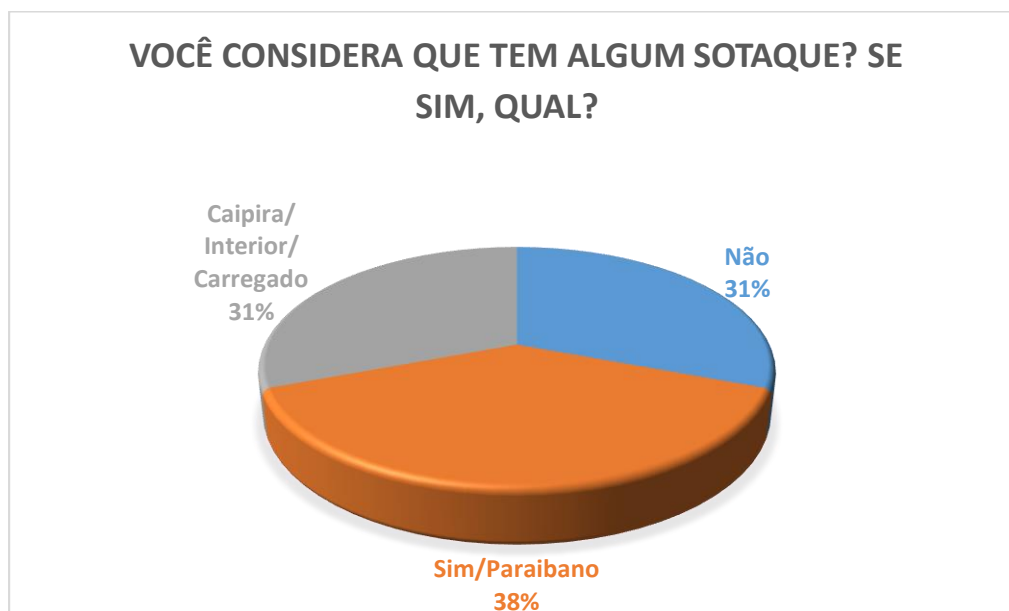
Assim, podemos apreender algumas conclusões nesse primeiro bloco: 74% dos entrevistados afirmaram gostar de seu modo de falar, o que mostra uma atitude positiva. Por outro lado, as respostas para a segunda pergunta indicaram que 57% dos informantes ressaltaram apenas aspectos negativos quanto às especificidades de sua fala (com base também nas respostas subsequentes). Assim como os dados sertanejos, instaurou-se nesse cenário o que chamamos de paradoxo do falante.

BLOCO 2: Consciência sobre aspectos de seu grupo linguístico

Para esse segundo bloco, reservamos perguntas que visaram averiguar o conhecimento do falante sobre a diversidade linguística.

Para a pergunta *Você considera que tem algum sotaque? Se sim, qual?*, obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 15 - Conhecimento com relação ao sotaque (Borborema)



A maioria dos participantes da pesquisa (38%) reconhece ter o sotaque paraibano, seguido de 31% que afirmaram ter o sotaque caipira, do interior ou um sotaque “carregado”. A seguir, reproduziremos algumas falas que nos chamaram a atenção:

INF. 11: “Considero. A gente tem um sotaque assim, mais caipira que as outras pessoas.”

INF. 16: “Eu acho que sim, o bem paraibano mehmo, do interior mesmo.”

INF. 17: “Tenho. Acho que mais carregado, mais do interior mais, forte.”

INF. 20: “Eu considero sim. Acho que poderia ser o ‘paraibanês’, né? Só é aqui mesmo que a gente fala. Acho que cada região tem seu sotaque. Principalmente o Nordeste que é muito rico de linguajar, tem regiões que até cria o dicionário mesmo do linguajar

daquela região, porque se você num... certas pessoas vão falar e você num vai entender certas coisas.”

Mais uma vez, temos a associação da fala interiorana/caipira com um falar sem prestígio. Outro dado interessante é o fato desses informantes assumirem ter um sotaque diferente da capital, ou seja, “*mais carregado*” ou “*mais do interior, mais forte*” (INF. 17), estabelecendo novamente esse tipo de distinção.

O comentário do informante 20 deixa explícito o reconhecimento de um modo de falar próprio do paraibano, tendo, porém, estabelecido a confusão entre os conceitos sotaque e dialeto, relação essa também observada nos dados do sertão.

É digno de nota a fala, em particular, do informante 19:

INF. 19: “Não. Sou paraibana da gema mehmo, falo assim, sem sotaque nenhum.”

Assim como aqueles que não reconhecem ter sotaque, esse participante estabelece uma associação negativa com o termo. Todavia, nesse caso em particular, podemos inferir que para esse informante falar com sotaque é falar como as pessoas de outros estados brasileiros. Essa suposição ganha força com base na resposta do falante 14. Vejamos seu comentário:

INF. 14: “Considero. Eu sempre chamei minhas tias de ‘tjias’, sempre chamei. É o sotaque, eu acho.”

Observamos que, para esse informante, ele possui sotaque porque palataliza a oclusiva dental surda, o que diverge do modo de falar paraibano. É possível que isso implique na verificação de um “sotaque” por parte dos pares com os quais ele mais se relaciona, ou seja, os falantes locais com linguajar paraibano enxergam nessa marca dialetal um sotaque, levando esse informante a também enxergar na palatalização uma evidência de “sotaque” para seu modo de falar individual.

A quarta pergunta, sendo, porém, a última do bloco, analisou a atitude do informante com relação ao seu sotaque.

Gráfico 16 - Avaliação do próprio sotaque (Borborema)



Aqui observamos que a maioria dos falantes (37%) expressa atitudes positivas, pois assegura “gostar/achar bonito” seu sotaque. Outros 25% qualificam-no como “nordestino”, isto é, estabelecendo a divisão regional brasileira. Apenas 13% assumiram não gostar e 25% afirmam ter um sotaque diferente da região. A seguir, apresentaremos alguns excertos que ilustram cada uma dessas respostas.

INF. 12: “Só: às vezes, por exemplo, em algumas palavras quando começo (sic) “minha tã”, aí eu falo do mehmo jeito, “tã” chiando, “vintfe”, só essas coisas mesmo do t...

INF. 13: “Normal, nordestino mesmo.”

INF. 14: “Não se encaixa pra o padrão do sertão.”

Por que?

“As pessoas ignoram. Porque eles acham que eu tô querendo ser de outra região, buscar outros conhecimentos de fora pra trazer pra cá.”

INF. 17: “Não gosto muito. Já escutei, não gosto. Num sei porque, acho que é porque é muito carregado, entendeu?”

INF. 20: “Eu acho um sotaque... pra nossa região eu acho bonito, acho rico, acho muito rico, muito interessante também e muito criativo pra quem, como se foi criado certas

palavras pra certas coisas ou, assim, objetos ou coisas, gestos que você faça, que recebe um nome.”

A partir dos comentários, observamos que dois dizem ter um sotaque diferente da região. O falante 12 é paraibano, morou um tempo em Porto Velho e há mais de dez anos está residindo em sua cidade natal novamente. No entanto, notamos que o dialeto portovelhense foi acomodado pelo participante de tal forma, que alguns aspectos fonológicos foram mantidos. Assim como ele apresenta no decorrer da entrevista, o informante 14 afirma que “*as pessoas ignoram*” tal forma de falar. Percebemos aqui uma atitude de reprovação por parte dos interlocutores.

Já o falante 17 justifica não gostar do seu modo de falar por ele ser “*muito carregado*”. Observamos aqui uma clara atitude negativa em relação ao próprio sotaque.

Por fim, o informante 20 apresenta uma atitude positiva, afirmando achar muito rico, interessante e criativo.

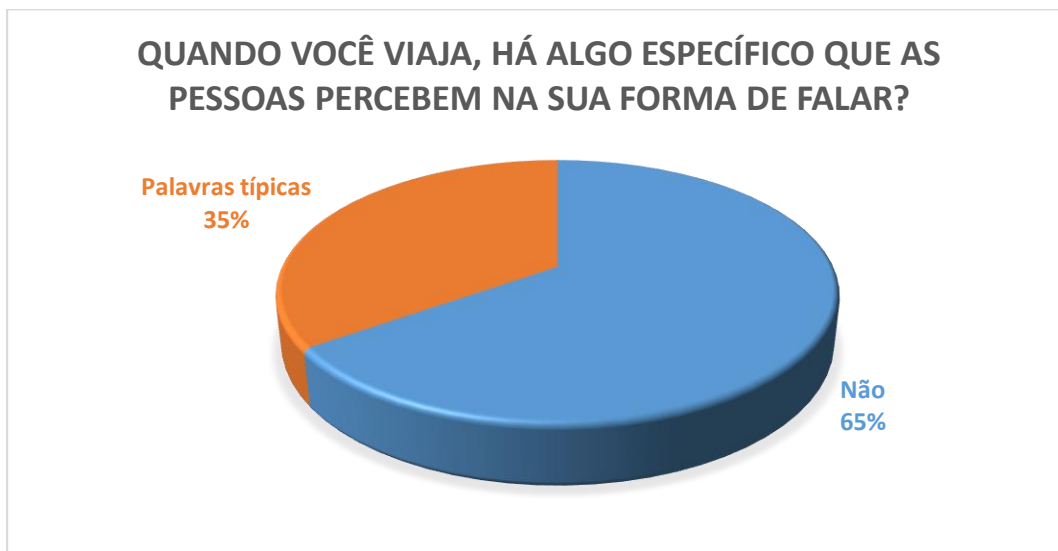
Finalizando os temas abordados nesse tópico, percebemos que os informantes reconhecem possuir o sotaque paraibano/nordestino. Um aspecto aqui ressaltado foi a modo de falar do interior. Os participantes, no entanto, apresentaram atitudes negativas quanto à essa questão. Na mesma proporção percentual do sertão, parte dos sujeitos da pesquisa afirma não possuir sotaque, devido à realização de uma associação do tipo, “ter sotaque = palatalização”, por exemplo. Para os que expressam atitudes positivas, notamos, mais uma vez, a mescla dos conceitos sotaque e dialeto.

BLOCO 3: Descrição e avaliação feita pelo interlocutor

A fim de verificarmos como o falante acredita ser avaliado por seu interlocutor, mais duas perguntas foram agrupadas nesse bloco.

Para a pergunta *Quando você viaja, há algo específico que as pessoas percebem na sua forma de falar?*, um dado interessante surgiu: a maioria dos informantes (65%) responderam que não, conforme vemos na representação gráfica a seguir:

Gráfico 17 - Julgamento que o interlocutor faz quanto ao modo de falar do informante (Borborema)



Analisando o Gráfico 17, vemos que apenas 35% acreditam que seus interlocutores percebem algo específico na sua forma de falar, ressaltando a questão das palavras típicas. Eis alguns excertos que demonstram tais posicionamentos:

INF. 15: “Sim, acho que pelo fato de ser paraibana, o pessoal já ‘ah paraibana’ aí vai puxando conversa, vai elevando até o nível da fala.”

Você já passou por algo assim? Poderia relatar?

“Foi no Rio. Lá em Angra, onde meu irmão mora, então eles foram puxando até um certo nível (sic), só tem a 3, você está aqui.”

Mas eles falavam o quê? Queriam escutar falando como?

“Palavras que eles nunca escutaram, tipo ‘bichim’, que pra eles são novidade. É... a gente chama aqui, pelo menos feijoada, eles não chamam de feijoada, pelo menos no setor aonde meu irmão mora, é feijão preto, coisas pequenas, palavras que num tem muita importância pra gente, mas pra eles acham bonito, interessante, agradável.”

INF. 17: “Não. Acho que não. Só teve uma situação de uma colega minha que é de Tocantins e ela vive há muito tempo em João Pessoa e ela disse que ela se acostumou muito com João Pessoa, a maneira das pessoas falarem e quando veio aqui pra o sertão da Paraíba foi estudar em Patos, ela percebeu que era muito carregado.”

Você percebe que há alguma diferença, assim, por exemplo, como você tá dizendo, sertão e João Pessoa?

“Muitas vezes sim. Na maioria das pessoas que eu conheço que moram lá, eles falam muitas gírias que não tem muito aqui.”

INF. 20: “Eu acho assim, quando você viaja principalmente, assim, pra fora da nossa região, como por exemplo, pra fora do Nordeste, ou até mesmo dentro do Nordeste num canto mais afastado, acho que o modo de falar certas coisas, o que eu acabei de dizer nas outras perguntas, questão de gírias, que pra, por exemplo, numa padaria você vai comprar um pão, aquele pão naquela região tem um nome, na sua tem outro, que você pergunta e o cara ‘que pão é esse?’, num tem. Aí acho que essas são as diferenças que mais se percebem.”

Diferentemente do que vimos nos dados sertanejos, aqui temos um falante (INF. 15) descrevendo uma situação de contato linguístico, na qual seus interlocutores demonstram interesse em conhecer as palavras típicas de sua região, sem apresentar uma atitude de preconceito com relação ao locutor. O participante reafirma isso na questão subsequente.

O informante 17 inicialmente responde a pergunta sob a perspectiva de uma amiga de outro estado que veio morar na capital paraibana, mas quando questionada diretamente, expressa o mesmo ponto de vista. É interessante notarmos que novamente o binômio fala do interior *versus* fala da capital surge, nessa ocasião, ressaltando a questão do uso de palavras específicas para cada localidade.

Por fim, temos o falante 20 mais uma vez expressando atitudes positivas, mencionando também o uso de palavras típicas.

O fato de os informantes sugerirem os itens lexicais como uma variável indicadora de identidade é porque o léxico também “sofre” pressões linguístico-culturais para a sua formação. O léxico também é dinâmico.

Quando questionados sobre se alguém já criticou, elogiou, riu ou comentou a respeito da forma de falar de cada um dos participantes, apenas a falante 13 respondeu que “há só elogios” quanto à sua fala. Do mesmo modo dos dados do sertão, 50% afirmaram que não. O Gráfico 18 sumariza bem as respostas:

Gráfico 18 - Atitudes negativas do interlocutor (Borborema)



Conforme vemos, dos 50% que responderam que seus interlocutores já manifestaram algum tipo de reação, 40% “riram” e 10% teceram comentários a respeito da forma de falar do locutor. Vejamos alguns depoimentos:

INF. 12: “Já riram mu:ito. Já falaram ‘ah já era pra você ter aprendido falar igual ao povo daqui, porque muita gente passa só um mês fora e já vem falando com o sotaque de fora.’ Mas eu não. Nunca prestei muito atenção nisso não. Acho normal. Não ligo com muito com a opinião do povo não.”

INF. 14: “Já riu. A maneira assim, de chamar as pessoas, o jeito, assim, bem mais da região [...]”

INF. 19: “Já (risos). Eu falo muito, é, tipo o português às vezes da gente, acaba com a gente, né? Assim... algumas maneiras da gente falar. Pronto, uma vez eu tava com uns meninos num restaurante, aí quando terminou, a hente, aí sem querer eu falei num sei que ‘de bucho inboicado’, aí oh menino0 ‘o que é bucho inboicado?’ (risos). Aí eu disse ‘ah!’, porque sai, né, assim?”

INF. 20: “Já. Assim, de rir, de comentar, às vezes até criticar também, mas assim, uma boa crítica. Assim, pelo tanto de palavras novas que, de gírias que, tá muito voltado nesse tema de gíria.”

Diferentemente dos dados sertanejos, aqui os ouvintes que expressaram tal atitude são membros da mesma comunidade linguística do informante. No caso da falante 12, as pessoas questionam e riem do fato de ela ainda continuar com alguns traços do sotaque rondoniense. Os demais participantes descrevem o julgamento realizado pelos interlocutores com relação a características dialetais.

O que nos chama atenção, nesta ocorrência, é o fato de os ouvintes que expressaram esse tipo de atitude fazerem parte da mesma comunidade de fala e, ainda assim, “fazer graça” pelo uso de termos locais que, vez por outra, eles próprios podem estar utilizando em determinadas situações conversacionais. O que se estabelece nesse cenário, então? O padrão de língua que vem de cima, isto é, das classes sociais dominantes, leva os falantes a pensar na noção de “língua correta”. Assim, a utilização de certas formas linguísticas deve sempre ser evitada, mesmo em situação informal. É isso que faz com que até mesmo pessoas pertencentes a um mesmo grupo social ou local estigmatizem expressões próprias de sua comunidade. Aqui temos um claro caso de relação *reverse* (ver capítulo 2), ou seja, vemos os conterrâneos, nesse caso os amigos da informante, optando pelo distanciamento da coexistência linguística, ao invés

da harmonia linguística. As consequências dessa relação é a geração de um sentimento de desprestígio social e um consequente complexo de inferioridade linguística. É o que observamos a partir da fala “*o português às vezes da gente, acaba com a gente, né?*” (INF. 19).

Recapitulando os principais resultados, um dado interessante foi o fato de mais da metade dos participantes (65%) ter afirmado que, quando viajam, não há nada específico que seus interlocutores percebam em suas formas de falar. Uma possível explicação é que esses informantes, em particular, não tenham se deslocado para outro estado. Outro ponto que merece destaque foi um dos informantes ter sido vítima de chacota por parte de amigos por causa do uso de termos regionais. Na situação descrita instaurou-se o que chamamos de relação *reverse*.

BLOCO 4: Tendências de reação do informante

Visando avaliar as tendências de reação dos informantes, questionamos se eles, em alguma situação, já mudaram a forma de falar para adaptar-se ao entorno. A maioria dos entrevistados (58%) respondeu positivamente, de acordo com o Gráfico a seguir:

Gráfico 19 - Adaptação da fala ao contexto (Borborema)



A parcela de 42% revela falar sempre do mesmo jeito, independentemente do local onde esteja: “*Acho que a forma que eu falo aqui, eu falo nos outros canto0*” (INF. 16) Dos 58% que

afirmaram mudar a forma de falar a depender da situação, alguns apresentaram justificativas que merecem ser analisadas:

INF. 15: “Às vezes sim, até porque quando a gente tá num ambiente fechado a gente não escuta muito bem nossa voz. Mas os outros escuta. Inclusive (sic) recentemente nuns quinze dias eu fui fazer um programa no rádio, então muita gente ‘Mária, você chiava muito’, só que eu não chiava nada (risos). ‘Impressão de vocês’ (risos).”

INF. 17: “O modo de falar, assim, é pela forma que eu tenho que me comunicar por conta do curso que eu faço. Aí eu tenho que usar mais termos técnicos, principalmente, vamos ver, na faculdade, agora no emprego.”

INF. 20: “Já.”

Você lembra o episódio?

“Não, (sic) assim, de uma cUnversa, certa vez com uma pessoa pelo nível que ela tinha de inteligência, assim, num foi uma cUnversa formalmente que você tem com seus amigos descontraído, aí você, vamos dizer assim, entre aspas, elevou um pouco o nível da cUnversa. Não foi aquela coisa de linguajar, de coisa popular, né?”

O falante 5 exemplifica sua resposta com sua participação em um programa de rádio. Esse informante admitiu mudar sua forma de falar nessa dada situação, todavia, quando seus ouvintes afirmaram que ele “chiava muito”, logo ele desmentiu o fato.

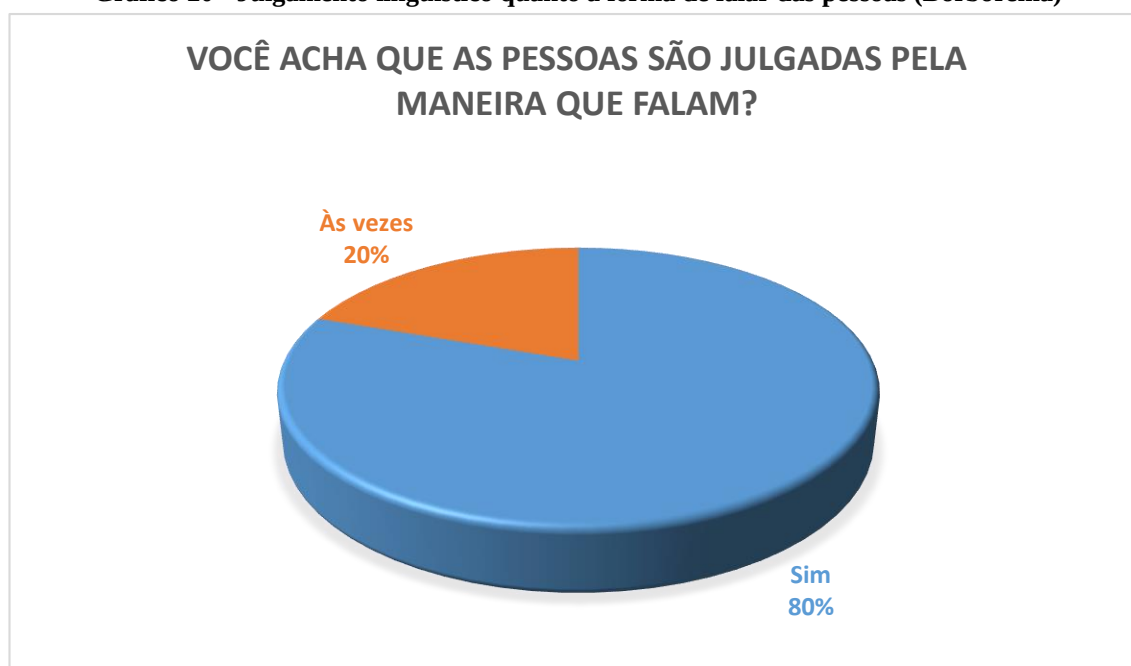
Os informantes 17 e 20 apresentam situações de adequação conversacional no contexto profissional e formal. Observamos aqui um claro entendimento, por parte dos locutores, da questão da adaptação do modo de falar ao entorno.

Concluindo esse bloco, observamos que grande parte dos entrevistados que respondeu afirmativamente, entendem a associação entre a mudança na forma de falar à questão da adequação situacional. Por outro lado, acreditamos que os participantes que declararam não mudar, parecem associar essa mudança ao “falar com o sotaque do outro”. Respostas como a do falante 12 (“*Não. Falo normal.*”) ilustram esse quadro.

BLOCO 5: Pensamentos e crenças sobre preconceito linguístico

Nessa seção reunimos perguntas que abordam a questão do preconceito linguístico nos três vieses que discutimos no capítulo 2. Vejamos os resultados percentuais:

Gráfico 20 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar das pessoas (Borborema)



Assim como os informantes do sertão, a maioria dos participantes (80%) acreditam que as pessoas são julgadas pela forma de falar, contra 20% que acham que não. Na sequência, as respostas que justificam tal posicionamento.

INF. 11: “São. Às vezes são criticadas, né? Às vezes as pessoas tentam, é, fazer um padrão da fala, principalmente, assim, com o pessoal do Sul. Tentam se igualar.”

INF. 12: “Sim. Muitas delas são.”

Por que?

“Tipo, quando: tem muita gírias em João Pessoa, né, aí que vem pra cá. Por exemplo, tem muita família lá que vem pra cá. Aí o povo já começa a critica0 “Ah isso né jeito de falar não, isso é errado. Você tem que aprende0 a fala0.” Comigo mesmo já disseram “Você tem que aprender a fala0 com mais correto”. Ou tem vez que tiro onda com minha mãe, que: ela foi professora, aí uma vez eu disse “nóis vai ali e volta”. Ela fez “É o quê?” Eu fiz “eu vou ali e já volto” (risos).”

INF. 14: “Acho que sim. As pessoas olham com um olhar diferente, como se fosse que tivesse menos conhecimento, distingue se tem menos ou mais. Elas julgam por isso.”

INF. 15: “Sim. Porque às vezes a gente tá tão ansiosa, tão apressada se você fala a palavra errada, eles vão l0e julgar, ‘ah, você não é inteligente’, ‘você não sabe lidar com o público’, ‘você não sabe se expressar’, e muitas vezes a gente julga muito pela

aparência, talvez por uma, eu digo por mim mesmo, talvez eu saiba falar bem com juiz e uma pessoa que é doutorado, mestrado talvez não saia, não saiba se expressar com ele.”

INF. 17: “São. Porque por essa situação dessa minha colega. Eu via que ela era muito julgada pela maneira que ela falava porque no Tocantins era tipo como um carioca, chiando, sabe? Era muito acentuado isso, aí eu via que, tipo, fazia muita piadinha, achavam graça.”

INF. 19: “Às vezes. Por exemplo. Eu tenho uma amiga que ela morou..., ela nasceu em Brasília, mas mora aqui já faz mais de dez anos, mas ela fala o sotaque dela é do povo de lá. Ela chia muito e todo mundo fica dizendo que ela tá se amostrando, que já tinha dado tempo pra ela se adaptar aqui, mas não é dela mesmo.”

INF. 20: “São. Acho que a questão do preconceito que existe muito na nossa região, estado... no próprio Brasil, de pessoas do Norte, lá da região Sul, Centro-oeste, o próprio Sudeste, o jeito que fala. Eu mesmo critico muito, por exemplo, o carioca, o chiado. Tá falando parece um raio ‘xiiii’, entende? Mas existe.”

A partir dos comentários tecidos pelos entrevistados, percebemos três tipos de posicionamentos, a saber, o julgamento intelectual, o regional e o local.

Para esse primeiro tipo de julgamento, os informantes 14 e 15 argumentam que o nível intelectual de uma pessoa é avaliado por meio da forma de falar desse alguém. O falante 15 ainda acrescenta a questão do “julgar pela aparência”. Ele complementa: “[...] *a gente julga muito pela aparência, talvez por uma, eu digo por mim mesmo, talvez eu saiba falar bem com juiz e uma pessoa que é doutorado, mestrado talvez não saia, não saiba se expressar com ele.*”

No que diz respeito ao segundo tipo, notamos um julgamento inverso: os paraibanos avaliando negativamente o falar do outro. Os informantes 17 e 19 relatam casos de preconceito linguístico sofridos por colegas. É interessante destacarmos que as expressões “*fazia muita piadinha, achavam graça*”/ “*ela tá se amostrando*”/ “*já tinha dado tempo pra ela se adaptar aqui*”, só reforçam a ideia de não aceitação da fala do outro. Se analisarmos minuciosamente tais sentenças, o termo “se amostrar” em bom “português nordestino” significa que a pessoa está “querendo ser o que não é” ou “quer ser mais que os demais”. Assim, percebemos um sentimento de inferioridade encoberto. De igual modo, a frase “*já tinha dado tempo pra ela se adaptar aqui*”, reforça esse pensamento, pois é como se o ouvinte paraibano dissesse “você, morando aqui, faz questão de falar diferente para não ser igual a gente”.

Concernente a pergunta *Alguém já o julgou dessa forma?*, assim como dos dados sertanejos, a maioria dos entrevistados (60%) responderam que não, contra 40% que disseram terem sido julgados pela forma de falar. Vejamos os resultados no Gráfico 21:

Gráfico 21 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar do participante (Borborema)



É digno de nota a resposta do falante 13 quanto à essa questão:

INF. 13: “Já.”

Você pode relatar um episódio?

“Tipo, na es... quando eu estudava na escola, quando falava “mais alguma coisa”, não, não é “mais” é “mas”, essas coisas, essas palavras de português.”

Apesar de o participante ter se equivocado quanto ao exemplo, o que nos chama atenção nesse depoimento foi o local onde o participante sofreu esse tipo de julgamento, a saber, o ambiente escolar. Infelizmente, esse continua sendo o retrato de muitas escolas brasileiras. O espaço onde deveria ser de construção do saber, pautado no reconhecimento das diferenças, termina sendo o lugar em que mais se sofre preconceito. Esse relato só reforça nosso pensamento.

Chamou-nos atenção a fala do informante 15. Vejamos o que foi narrado:

INF. 15: “Sim, mas faz muito tempo.”

Você poderia relatar a situação?

“Foi numa audiência, né, e uma pessoa muito fina, já com o seu mestrado, foi falar uma palavra e eu simplesmente falei outra que o juiz gostou e pergunto se eu era formada, em Letras, essas coisas e eu simplesmente disse que não, que eu sou apenas uma técnica em enfermagem.”

Pela narrativa, observamos que esse participante, em particular, descreveu um exemplo de julgamento positivo. Até o presente momento das análises, esse foi o único relato que o entrevistado apresentou essa questão sob um ponto de vista favorável.

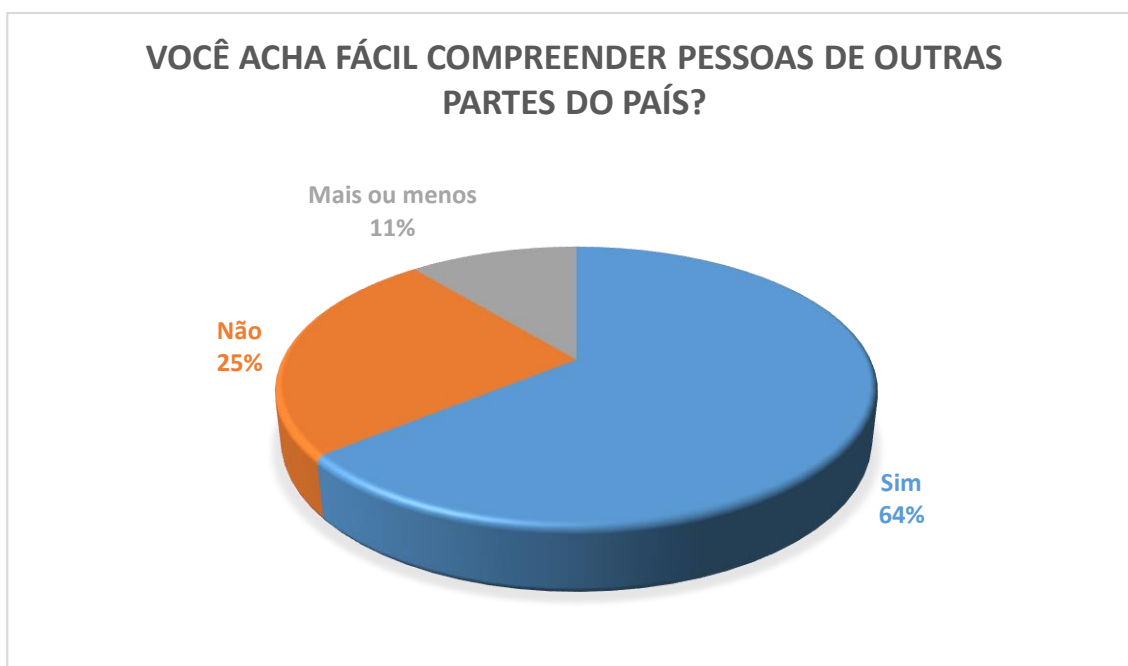
As demais respostas para essa questão vêm corroborar nossa proposição, pois 60% afirmaram não ter sofrido esse tipo de julgamento. Em outras palavras, a maioria das pessoas só reconhece o preconceito linguístico no contexto conversacional apresentada na figura 13, ou seja, o participante não se inclui na situação.

Finalizando esse bloco, percebemos que os informantes reconhecem a existência do preconceito linguístico, ressaltando a questão do julgamento intelectual, o regional e local. Até o presente momento das análises, nossa proposição sobre a atitude em três vieses vem sendo comprovada.

BLOCO 6: Consciência e avaliação da diversidade linguística

O último bloco reuniu as perguntas: *Você acha fácil compreender pessoas de outras partes do país?; Você acha alguns dialetos/falares mais bonitos, melhores ou mais fáceis de entender? Quais? e Você acredita que, ao viajar para outros estados, as pessoas podem saber de onde você é simplesmente pela maneira como você fala? Por quê?* E teve como objetivo analisar qual a avaliação do locutor com relação à diversidade linguística do nosso país. Para a primeira questão, vejamos as respostas dos entrevistados:

Gráfico 22 - Percepção da diversidade linguística (Borborema)



Analisando o gráfico 22, observamos que 64% afirmou não ter problema na compreensão na fala de pessoas de outras partes do nosso país, contra 25% que relataram achar difícil. Os 11% que assumiram ter algum tipo de problema no entendimento de outros dialetos, apresentaram tais justificativas:

INF. 14: “Acho um pouco. A fala, assim, principalmente de objetos, eles chamam out0os nomes e às vezes é bem diferente os nomes. Assim a pessoa estranha, um pouco.”

INF. 20: “Tem uma certa dificuldade. Embora todo mundo fala português, mas é muita coisa que... às vezes o jeito de falar, o linguajar, né, da regi... específico da região deles, fica um pouco difícil o português e a questão do linguajar próprio que eles têm. Delimitar nomes pra certas coisas que aqui alguma coisa é conhecida por um nome e lá na região deles já é outro nome, num tem nada a ver cUm nosso.”

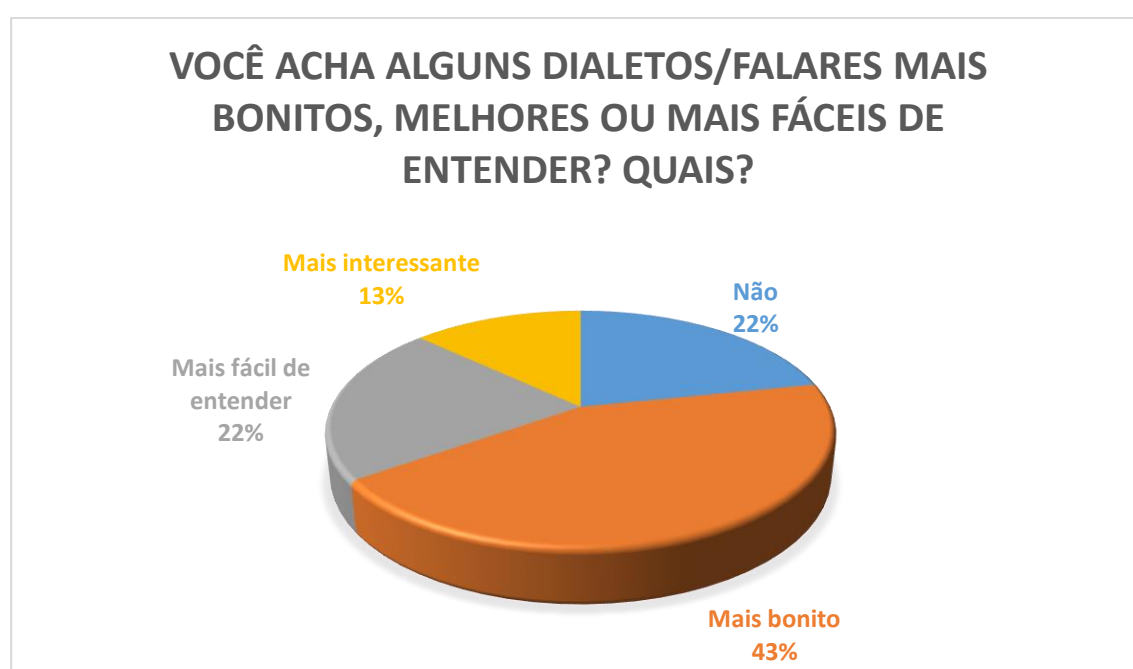
A partir da fala desses informantes vemos que, para eles, a parcial dificuldade está no emprego de diferentes termos para uma mesma coisa, ou seja, aqui chamamos de um modo e em outro estado se conhece esse mesmo objeto por outro nome. Semelhantemente o falante 19 apresenta a mesma justificativa, todavia ele diz não achar fácil entender os demais falares.

INF. 19: “Eu tenho umas tias de São Paulo, às vezes tem algumas dificuldades no vocabulário deles que tem algumas palavras e significados que lá é uma coisa e aqui é outra totalmente diferente, mas que cUm tempo adaptando com eles aí dá pra...”

Para esse informante, a total dificuldade na compreensão reside na atribuição de diferentes nomes aos mesmos objetos.

Para a segunda pergunta do bloco, obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 23 - Avaliação dialetal (Borborema)



Com relação a essa pergunta, 43% responderam sob a perspectiva de “achar mais bonito”. Os dialetos citados foram o gaúcho e o mineiro. O falar nordestino e o paraibano, em especial, foram os especificados como “mais fácil de entender” por 22% dos participantes. Outros 22% responderam que não. Um total de 13% mencionaram achar “mais interessante” a fala do Rio Grande do Sul. Vejamos algumas das respostas:

INF. 13: “O do... do Sul. Acho muito bonito o povo do Rio Grande do Sul falando.”

INF. 14: “Mais bonitos, eu acho o da região de Minas Gerais. Eu acho bonito e fácil de compreender.”

INF. 16: “Bom, eu vou pelo paraibano, eu acho o nordestino, é, muito mais fácil. A gente tem algumas palavras que só nós falamos mesmo, eu acho, mas acho interessante o do Sul.”

INF. 17: “Mais bonito eu acho o pernambucano porque também tive convivência e eu acho o sotaque deles mais, assim, mais simpático.”

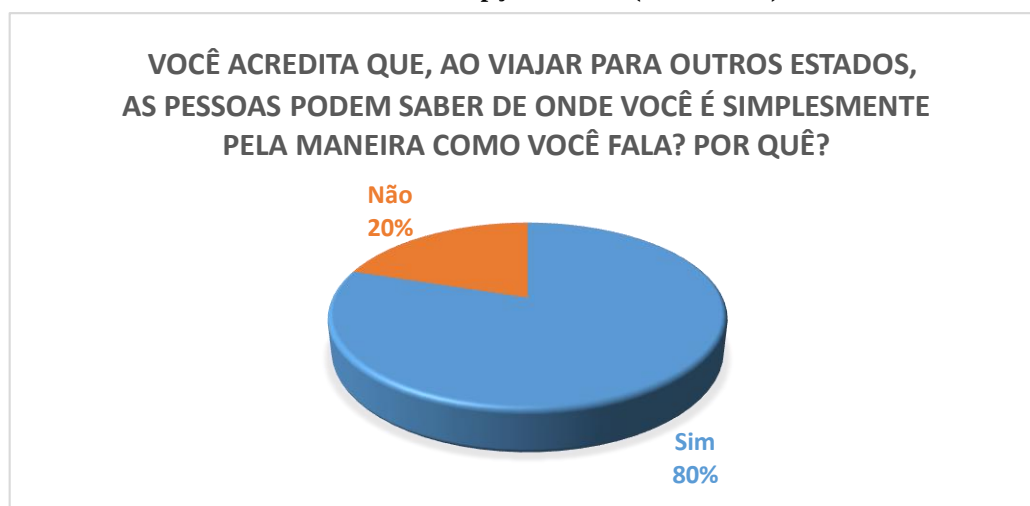
INF. 20: “Eu acho assim que o nordestino ele é um pouco mais fácil de se entender o linguajar dele. Eu acredito que seja mais, assim, mais fácil, por mais que a gente tenha nossas características próprias que todo mundo tem, mas acho que é o que mais, vamos dizer assim, fica um termo mais neutro, num é tão, assim, estranho, né? É um que é mais compreensível, assim, onde ele chegar acho que ele é mais fácil de compreender.”

A partir dos relatos expostos, notamos que o falar gaúcho é o que mais recebe avaliações positivas, pois ora os informantes o qualificam como “mais bonito”, ora como “mais interessante”. É pertinente realçarmos a expressão quanto ao modo de falar pernambucano. O falante 17 classifica-o como “mais simpático”. Até o presente momento das análises, esse dialeto, em particular, é o mais mencionado dentre os demais falares nordestinos.

O falar nordestino e, especificamente, o paraibano, é avaliado como o “mais fácil de entender” por se tratar da nossa forma particular. É digno de nota a expressão empregada pelo informante 20, que diz ser um dialeto “*mais neutro*”. Por isso, segundo ele, nossa fala não é “*estranha*”, sendo, portanto, “*mais compreensível*”. Um questionamento surge a partir desse comentário: o que leva um falante a classificar sua própria fala como neutra?

A última pergunta da entrevista está representada no gráfico a seguir:

Gráfico 24 - Percepção dialetal (Borborema)



A maioria dos informantes (90%) afirmou ser possível esse reconhecimento, realçando o uso de termos regionais e o sotaque. Eis alguns dos relatos:

INF. 11: “Pode, principalmente se for nordestina, a pessoa já conhece, assim, pelo jeito de falar a pessoa já conhece.”

INF. 13: “Acho que sim... mais ou menos. As gírias. Muitas pessoas, tipo, “menina” lá no Sul é “guria”, essas coisa0...”

INF. 14: “Sim. Porque as pessoas já conhece0 muito, assim, que é da Paraíba devido o sotaque, tá falando, o jeito de se expressar...”

INF. 16: “Sim. Pela forma bem peculiar do paraibano.”

INF. 17: “Eu acho que sim porque vão ver, passa muito na TV, essa coisa, né, quando vai falar dum paraibano, pernambucano, da fala que ele tem. Aí acho que sim.”

INF. 19: “Mas porque a gente sabe, né, pelo que as pessoas comentam que quando uma pessoa fala arrastado, aí diz logo ‘esse é nordestino’.”

INF. 20: “Grande maioria, sim. Acho que pelo tom de voz, o jeito que a Oente fala, acho que dá pra você identificar, assim, não cem por cento, mas na maioria das vezes tem como se identificar, por exemplo, que você seja do sudeste, São Paulo, do Rio, aí do norte ou é do nordeste, principalmente assim, diferença sertão aqui: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Salvador, Bahia, acho que tem sim como se identificar, na maioria das vezes.”

Assim como os informantes do sertão, aqui os aspectos realçados foram as palavras típicas de cada região (“*menina*” lá no Sul é “*guria*”. INF. 13) e a pronúncia peculiar de cada estado ou região (“[...] *devido o sotaque, tá falando, o jeito de se expressar...*”. INF. 14).

Alguns comentários retratam um aspecto que merece ser visto mais detalhadamente, a saber, a caracterização do nordestino. Segundo os participantes, o nordestino é facilmente reconhecido em virtude de sua fala arrastada e a forma como é retratado pela mídia. Aqui observamos claramente o poder que os meios de comunicação social, em especial as telenovelas, têm exercido na vida cotidiana dos brasileiros, influenciando até na concepção de

mundo das pessoas. Ora, na maioria das vezes o personagem do Nordeste é interpretado como uma figura estereotipada. Sua representação não condiz com a realidade, e, por vezes, é representado de maneira grosseira e preconceituosa.

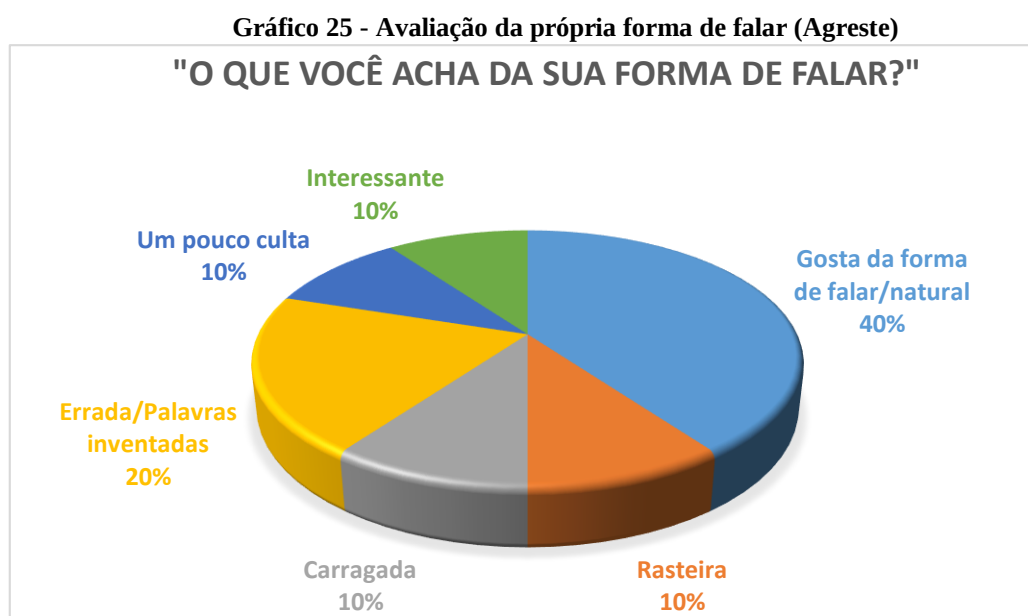
As pessoas que deram respostas negativas justificaram dizendo só ser possível esse reconhecimento se o interlocutor for bastante atencioso. Caso contrário, não tem como saber a procedência do falante.

Finalizando o presente bloco, observamos que os informantes reconhecem a diversidade linguística existente em nosso país, e atribui a total ou parcial dificuldade de compreender outras variedades por causa do vocabulário regional. No que se refere à avaliação dialetal, o falar gaúcho é o que mais recebe atitudes positivas. Dentre os dialetos nordestinos, o paraibano é tido como o mais fácil de se compreender. O pernambucano também é bem avaliado por alguns participantes. Por fim, no que diz respeito ao reconhecimento da procedência do locutor mediante seu jeito de falar, grande parte afirmou ser possível. Um aspecto importante aqui realçado foi a caracterização do nordestino pela mídia.

6.3. ANÁLISE DOS DADOS DO AGRESTE PARAIBANO

BLOCO 1: Sentimento com relação à sua própria fala

Para o presente bloco, selecionamos duas perguntas com o intuito de aferir as atitudes dos falantes com relação à sua fala particular. A seguir, vejamos o resultado para a primeira pergunta.



Analisando os resultados do Gráfico 25, vemos que 40% afirmaram gostar da forma de falar, 10% disseram achar interessante e 10% acreditam ter um fala culta. No que diz respeito aos que realçaram aspectos negativos, 20% declararam que falam “errado” ou que “inventam palavras”, ao passo que 10% enfatizaram a fala arrastada e outros 10% destacaram que possuem uma fala “carregada”. Vejamos alguns excertos que ilustram tais respostas.

INF. 23: “Eu gosto, eu particularmente gosto. Sei que às vezes parece um pouco engraçada porque o sotaque nordestino é um pouco arrastado e tudo mais, mas eu particularmente gosto. Tenho orgulho do meu sotaque e principalmente do meu, da minha região.”

INF. 25: “Eu acho interessante. É... muito diferente, a gente nota quando escuta pessoa de outro estado falar e... porque conversam com paraibano num dá, num tem muita diferença, mas você nota mesmo você fala muito arrastado e às vezes bem devagar mesmo.”

INF. 26: “Bem... é, por questão de região, é essa região fala muito, deixa eu ver, fala muitas palavras às vezes errada, fala muitas palavras é... sem existir, palavras inventadas.”

INF. 27: “Erro, às vezes.”

INF. 28: “Acho: um pouco culta, mas muito nordestina, assim, muita gíria.”

INF. 30: “Minha forma de falar? Eu acho muito... eu tenho o sotaque muito carregado. Eu falo muito puxado, assim, põ o nordestino mesmo. (sic) muito carregado o meu sotaque.”

O informante 23 afirma ter orgulho da sua forma de falar, do sotaque da sua região. Todavia, destaca ele, o sotaque nordestino parece ser engraçado por ser “*um pouco arrastado*”.

O participante 25 diz achar interessante por ser diferente, quando comparado com o modo de falar das pessoas de outros estados. Assim como o informante 23, esse entrevistado realça a questão da “fala arrastada”.

Os informantes 26 e 27 afirmam que “falam errado”, tendo, o participante 26, declarado que sua região “*fala muitas palavras sem existir, inventadas*”. (INF. 26, grifo nosso).

Interessante o depoimento do participante 28, pois ele acredita que possui uma forma de falar “*um pouco culta*”, mas com os aspectos da fala nordestina. O que nos chama a atenção, nesse excerto, é o fato de ele atribuir um caráter negativo ao seu sotaque, conforme observamos pela utilização da conjunção adversativa “mas”.

Por fim, o informante 30 declara ter um sotaque muito carregado, “*puxado para o nordestino mesmo*”.

Com base nesses comentários, algumas considerações podem ser feitas. Cerca de 40% dos entrevistados apresentaram aspectos positivos com relação à sua forma de falar, ao passo que os 60% restantes demonstraram atitudes negativas com relação ao falar paraibano. Vale salientar que mesmo os que avaliaram positivamente, citaram a fala arrastada sob um ponto de vista desfavorável. Esses dados apontam para um sentimento de inferioridade de grande parte dos paraibanos com relação ao seu modo de falar.

No tocante à segunda pergunta do bloco, *Há algo específico de que você gosta/não gosta na sua forma de falar?*, os dados apresentaram os seguintes resultados:

Gráfico 26 - Avaliação positiva/negativa do próprio falar (Agreste)



Observando os dados aqui expostos, percebemos que 30% afirmaram gostar da forma de falar. Dos que elencaram os aspectos que não gostam, 30% apresentaram o sotaque/voz, 20%

o falar rápido/alto, 10% problemas de dicção, 10% o português “errado”. Seleccionamos alguns depoimentos para melhor entendermos esses resultados.

INF. 21: “Sim. A maneira de se pronunciar. Porque o português eu acho que num é correto (risos)”

INF. 27: “Às vezes o sotaque e palavras do estado, que eu uso muito (sic).”

INF. 30: “Num sei. Acho minha voz, principalmente em gravação sai muito estranha, assim, bem puxado mehmo, bem... cheia de sotaque, mas... acho que só.”

Com base no depoimento do participante 21, observamos que não falar o português de acordo com a norma culta é algo visto negativamente por ele próprio. É interessante notar o quanto a noção de forma correta/errada está tão arraigada em nossa cultura, ao ponto de o falante julgar desfavoravelmente a sua própria forma de falar apenas com base nesse aspecto.

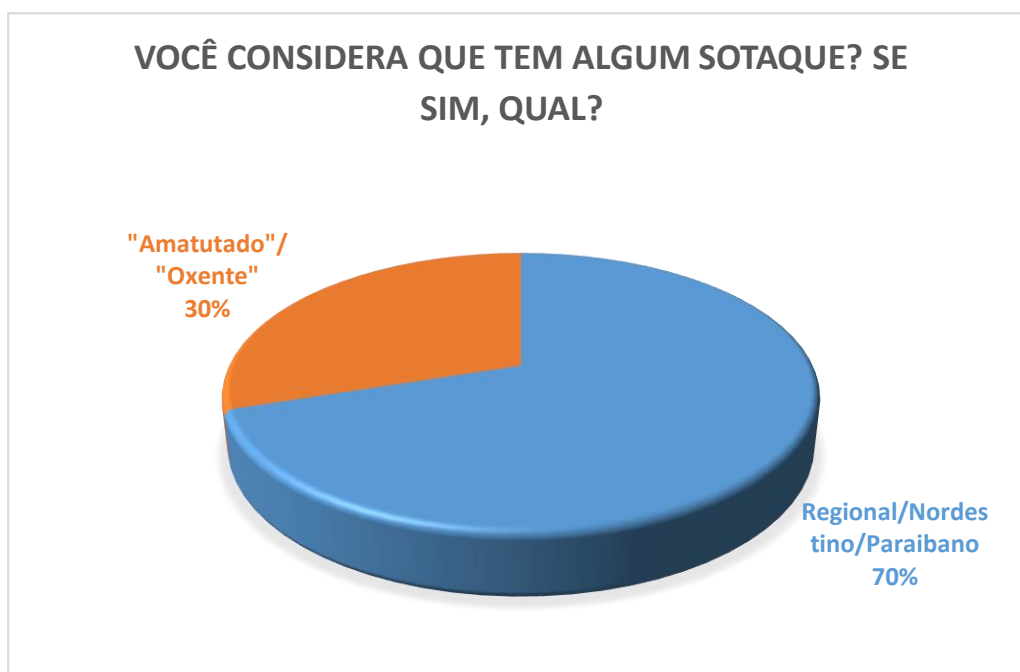
O sotaque e as palavras típicas do Estado também são avaliados negativamente, de acordo com a declaração dos informantes 27 e 30. Mais uma vez, observamos que a maioria dos paraibanos não se sente satisfeita com seu dialeto. Conforme discussão que temos travado no decorrer desse trabalho, questões além do linguístico estão por trás de tal sentimento.

Podemos resumir esse bloco elencando os seguintes pontos: 1) a maioria dos falantes aqui analisados (60% para a primeira pergunta e 70% para a segunda) apresenta mais pontos negativos do que positivos sobre sua forma de falar; 2) o sotaque e as palavras típicas da região ou Estado são de igual modo avaliados negativamente, não sendo, portanto, vistos sob a ótica de identidade cultural.

BLOCO 2: Consciência sobre aspectos de seu grupo linguístico

Nesta parte da pesquisa, os informantes demonstraram se possuíam (ou não) consciência sobre aspectos de seu grupo linguístico em particular. Vejamos os resultados do Gráfico 27:

Gráfico 27 - Conhecimento com relação ao sotaque (Agreste)



As respostas apresentadas no Gráfico 27 indicam que todos os entrevistados do agreste paraibano reconhecem que pertencem a um grupo linguístico específico. Cerca de 70% responderam possuir um sotaque regional, nordestino ou paraibano. Os 30% restantes descreveram ter um sotaque “amatutado” ou realçaram a utilização de termos regionais (“oxente”). A seguir, algumas falas que exemplificam tais resultados.

INF. 22: “Sim. Sotaque regional.”

INF. 23: “Tenho claro (risos), o sotaque nordestino e principalmente o paraibano é.. que é bem marcante pra região da gente.”

INF. 24: “Sim. Sotaque nordestino mesmo, né?”

INF. 25: “Sim. É o sotaque paraibano, né?”

INF. 26: “Sim, muito. Não sei. Amatutado, sei lá.”

INF. 28: “Sim. “Oxente”.

Com base nos excertos selecionados, vemos que os informantes 22 e 24 reconhecem ter o sotaque regional/nordestino, ao passo que os participantes 23 e 25 especificam, afirmando possuir o sotaque paraibano. Esse fato demonstra que eles, em particular, entendem que o modo de falar nordestino também tem peculiaridades, de acordo com os diferentes Estados que compõem tal região.

O falante 26 assume possuir um sotaque “amatutado”, isto é, caipira, próprio do interior. Já o participante 30 mescla as noções de sotaque e dialeto, pois apresenta o termo “oxente” como exemplo de sotaque.

A seguir, vejamos os resultados para a segunda pergunta que compõe o bloco:

Gráfico 28 - Avaliação do próprio sotaque (Agreste)



Ao elencarmos as respostas dadas pelos entrevistados, vemos que cerca de 45% assumiram achar feio seu sotaque, contra 33% que afirmaram achar lindo/bonito. Os 22% restantes disseram que acham o seu sotaque cultural/nordestino. Eis algumas das falas nas quais apreendemos tais resultados:

INF. 21: “Péssimo (risos). Porque fala horrível (risos).”

INF. 22: “Ah! Um sotaque lindo.”

INF. 23: “Eu acho bonito (risos) é.. um pouco (sic) e mais espontâneo, eu acho que a gente, o nordestino fala um pouco mais espontâneo, sem aquela muita coisa de ser muito formal, muito certinho, como alguns sotaque eles parecem ser mais.”

INF. 24: “Eu gosto, ele é bem é bem cultural, né? É bem presente na Paraíba.”

INF. 27: “Feio (risos)..Porque às vezes eu arrasto muito a palavra e fica uma frase feia, modifica, às veze0, a frase, só pelo sintoma, pelo... (sic)pelo... (sotaque, responde a entrevistadora). Isso.”

INF. 28: “Feio. Que é muito arrastado.”.

INF. 30: “Eu gosto. Eu acho muito característico do nordestino, né? [...]”

Os participantes 22, 23, 24 e 30 apresentam atitudes positivas em relação ao seu sotaque. Palavras como *lindo*, *bonito*, *espontâneo* e *cultural* denotam tal característica. De acordo com os informantes 24 e 30, o sotaque representa a cultura paraibana/nordestina.

O falante 23, por outro lado, apesar de dizer que acha bonito seu sotaque por ele ser “*um pouco mais espontâneo*”, justifica dizendo “*sem aquela muita coisa de ser muito formal, muito certinho*”. Tal posicionamento acaba por recair na velha concepção do português correto e formal, pressupondo que o falar nordestino não se enquadra totalmente no padrão.

Os falantes 21, 27 e 28, por sua vez, declararam achar seu sotaque feio/péssimo/horrível. Tais participantes disseram não gostar da sua forma de falar, devido ao fato de ser “*muito arrastado*” (INF. 28) ou “*arrastar muito a palavra*” (INF. 27, grifo nosso).

Sumarizando os resultados desse bloco, observamos que os entrevistados dessa mesorregião possuem consciência sobre aspectos de sua comunidade linguística. Eles reconhecem ter um sotaque que os caracterizam como pertencentes a um grupo linguístico regional e estadual (nordestino/paraibano). Um dado interessante é que mais da metade (55%) demonstra atitudes positivas com relação ao seu próprio sotaque. Assim como os informantes do sertão e da mata paraibana, os falantes do agreste apresentam o sotaque como uma manifestação cultural.

BLOCO 3: Descrição e avaliação feita pelo interlocutor

Nesta seção, selecionamos mais duas perguntas com o intuito de verificar como o falante acredita ser avaliado por seu interlocutor. Para a primeira questão, *Quando você viaja, há algo específico que as pessoas percebem na sua forma de falar?*, os informantes foram unânimes em responder que seus ouvintes reconhecem características peculiares em seu falar. Vejamos a representação gráfica:

Gráfico 29 - Julgamento que o interlocutor faz quando ao modo de falar do informante (Agreste)



O Gráfico em questão demonstra que 40% dos participantes acreditam que os termos típicos da região são as características mais percebidas pelos seus interlocutores, ao passo que 30% afirmaram ser o sotaque regional/nordestino. Os 30% restantes relataram aspectos entoacionais, como a “fala arrastada”.

INF. 24: “Das formas (sic) da pouca vezes que viajei, sim, eles estranham bastante a forma que a gente fala.”

O que, por exemplo, eles comentam?

“A forma, a gíria, as gírias é... o arrastado, às vezes, ou a velocidade da fala também.”

INF. 25: “Percebem. Percebem, nota logo que você é nordestino. Mas num, que as pessoas num costuma diferenciar Paraíba é.., Natal, Pernambuco, aí acha, fala que você é nordestino, mah num sabe de onde.”

INF. 27: “Sim. Palavras. “Oxente”, entre outras.”

INF. 30: “O jeito e as palavras mesmo que a gente usa, né? Palavras típicas.”

O relato do INF. 24 apresenta algo que merece ser avaliado. Segundo ele, interlocutores de outros estados brasileiros “*estranham bastante a forma que a gente fala*”. Se analisarmos o que está nas entrelinhas, por que a fala “diferente” da forma deles causa tamanha estranheza? Aí repousa o cerne de todos os tipos de preconceito, isto é, as diferenças não são bem vistas. Se não está nos moldes do que é tido como modelo, não pode ser aceito.

Outro fator que nos chama atenção é a menção feita pelo participante 25, quando afirma que os ouvintes provenientes de outras regiões não “*costumam diferenciar*” de qual estado o falante pertence, mas logo o qualifica como nordestino.

As respostas para a pergunta, *Alguém já criticou, elogiou, riu ou comentou a respeito da sua forma de falar?*, retratam que grande parte dos interlocutores apresentam atitudes negativas com relação ao falar paraibano, conforme vemos na representação gráfica a seguir:

Gráfico 30 - Atitudes negativas do interlocutor (Agreste)



De acordo com a representação gráfica, 60% já riu ou criticou a forma de falar dos entrevistados. Cerca de 30% realizou algum tipo de comentário. Apenas 10% respondeu que seus interlocutores não esboçaram reação. A seguir, os depoimentos dos participantes.

INF. 22: “Já sim. Tanto na forma de falar como no sotaque.”

Você lembra, assim, o que foi que comentaram a respeito?

“Aham muito bacana. Muitos acham engraçado ou que fala rápido demais.”

INF. 23: “Sim, a resposta anterior cabe bem nessa também, quando as pessoas elas não tão muito acostumadas com o nosso sotaque e ou conhecem alguém ou vem à nossa região eles sempre riem, elas sempre comenta comentam do nosso sotaque.”

INF. 24: “Da minha forma de falar rápida, sim. Já criticou, já debochou, já riu (risos). Já.

INF. 26: “Não, só comentou mesmo que é diferente.”

Mas foram pessoas daqui mesmo, pessoas de fora?

“Não, de fora.”

De onde?

“Do do Rio, de outro estado.”

INF. 27: “Riu, riu. Não criticou, mas riu, né?”

As pessoas daqui mesmo, assim, do nosso estado, ou pessoas de fora?

“Também e pessoas de fora. De fora, de São Paulo, principalmente, meu irmão.”

INF. 30: “Já. Tem gente que acha engraçado, fica rindo.”

Lembra de alguma situação, assim, que alguém falou algo?

“Já teve, mas eu não me lembro. Não consigo lembrar agora não.”

Fala rápida, achar engraçado, diferente são algumas das manifestações apontadas pelos entrevistados. Ao analisarmos cada uma dessas falas, observamos que essas expressões demonstram mais uma avaliação negativa do que positiva por parte dos ouvintes. Interessante

percebermos que a maioria dos falantes afirma que são os interlocutores provenientes de outros estados brasileiros que realizam nesse julgamento. Todavia, o INF. 27 declara que não apenas as pessoas de fora, mas também de sua própria comunidade. Outro fato que merece ser destacado é que muitas vezes são os membros da própria família que realizam esse tipo de julgamento. Infelizmente, quando pedimos para relatar algum episódio, a maioria diz não recordar a situação.

Elencando os principais pontos deste bloco, de acordo com os entrevistados, o sotaque nordestino, o uso de palavras típicas da região e aspectos prosódicos levaram seus interlocutores a reconhecer a procedência dos falantes sem especificar a localidade, mas qualificando-os como nordestinos (reconhecimento regional). É notável que a maioria dos ouvintes apresentaram mais atitudes negativas do que positivas com relação ao falar (nordestino/paraibano) dos seus locutores.

BLOCO 4: Tendências de reação do informante

A pergunta enquadrada no presente bloco visa avaliar a consciência de adequação linguística do falante com relação ao contexto conversacional. Os resultados podem ser apreendidos a partir do gráfico a seguir:

Gráfico 31 - Adaptação da fala ao contexto (Agreste)



Conforme podemos observar, metade dos participantes (50%) afirmaram mudar sua forma de falar para adaptar-se ao entorno, ao passo que, os outros 50% negaram realizar tal mudança. Analisemos alguns depoimentos:

INF. 22: “Não, não.”

INF. 23: “Já. Algumas situações exigem que a gente seja um pouquinho mais formal. Não perder a nossa característica, mas ser um pouco mais formal por exigência do ambiente, da situação e das pessoas que tãõ à nossa volta.”

Por exemplo?

“Por exemplo? Esse final de semana, lá em Solânea, eu fui pra casa do chefe... acho que era diretor chefe alguma coisa da zona da justiça eleitoral, é algo mais ou menos assim, e são pessoas estudadas e formadas, de sociedade e tudo mais, então a gente acaba é... tendo um pouco mais de cuidado no que fala e da maneira que fala.”

INF. 25: “Não (risos). Num consigo (risos).”

INF. 26: “(sic.) já tentei melhorar mais, mas termina voltando (risos).”

INF. 27: “Sim, sim. Às vezes quando tá um pessoal conversando, eu evito os sotaque0, né, as palavras do sotaque.”

INF. 28: “Sim. Com certeza.”

Lembra da situação?

“Não, lembro não, mas geralmente no trabalho.”

INF. 29: “Não.”

INF. 30: “Não. Num consigo (risos). Já, eu acho assim, quando eu tô às vezes num lugar, eu acho estranho meu jeito de falar, né, mas eu num consigo.”

Com base nas respostas transcritas, quatro distintas interpretações podem ser apreendidas. A primeira delas diz respeito à adequação a um contexto mais formal, como ambiente de trabalho (INF. 28) ou a um determinado público (INF. 23). Nesse último caso,

chamou-nos a atenção o policiamento da fala, por parte da informante, pois o contexto era informal (residência do ouvinte), mas seu interlocutor era um “*diretor chefe*”, “*pessoas estudadas e formadas, de sociedade e tudo mais (...)*” (INF. 23). Assim, assume o informante, “*(...)a gente acaba é... tendo um pouco mais de cuidado no que fala e da maneira que fala*”.

O participante 27, por sua vez, afirma que algumas vezes já mudou sua fala, procurando “evitar” “*(...) as palavras do sotaque*”. Aqui temos uma clara associação do sotaque a algo pejorativo, tendo que, portanto, ser evitado.

Ainda há aqueles que afirmaram não mudar sua fala em nenhuma situação (INF. 22 e 29). E, finalmente, um grupo de pessoas que até “tentam”, mas “*Num consigo.*” (INF. 25 e 30) ou “*(...) termina voltando (risos).*” (INF. 26). A falante 30 complementa dizendo que às vezes, em determinados lugares, acha estranho o próprio jeito de falar, mas não consegue “mudar”. Semelhante ao caso anterior, observamos que o sotaque nordestino não é bem visto até pelos próprios falantes, todavia, diferentemente dos outros informantes, os desse grupo reconhecem que seu sotaque está fortemente arraigado com sua identidade.

BLOCO 5: Pensamentos e crenças sobre preconceito linguístico

Para esta seção, agrupamos perguntas com o objetivo de aferir o discernimento do falante sobre a avaliação que os outros fazem sobre a forma de falar de cada um. A primeira pergunta do bloco, parte de uma perspectiva mais geral, com a pergunta *Você acha que as pessoas são julgadas pela maneira que falam?*. Os participantes foram unânimes respondendo afirmativamente. Vejamos os excertos que ilustram tais respostas:

INF. 21: “*Sim. Porque não tá falando correto.*”

INF. 22: “*Sim. Porque... Deixa eu ver... Agora vou dizer o porquê... Deixa eu achar a palavra agora... Porque, tipo, se você não tem uma forma formal correta de falar, você é cogitado como uma pessoa que é leiga, em não saber falar, que o povo julgam você falar como a mesma coisa de você ter um entendimento, se você fala errado então você é considerado um pessoa burra, se você fala de uma forma (sic) formal e correta, você é uma pessoa inteligente.*”

INF. 23: “*Demais. É... (sic) às vezes a maneira que você fala retrata muito ou diz muito sobre quem você é. É... o pessoal sempre fala, por exemplo, do é... das pessoas da região*

sudeste, principalmente as pessoas de comunidade que às vezes eles têm as gírias e tudo mais, e muitas vezes eles são é... qualificados de uma maneira, algumas vezes correta porque é... acho que cada comunidade ela desenvolve seu jeito de falar, outras vezes não. Isso é errado ou certo, isso vai depender da realidade de cada um.”

INF. 24: “Sim. Com certeza.”

Por que?

“Da forma, às vezes, é... uma pessoa que fala de forma mal educada, fala alto, é... fala do português errado. Acaba julgando, de certa forma.”

INF. 25: “Eu acredito que são.”

Por que?

“Por exemplo, se... Em São Paulo eu nunca fui, mas... pronto, eu fui à Foz do Iguaçu e eu percebi que as pessoas lhe olha meio estranho. Quando você vai falar e nota que você é da Paraíba, nordestino, no caso, e fica l0e julgan0o, lhe olhan0o estranho, entendeu?”

INF. 26: “Sim.”

Por que?

“Pode ser, acontece que muitas vezes a pessoa mora numa região que só escuta daquele jeito, fala daquele jeito e as pessoas, vamos dizer, um um uma pessoa que mora numa região, é... rural, simples que fala um pouco do amatutado, aí as pessoas pode pensar ‘ah, pessoa simples, pessoa pobre’, mas nem sempre, é... que seja pobre ou não.”

INF. 27: “Sim. Principalmente os paraibanos, né? Essa fama dos “paraíba”. Acho que (sic) dos paraibanos.”

INF. 28: “Com certeza.”

Por que?

Principalmente o povo do Sul, assim, acha horrível a voz que a gente fala, né? O arrasta:do, as gírias muito paraibana, nordestina.”

INF. 29: “É em certas partes, às vezes sim.”

O que, por exemplo?

“Bom, muitas vezes a gente somos criticado como, por exemplo, quando a gente cai num lugar como Rio de Janeiro mesmo, né, nosso ato de falar: ‘É paraibano!’. Isso é um ato de crítica.”

INF. 30: “Acho que sim, principalmente nordestino, né, o povo tem muito preconceito.”

A partir da análise das falas de cada um dos entrevistados, vemos quatro tipos de julgamento sendo retratados por eles, a saber, o julgamento intelectual, social, local e regional.

Conforme observamos nos depoimentos, o julgamento intelectual é feito com base no “falar correto”. Os falantes 21, 22 e 24 retratam bem essa questão. Os participantes 21 e 24 afirmam que o fato de não “falar correto”, isto é, dentro dos parâmetros da norma culta da língua portuguesa, leva o ouvinte a avaliar negativamente seu interlocutor. Já o informante 22 acrescenta que: “ – se você não tem uma forma formal correta de falar, você é cogitado como uma pessoa que é leiga (...), se você fala errado então você é considerado um pessoa burra, se você fala de uma forma (sic) formal e correta, você é uma pessoa inteligente”. Aqui vemos o preconceito sendo estabelecido por meio de uma associação entre atributos de personalidade e a forma de falar.

O julgamento social é apresentado pelo falante 26, quando exemplifica com o caso de uma pessoa que mora numa região rural e tem um modo de falar que lhe é peculiar. Segundo ele, os ouvintes tendem a estabelecer a *relação* “(...) ‘ah, pessoa simples, pessoa pobre’ (...)”. Todavia, ele complementa: “ – mas nem sempre, é... que seja pobre ou não”.

Já o julgamento local é retratado pelo informante 23, quando apresenta o preconceito que as pessoas que moram em comunidades na região sudeste sofrem pelo fato de utilizarem gírias.

Um outro tipo de preconceito descrito pelos entrevistados foi o regional. Esse tipo de discriminação ocorre pela associação entre determinada região e o seu modo de falar específico, conforme exemplifica os informantes 25, 27, 28, 29 e 30.

O participante 25 ilustra com um episódio em que ele próprio foi o protagonista. Ao narrar sua ida ao Sul do país, ele observou que, ao falar, percebeu que as pessoas o julgaram, olhando estranho, pelo único fato de ser nordestino/paraibano. Já os falantes 27 e 29 descrevem o preconceito contra os paraibanos. Um termo retratado é a “fama dos ‘paraíba’” (INF. 27) e a menção, de forma pejorativa da expressão: “ – É paraibano!” (INF. 29), por parte dos ouvintes. O informante 28, por sua vez, destaca as atitudes negativas em relação aos termos dialetais e ao arrastado da fala.

A segunda pergunta do bloco parte de uma perspectiva mais direta, incluindo o próprio informante na pergunta. Vejamos os resultados obtidos:

Gráfico 32 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar do participante (Agreste)



Conforme vemos na representação gráfica, a maioria (60%) dos informantes acredita não ter sido julgada pela maneira que fala, contra 40% que responderam afirmativamente. A seguir, alguns excertos que ilustram tais resultados:

INF. 21: “Bem, lembro não.”

INF. 22: “Já. Já sim pelo jeito de falar muita das vezes.”

Você lembra, assim, um episódio específico?

“Não. Não me recordo, realmente eu não me recordo, mas que eu já passei por uma situação parecida, sim.”

Você lembra como você se sentiu na hora?

“Ah, eu me senti constrangida muito... uma pessoa fora do da casinha, né, assim, praticamente, fora daquele ambiente que tava sujeita.”

INF. 23: “Que eu saiba não (risos).”

INF. 26: “Que eu saiba não, assim.”

INF. 28: “Com certeza.”

Lembra da situação?

“Não, lembro não. Mas geralmente quando: a família de São Paulo vem e escuta muito a gente falar.”

INF. 30: “Não. O povo acha mais engraçado mesmo, assim, pelo menos comigo ninguém nunca...”

Os participantes 22 e 28 apresentam situações em que eles próprios foram vítimas de preconceito linguístico. O primeiro, apesar de não se lembrar do episódio, descreve como se sentiu. Segundo ele, o sentimento foi de constrangimento. O segundo, por sua vez, disse que já sofreu esse tipo de discriminação nos encontros com familiares da região sudeste.

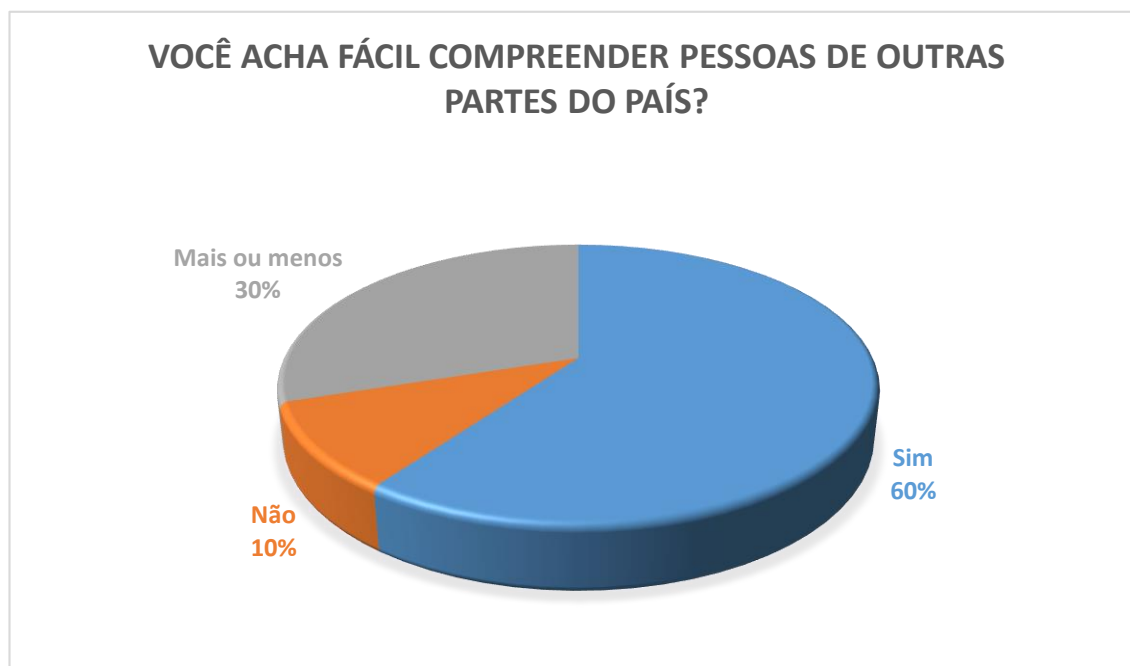
Concernente aos que disseram não ter sofrido esse tipo de julgamento, observamos, mais uma vez, a tendência de se resguardar. Notamos isso pelas respostas “*Bem, lembro não*” (INF. 21); “*Que eu saiba não*” (INFs. 23 e 26); “*(...) pelo menos comigo ninguém nunca...*” (INF. 30).

Resumindo, o preconceito linguístico é um fato atestado por todos os entrevistados da pesquisa. Todavia, esse tipo de discriminação encobre algum outro tipo de julgamento, quer seja regional ou social. Mais um dado comprobatório de nossa proposição (Figura 13) é que o falante, quer de maneira consciente ou não, sempre percebe o preconceito na perspectiva do outro, e não dele próprio.

BLOCO 6: Consciência e avaliação da diversidade linguística

Finalmente, no último bloco, agrupamos perguntas que dizem respeito ao reconhecimento e avaliação que o falante faz com relação à pluralidade linguística de nosso país, conforme veremos na sequência:

Gráfico 33 - Percepção da diversidade linguística (Agreste)



Percebemos que grande parte dos entrevistados (60%) asseguram compreender pessoas de outras partes do país com facilidade, contra apenas 10% que afirmou achar difícil. Cerca de 30% reconhece ter algum tipo de dificuldade na compreensão. Analisemos algumas dessas respostas.

INF. 21: “Não. Eu acho bonito a maneira deles falar, mas eu acho difícil.”

Por que?

“Porque devido o local onde eles convive, né? A maneira é uma e a nossa é outra.”

INF. 23: “Mais ou menos. Às vezes é difícil porque uma palavra que aqui na região, na nossa região tem um significado, lá tem outro totalmente diferente e isso pode dar uma divergência ao você acabar cometendo uma gafe, como o pessoal sempre fala, de você falar uma palavra achando que significa uma coisa, mas naquele lugar onde você tá é outra totalmente diferente e as vezes num dá muito certo.”

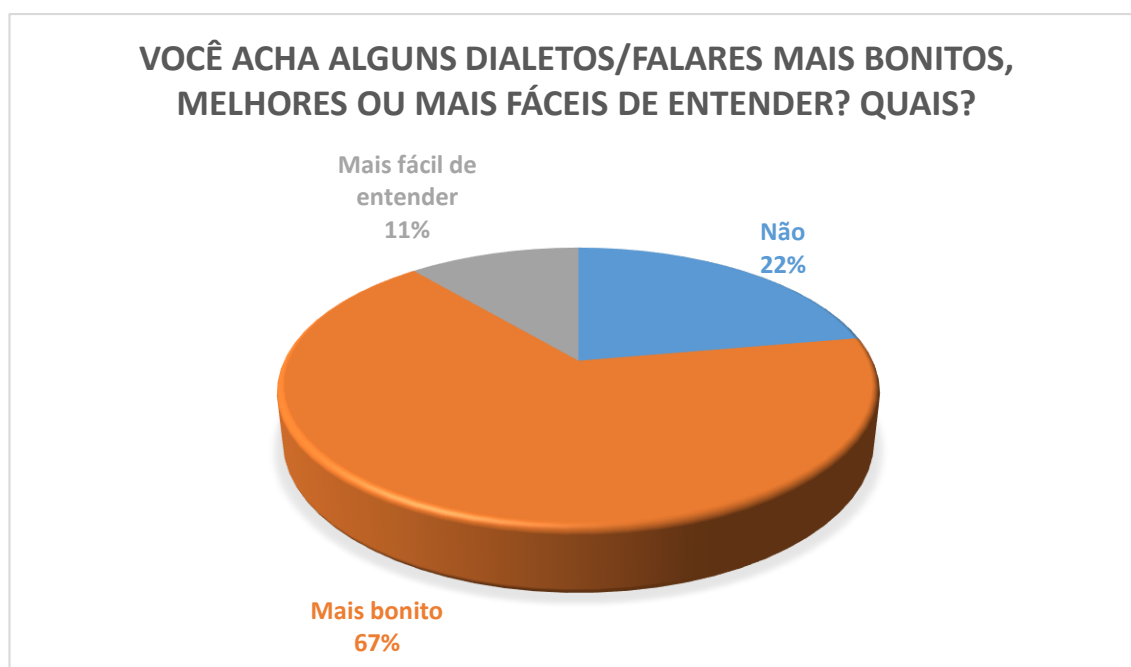
INF. 30: “Não. Acho que hoje a gente tem acesso tanto a internet, televisão a gente escuta tanto que você vai conhecendo.”

A diferença de significado das palavras por região foi um dos aspectos mencionados (INFs. 21 e 23). Já o falante 30 assegura não apresentar dificuldade na compreensão, em virtude

do constante contato com outros tipos de dialetos por meio da televisão e *internet*. Segundo ele, “a gente escuta tanto que você vai conhecendo” (INF. 30).

Concernente à pergunta *Você acha alguns dialetos/falares mais bonitos, melhores ou mais fáceis de entender? Quais?*, os informantes, em sua maioria (67%), responderam sob a ótica do “achar mais bonito”. Vejamos a representação gráfica que ilustra cada uma das respostas obtidas:

Gráfico 34 - Avaliação dialetal (Agreste)



Observando os dados, cerca de 22% responderam que não e apenas 11% optaram por apresentar a perspectiva do “mais fácil de entender”. Selecionamos algumas falas para vermos, em pormenor, cada um desses resultados.

INF. 21: “Acho bonito.”

Qual, por exemplo?

“O pessoal de pernambucano porque a maneira como eles falam, eles têm um sotaque muito assim que, eu acho que desperta a pessoa a maneira como eles falam né? ”

INF. 22: “Não. Eu acho que não tem muita diferença não.”

INF. 23: “Mais fáceis... Sempre vai haver a dificuldade, como eu falei na resposta anterior, a dificuldade de, muitas vezes o que algo que aqui significa uma coisa, em outro lugar significa outra, então isso pode ser dito como uma dificuldade. E mais fáceis

de falar, eu acho que não, cada um... a gente acaba se adaptando as várias maneiras. Dá pra se adaptar.” E a questão de ser bonito, eu acho bonito o sotaque mineiro, acho bonito o sotaque do Sul do país, por exemplo, de Porto Alegre. Acho muito bonito.”

INF. 25: “Eu acho mais bonito.”

Quais por exemplo?

“É... o carioca. Eu acho muito bonito. Já o... o pessoal lá de Minas, do Mato Grosso eu num acho tão bonito.”

INF. 26: “É. Mais bonito, que fala mais explicado, o num sei, o do Rio mesmo, fala mais explicado.”

INF. 27: “Bonitos. Eu acho o do Rio Grande do Sul, acho muito bonito. É um dos únicos porque São Paulo e Rio de Janeiro, eu num acho não.”

INF. 29: “O nosso mehmo. Mais correto, mais prático de entender, né?”

Conforme observamos nos depoimentos, os dialetos que receberam avaliações positivas foram o mineiro, gaúcho, carioca e o pernambucano (INFs. 21, 23, 25, 26 e 27). Interessante o fato de termos a menção de um falar nordestino, a saber, o pernambucano (INF. 21). Os demais falares considerados “mais bonitos” foram os pertencentes às regiões sul e sudeste.

É digno de nota a apreciação do participante 29, pois ele avalia seu próprio dialeto como o “(...) *mais correto, mais prático de entender* (...)”.

Um fator interessante é a avaliação negativa que algumas variedades receberam, mesmo sem ter sido esse o teor da pergunta. Os falantes 25, 27 e 30 qualificaram os falares mineiro, mato-grossense, paulista, carioca e gaúcho como “feio” ou “engraçado” (“*Mineiro eu acho muito engraçado. Carioca eu acho feio (risos). O gaúcho também eu acho muito muito feio o sotaque deles.*” - INF. 30).

Por fim, na resposta da última pergunta (*Você acredita que, ao viajar para outros estados, as pessoas podem saber de onde você é simplesmente pela maneira como você fala? Por quê?*), os informantes foram unânimes em afirmar que interlocutores de outros estados podem reconhecer a procedência do falante mediante sua maneira de falar, conforme veremos nos excertos a seguir:

INF. 22: “Sem dúvidas, com certeza. Porque cada região tem a sua forma de se de se falar, né? Uns puxam o S, outros não puxam, puxam o R e assim sucessivamente, né? Região Sudeste é mais R, mais S e região Nordeste é aquele jeito, aquele S, não! O Nordeste de Recife, né, aquele S puxadinho mais, acho que mais aberto, bem amplo a dicção. Eu acho até mais bem amplo, questão da região Nordeste em falar.”

Você acha diferente, no caso, a forma do pessoal de Recife falar do nosso jeito de falar?
 “É porque o povo, no meu ver, e eu já vi comentar muito, quem fala muito com o jeito nordestino e puxando o S, a pessoa diz: ‘você é do Recife?’ Porque tem aquele jeito, assim, eles falam mais pela questão que eles puxam um pouquinho do S misturado com a região do Nordeste.”

INF. 23: “Com toda certeza (risos). (sic) Sei lá, o nosso o sotaque nordestino é... apesar de ter diferença, por exemplo, entre o sotaque baiano, o sotaque paraibano e o sotaque é pernambucano, cada um tem sua particularidade, mas de cara eles vão saber que eu sou da região nordeste, pela maneira que é o nosso sotaque que é bem diferente de todo o restante do país”

INF. 24: “Com certeza.”

Por que?

“O sotaque nordestino ele é bem singular, justamente por causa de sua cultura, né? Acho que ele é identificado em qualquer canto.”

INF. 25: “Eu acho que sim, principalmente o paraibano. Pela essa forma arrastada, é... com algumas palavras peculiares do Nordeste, é... eu acredito que, que sim.”

INF. 26: “Sim. Porque a característica da da voz daqui do nosso estado é bem diferente, é bem característico.”

INF. 27: “Sim, por causa do sotaque e e as palavras dos paraibanos.”

INF. 28: “Com certeza (risos).”

Por que?

“Porque eles dizem logo: “ah nordestino fala arrastado. Essa é do Nordeste”.

INF. 30: “Com certeza (risos). Porque (sic) o nordestino já tem, é bem característico o sotaque, né, e como minha fala é muito puxada, onde eu for, todo mundo vai saber.”

Ao analisar cada um desses depoimentos, observamos que os termos dialetais, fenômenos fonológicos específicos de cada falar, dentre outros aspectos peculiares ao sotaque nordestino/paraibano compõem o conjunto de elementos que sinalizam a procedência do falante. De acordo com os entrevistados, a “fala arrastada” e “puxada” retrata a cultura nordestina que é facilmente identificada em qualquer parte do nosso país.

É digno de nota as observações feitas pelos informantes 22 e 23, nos quais reconhecem as diferenças dos sotaques dentro de uma mesma região (sotaque baiano, pernambucano). O primeiro chega a citar a questão do “(...) *S puxadinho*” – INF. 22). De acordo com tal informante, o chiado é uma marca de diferenciação entre os dialetos paraibano e pernambucano. Sabemos, então, que essa característica por ele mencionada diz respeito ao /S/ em posição de coda silábica. Conforme apresentam estudos sociolinguísticos (CALLOU; LEITE; MORAES, 2002; MACEDO, 2004; HORA, 2003), a fricativa coronal /S/ pós-vocálica comporta-se de maneira heterogênea. Um dos grandes influenciadores desse comportamento, dentre outros fatores, é o contexto fonológico seguinte. Segundo Hora (2003), os paraibanos têm preferência pelas alveolares. Todavia, se o contexto fonológico seguinte estiver ocupado pelas oclusivas dentais /t,d/, logo teremos o /S/ assumindo a forma palatalizada. Por outro lado, há a prevalência da palatal no falar pernambucano, independente do contexto fonológico seguinte (MACEDO, 2004). No quadro a seguir, vemos o comportamento do /S/ nas duas comunidades em questão:

Quadro 7 - Comportamento do /S/ pós-vocálico nos falares paraibano e pernambucano

FALAR PARAIBANO	FALAR PERNAMBUCANO
<i>e[s]cola</i>	<i>e[ʃ]cola</i>
<i>e[ʃ]tado</i>	<i>e[ʃ]tado</i>
<i>doi[s]</i>	<i>doi[ʃ]</i>

É interessante a associação realizada por esse mesmo falante, pois, segundo ele, os pernambucanos “(...) *puxam um pouquinho do S misturado com a região do Nordeste*” – INF. 22. De acordo com tal descrição, é como se para ele a palatalização não fosse uma marca nordestina.

Recapitulando os principais pontos, vemos que os falantes reconhecem a diversidade linguística brasileira, tanto em dimensões regionais (falar nordestino/falar do sul/sudeste) quanto em dimensões estaduais (sotaques paraibano/baiano/pernambucano). Essa pluralidade, segundo eles, causa um pouco de dificuldade na compreensão mútua, haja vista os diversos significados que uma mesma palavra pode ter dentro do nosso país.

6.4. ANÁLISE DOS DADOS DA MATA PARAIBANA

BLOCO 1: Sentimento com relação à sua própria fala

Assim como nas demais mesorregiões até aqui analisadas, o propósito desse bloco foi uma auto avaliação, por parte do falante, de sua maneira própria de falar. Para a primeira pergunta obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 35 - Avaliação da própria forma de falar (Mata)



Analisando o Gráfico 35, vemos que a maioria (39%) afirma achar “normal” sua forma de falar, dado esse que se assemelha com os do Sertão (36%). Cerca de 29% a caracteriza como “bonita”, equiparando-se a avaliação dos falantes da Borborema. Em torno de 20% diz que sua

fala revela “marcas de identidade/personalidade” e 12 % julga falar “rápido”. Vejamos algumas das respostas:

INF. 31: “Eu eu acho bonita. Acho um sotaque legal, assim, diferente, diferenciada. Eu gosto.”

INF. 32: “Assim... Eu acho uma forma bonita, né? O meu jeito, vamos dizer assim, paraibano de falar, eu acho bonito.”

INF. 33: “Eu gosto da minha forma de falar, eu eu particularmente eu gosto da entonação da voz, da forma como como é pronunciada as palavras, eu gosto, acho que traz uma identidade. Pra mim a minha voz é minha identidade.”

INF. 35: “Eu acho que a minha forma de falar é uma forma normal pra região metropolitana aqui de João Pessoa. Num tenho tanto sotaque do interior não.”

INF. 36: “Eu gosto do meu sotaque, paraibano, acho muito, acho com muita personalidade.”

Observamos que os informantes apresentam atitudes positivas quanto à sua forma de falar. Alguns comentários, em particular, merecem ser destacados. Em primeiro lugar, temos o informante 35 estabelecendo uma distinção entre a fala da região metropolitana de João Pessoa e a do interior, utilizando o termo “sotaque” para afirmar que não tem o “*sotaque do interior não*”. Esse dado mais uma vez vem corroborar a percepção, por parte do falante paraibano, que os moradores do interior falam de maneira diferente dos moradores da capital, conforme vimos nos comentários dos participantes do Sertão e da Borborema. Todavia, a partir desse informante, notamos uma diferenciação mais abrangente, a saber, o modo de falar da região metropolitana da capital paraibana. O que justifica tal posicionamento é o fato de o mesmo ser morador da cidade de Santa Rita, um dos municípios que compõe tal região.

Outro ponto de vista que merece ser discutido é a associação que os informantes 33 e 36 fazem entre a forma de falar e identidade/personalidade. O elo estabelecido entre língua e identidade indica que esses falantes reconhecem o valor da língua como marcador de identidade cultural. Tal afirmação corrobora a assertiva de Joseph (2004, p. 13): “língua e identidade são, em última instância, inseparáveis”.

Com a segunda pergunta do bloco, buscamos aferir, de maneira mais específica, quais os pontos positivos e negativos que o falante observa na sua forma particular de falar. O gráfico a seguir revela os posicionamentos:

Gráfico 36 - Avaliação positiva/negativa do próprio falar (Mata Paraibana)



Metade dos informantes (50%) mencionaram gostar do seu sotaque, expressando atitudes positivas quanto à sua forma específica de falar. As atitudes negativas foram manifestas por respostas como o uso do “oxente” (17%), “falar devagar” (17%) e o “arrastado” (16%). Seleccionamos algumas respostas que expressam bem tais atitudes:

INF. 32: “Que eu não goste, não. Eu num tenho, num tenho nada contra não a minha fala. Eu acho bonito, acho essas palavrinhas que tem do do nosso cotidiano, ‘oxe’, algo desse tipo, eu acho até interessante. Coisa que não, a gente não vê em outros lugares, que a gente vê aqui é tanto que chama muita atenção de quem de quem nos visita.” (INF. 32)

INF. 33: “Felicidade” traz um um.... as sílabas ficam bem forte na palavra e isso eu acho bonito, eu gosto disso, da forma de falar.

INF. 35: “Às vezes a gente tem um sotaque meio que nordestino, ‘oxente’. Às vezes se torna repetitivo e meio que automático. Num é algo que a gente espera falar pensando.

Às vezes no meio de uma frase, no meio de um pensamento a gente expressa essas afirmações nordestina0.”

INF. 36: “Tem, tem, tem vários. Várias palavras que... essa, essa forma de falar assim ‘DI’, eu acho bom, eu gosto. Eu gosto dessa palavra ‘DI’.”

INF. 38: “O... não é que não goste, mas acho estranho o arrastado.”

Inicialmente, percebemos um contraste de opiniões. De um lado, temos o informante 32 afirmando achar bonito e interessante o uso de termos como “oxe”, pois, segundo ele, “*a gente não vê em outros lugares [...] chama muita atenção de quem de quem nos visita*”. Por outro lado, o falante 35 evidencia não gostar da expressão “oxente”, por ser “*afirmações nordestinas*” pois “*se torna repetitivo*”. Aqui vemos um claro caso de aceitação da identidade nordestina, expressa pela atitude positiva do primeiro participante, e de descontentamento por parte do segundo, o que demonstra uma atitude negativa. É interessante atentarmos para o fato de um mesmo item lexical poder exprimir atitudes divergentes, do ponto de vista da percepção. De acordo com Ramos, Lira e Roazzi (2015), cada estado do Nordeste possui palavras ou expressões próprias que os distinguem. Por outro lado, os termos “oxe” e “oxente” uniformizam a região, pois são característicos do falar nordestino.

Os informantes 33 e 36 apresentaram uma expressão positiva quanto à especificidade do seu falar. Ambos realçam o contentamento por meio de uma questão fonológica que é característico da maioria dos dialetos nordestinos, a saber, a não palatalização de oclusivas alveolares. O falar paraibano é uma variedade regional nordestina não palatalizante. Assim, a aplicação ou não desse fenômeno retrata um marcador dialetal e social.

Para o participante 33 a maneira “forte” de pronunciar a palavra *felicidade* é algo bonito. Um dado interessante é a menção ao fato de “*nunca ter parado para pensar ‘eu não gosto desse jeito de falar’*”. Já o informante 36 é mais específico, afirmando que gosta da forma de pronunciar o [d]i. O que nos chama atenção nesse depoimento é o fato de a palatalização nesse contexto ser uma das marca dos dialetos de prestígio. Ao que parece, esse falante percebe essa diferenciação, e faz questão de exprimir sua atitude favorável em relação à sua própria variedade, mencionando esse fenômeno em específico.

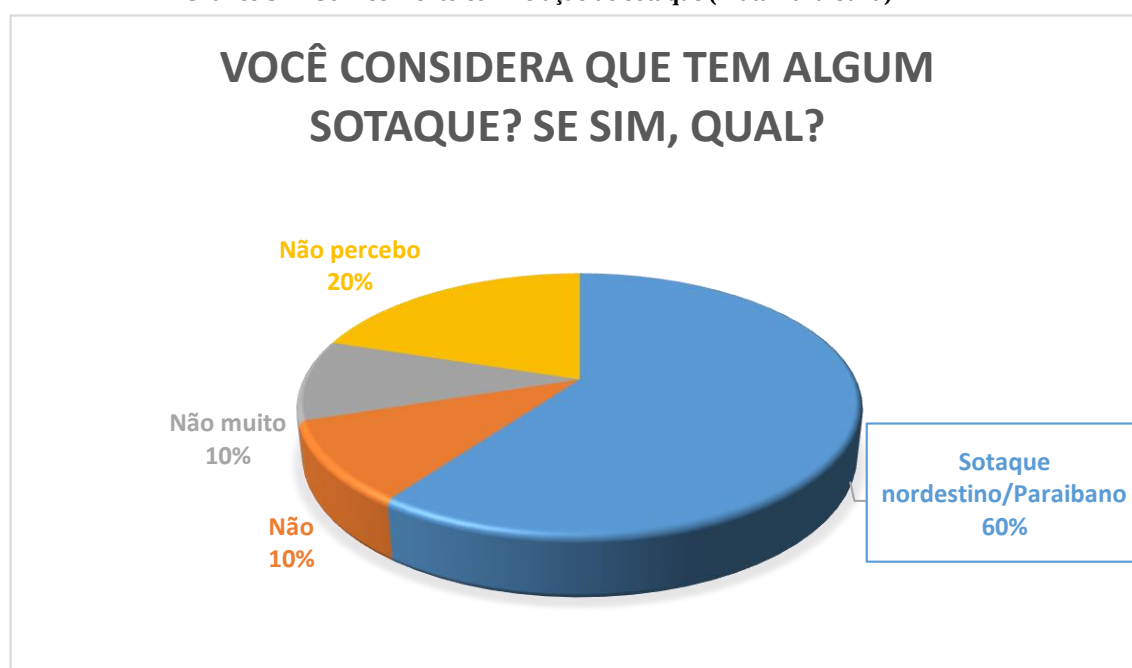
Por fim, o informante 38 expressa uma atitude negativa pela “forma arrastada de falar”, resposta essa que entra em concordância com os dados das demais mesorregiões.

Sumarizando as respostas desse bloco, a maioria dos informantes da região da mata paraibana relataram falar “normal”, ou seja, falam de acordo com o modo de falar de sua comunidade. No que diz respeito às características específicas do falar, vemos, mais uma vez, itens lexicais próprios da região sendo avaliados negativamente, como também o falar “arrastado”, uma das marcas do falar mais mencionadas pelos paraibanos entrevistados. Assim, o contraponto expresso nos Gráficos 35 e 36 demonstram, novamente, o paradoxo do falante, isto é, o falante apresenta atitudes positivas quando perguntamos diretamente sobre o tema. Todavia, esse mesmo sujeito manifestará atitudes negativas em relação à sua forma de falar e/ou de sua comunidade, quando questionados de maneira indireta.

BLOCO 2: Consciência sobre aspectos de seu grupo linguístico

Este segundo bloco tem apresentado dados interessantes nas mesorregiões analisadas. Parte dos informantes reconhecem possuir o sotaque nordestino. Por outro lado, temos um grupo que não tem consciência sobre esses aspectos, afirmando ainda não possuir sotaque, conforme vemos no gráfico a seguir:

Gráfico 37 - Conhecimento com relação ao sotaque (Mata Paraibana)



Outros 20% dizem não perceber, 10% revelam que “não tem muito sotaque” e os 10% restantes afirmam categoricamente que não.

Alguns dados precisam ser realçados. Aqui temos informantes que confessam não perceber se tem sotaque e outros que dizem que não tem muito. Seleccionamos algumas respostas:

INF. 32: “Eu acho que não, mas as pessoas, é... como eu não, nunca viajei pra fora, Recife, São Paulo, é... assim, as pessoas dizem que eu tenho sotaque, mas eu não acho, eu não consigo enxergar esse sotaque.”

Por que?

“Porque pra mim é uma forma normal, eu até acho estranho as pessoas que vem, tipo, de Franca lá de São Paulo. Essas sim eu acho estranho. O modo deles falarem, o modo é bem caipira. Eles se acham superiores na questão da fala, mas quando a gente, quando eu faço um comparativo da Paraíba com eles, eu acho que eles são os caipiras, e não a gente.”

INF. 33: “Muito (risos).”

Qual?

“Eu sou paraibana, né? E tenho um sotaque bem marcante, né, do Nordeste e mais especificamente da Paraíba. Tenho um sotaque bem marcante na forma de falar as palavras (sic), as sílabas são bem forte, eu acho.”

INF. 34: “Sim. Sotaque nordestino mesmo.”

INF. 35: “Não muitos.”

Não muito porque você acha que você tem. E quais seriam?

“Seriam mais essas expressões do dia a dia ‘oxente’, como é que a gente pode falar de uma forma diferente, tando no meio de pessoas que não falam? Às vezes a gente fala espontaneamente. Mas aí, assim, não é com tanta ênfase não, não repito tantas vezes como algumas pessoas que conheço.”

INF. 36: “Não, eu não percebo. Eu não percebo. Eu só percebo que eu tenho um sotaque quando eu me encontro com uma pessoa de outro estado, de outro lugar, aí eu consigo identificar que é diferente da nossa, né, do nosso sotaque. Aí eu percebo, entendeu?”

E qual seria essa diferença?

“Qual seria? É... essa essa palavra que eu acabei de dizer ‘DI’, é muito específico de nós, nosso, nordestino. Né? Essa palavra aí eu identifico muito.”

INF. 37: “Claro. O meu nordestino.”

O informante 32 apresenta algumas considerações relevantes. Em primeiro lugar, ele diz que não possui sotaque, no ver dele, todavia, em situação de contato linguístico, as pessoas afirmam que ele tem. Mesmo assim, ele acrescenta: “[...]mas eu não acho, eu não consigo enxergar esse sotaque.”. Esse mesmo falante justifica tal posicionamento asseverando que fala “uma forma normal”. Ele conclui dizendo achar estranho a variedade falada em Franca, pois é “um modo bem caipira”, nas palavras dele. Um dado curioso que esse falante menciona é o fato de, segundo ele, os moradores de Franca com quem se relacionou se acharem “superiores na questão da fala”. Observamos um certo descontentamento com esse fato, entretanto, de igual modo ele pratica o mesmo tipo de discriminação, ao afirmar que quando compara as duas variedades, ele diz que “acho que eles são os caipiras, e não a gente.”

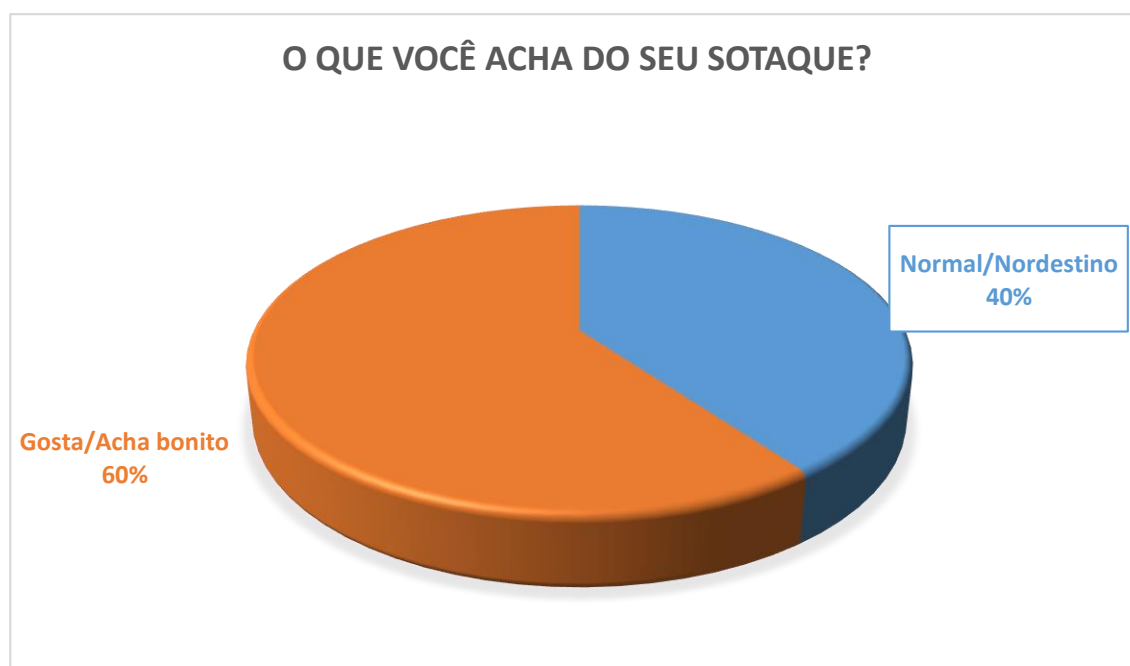
O falante 33, por outro lado, não apenas reconhece que tem, como enfatiza (“muito”). Esse informante afirma que possui um sotaque nordestino/paraibano bem marcante. Também utiliza o atributo “forte” para qualificar sua forma de falar, empregando um sentido de valorização para a sua variedade linguística.

O participante 35 declara que não possui muito sotaque. Um exemplo de uso que ele apresenta é o vocábulo “oxente”. Segundo esse informante, não deveríamos utilizar essas “expressões do dia a dia [...] no meio de pessoas que não falam.”. Assim, esse falante justifica que não utiliza tantas vezes (“como algumas pessoas que conheço”), ou seja, ele procura se policiar.

Para os 20% que assumiram não perceber que possuem sotaque, selecionamos a resposta do falante 36. Segundo esse participante, o reconhecimento só ocorre em situação de contato interdialeto. Quando pedimos que exemplificasse, o informante nos apresentou o caso da não palatalização da oclusiva dental sonora. Para ele, “o ‘DI’, é muito específico de nós, nosso, nordestino. Né?” Ainda complementa dizendo que se identifica muito com essa palavra, demonstrando uma atitude positiva em relação ao sotaque paraibano. De igual modo, o participante 37 apresenta um sentimento de estima pelo seu sotaque, pois responde “o meu nordestino”, utilizando o pronome possessivo de primeira pessoa.

Quando questionados diretamente sobre o que achavam de seu sotaque, obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 38 - Avaliação do próprio sotaque



Mais da metade dos informantes (60%) afirmaram “gostar/ achar bonito” seu sotaque. Os 40% restantes declararam falar “normal/nordestino”. Com base nessas respostas, vemos que todos apresentaram expressões positivas em relação ao seu sotaque. Para entendermos melhor esse posicionamento, analisemos algumas falas:

INF. 31: “Eu acho que é um sotaque... eu acho bonito e diferente.”

Por que diferente, assim, diferente do quê, por exemplo?

“Diferente dos outros estados porque a maioria eles usam muito, usam muito um certo chiado, assim, um puxado, um arrastado, assim, acho que a gente fala mais devagar. É isso.”

INF. 32: “Assim, eu acho um sotaque bonito. Eu gosto.”

INF. 33: “Eu gosto. Num sei se bem... eu, particularmente, pra mim, como eu já falei antes, faz parte de mim, né, eu trago é é (sic) são heranças, né? Herança da minha família, herança do meu povo, então, eu gosto muito. Eu me identifico com o que eu sou e isso faz com que eu goste do jeito que falo, das pronúncias das palavras, do... enfim.”

INF. 34: “Acho prazeroso. Gosto de falar dessa forma. É... eu me sinto orgulhoso com esse meu sotaque. Assim, não desconsiderando outros sotaques, é... de outras regiões, né, mas eu gosto dessa minha forma de falar.”

INF. 36: “Li:ndo. Acho muito bonito. Gosto muito.”

INF. 37: “Normal, um sotaque normal.”

O que é normal?

“Sotaque da região que eu tenho, que é onde moro.”

INF. 40: “Nordestino, né?”

Os informantes 31 e 32 compartilham da opinião de acharem o sotaque bonito. O primeiro, por sua vez, acrescenta que acha “diferente”, justificando que é porque não usamos “chiado” e que falamos mais devagar.

Os falantes 33, 34 e 36 de igual modo disseram gostar do sotaque. O participante 34 complementa achar prazeroso a forma que fala e declara “*eu me sinto orgulhoso com esse meu sotaque*”.

É interessante a escolha linguística que o informante 33 faz para descrever seu sotaque. Ele usa a palavra “herança”, com o sentido de legado. Assim, seu sotaque faz parte “herança da família, do seu povo”. Mais uma vez, esse falante, em particular, associa sua língua à sua identidade, fato esse comprovado pelas afirmativas “*Eu me identifico com o que eu sou e isso faz com que eu goste do jeito que falo*”. Vale ressaltar que, por essa resposta, a concepção de identidade por ele apresentada vai além do individual e familiar; engloba também a ideia de identidade local, fato esse comprovado pelo termo “meu povo”.

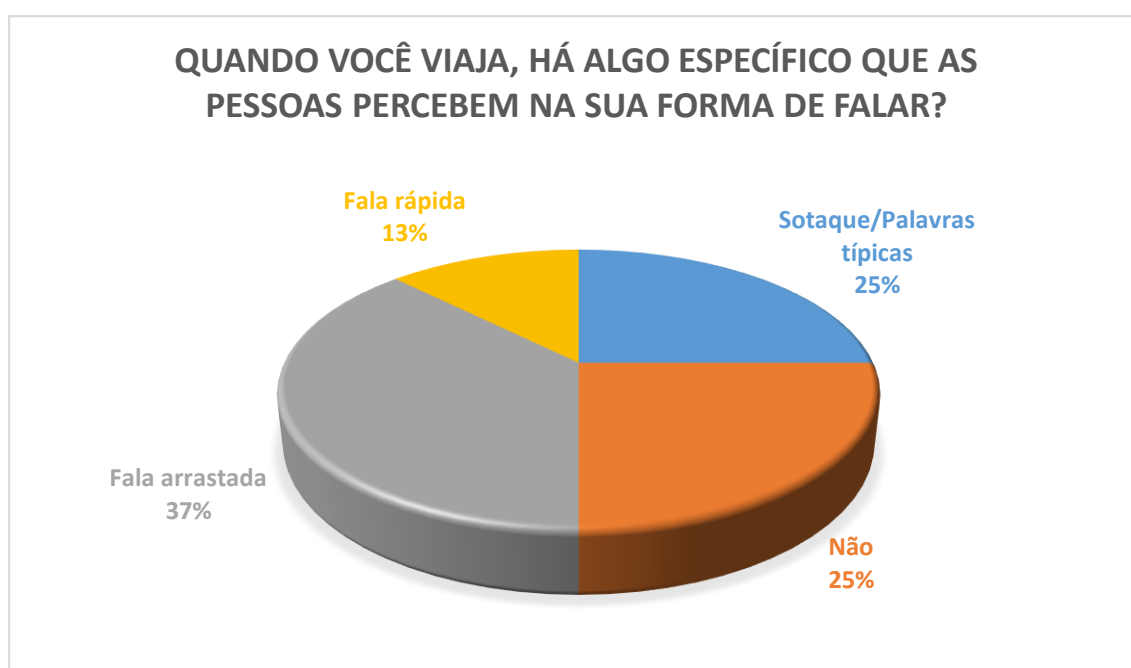
A resposta do falante 39 vem ratificar o que já vem sido apresentado no decorrer das análises. Quando perguntamos o que é “falar normal”, o informante responde que é falar com o sotaque da região onde mora.

Sintetizando os assuntos abordados neste tópico, vemos que uma parcela significativa (40%) não reconhece ou assume possuir sotaque. Mais uma vez, observamos uma atribuição negativa em razão de se ter um sotaque. Assim, vemos uma falta de conhecimento do conceito em si, fato esse que remete à sala de aula. Apesar dos inúmeros esforços diários do professor de língua portuguesa, muito ainda precisa ser feito no tocante à temática da diversidade e preconceito linguístico. Pesquisas como essa demonstram uma triste realidade que insiste em existir. Esperamos que, a partir dessa constatação, outros pesquisadores promovam discussões com o intuito de procurar meios de se trabalhar tais questões.

BLOCO 3: Descrição e avaliação feita pelo interlocutor

Nesta etapa da entrevista, buscamos verificar como o falante acredita ser avaliado por seu interlocutor. Agrupamos as respostas para ajudar na descrição e realização das análises. Assim, obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 39 - Julgamento que o interlocutor faz quanto ao modo de falar do informante (Mata)



Comparando com os dados das demais mesorregiões analisadas, observamos uma similaridade na forma como o participante acha que é avaliado por seu par conversacional. Cerca de 37% afirmaram que seus interlocutores realçam a fala arrastada deles. Outros 25% disseram que as pessoas não comentam nada. Outra parcela de 25% ressaltou o sotaque nordestino e as palavras típicas da região. Já 13% dos entrevistados mencionaram o modo de “falar rápido”. As respostas, reproduzidas a seguir, ilustram bem essa questão:

INF. 32: “É muito pelas palavrinhas do nosso cotidiano, que é o ‘oxe’ ‘oxente’ que denunciam, vamo0dizer assim, que a gente é daqui da Paraíba, né, e também um pouco apressado o jeito de falar, um pouco mais rápido de que os outros. Às vezes eles têm até dificuldade um pouco de entender, eles dizem ‘não, fala um pouco mais devagar pra mim entender’.”

INF. 33: “Sim, né, eu fui pra um retiro em em Fortaleza e lá tinha pessoas de Sergipe, tinha de Pernambuco, de várias outras regiões e elas diziam que eu falava arrastado.”

Era? O pessoal daqui mesmo do do...

“De lá do retiro, de lá de de de Fortaleza.”

Sim, mas eu digo, eram as pessoas de Sergipe, Pernambuco, ou tinha gente também de fora, assim, São Paulo...

“Tinha, tinha, mas é (sic) o maior público era de Pernambuco, de lá mesmo de Fortaleza e eles é, “você fala muito arrastado, uma coisa tão arrastada” e eu não tinha, eu não vejo isso. Engraçado, que que eu não percebo que eu falo arrastado. (risos) Eu num percebo.”

INF. 34: “Eu nunca viajei pra pra lugares diferente0. Já viajei sim pra um lugar, aqui mesmo na, na Paraíba, em que era o sertão e eu percebia sim a diferença entre a minha forma de falar e a forma deles falarem (sic).”

O que você percebeu nessa diferença?

“Eles falam, assim, eles reduzem mais as falas. Por exemplo, quando você fala ‘aprendendo’, né, eles não não falam o D, eles falam ‘aprenden0o’, entendeu? Mais ou menos isso. Mas nunca, nunca houve, assim, nunca se percebeu da parte deles que eu falava. Pelo menos nunca me falaram.”

INF. 38: “Falam logo do... que é arrastado [...]”

INF. 39: “Sim. É a maneira arrastada, né?”

INF. 40: “É que eu falo rápido.”

Algumas questões podem ser levantadas a partir dessas respostas: 1) a percepção que outros nordestinos têm quanto ao dialeto paraibano; e 2) a percepção que um falante tem sobre outros falares dentro de sua própria comunidade linguística.

Chamou-nos bastante a atenção outros falantes nordestinos terem avaliado o falar do informante 33 como “arrastado”. O fato dos falantes de Fortaleza e Pernambuco terem julgado negativamente o falar desse participante nos faz voltar à questão do julgamento linguístico que encobre o julgamento social. Apesar das especificidades de cada um dos dialetos (principalmente do falar de Pernambuco, conforme aponta a própria informante em outra questão que ainda discutiremos), os falares paraibano, pernambucano e cearense possuem muitas similaridades, sob o ponto de vista melódico, haja vista o fato de pertencerem à mesma região brasileira. Em termos socioeconômicos, por outro lado, o estado de Pernambuco e do Ceará são o segundo e o terceiro mais ricos do Nordeste, respectivamente, enquanto que a

Paraíba apresenta uma das rendas per capita mais baixas do Brasil, detendo o quarto menor IDH do país (MUNDO EDUCAÇÃO¹⁴). Outra possível justificativa seria a falta de consciência sociolinguística, conforme ilustra Lira e Hora (2009), fundamentados em Fernández (1998):

[...] a identificação ou não, com o próprio falar estão pautadas no que se entende por consciência sociolinguística, isto é, no conhecimento prático de que certas características linguísticas podem pertencer à mesma variedade ou a de outros falantes, como também os falantes sabem que certos usos, certos vocábulos são próprios de um grupo e não de outros, como assinala Fernández (1998).

Assim, a ausência dessa compreensão sociolinguística e, conseqüentemente, do entendimento sobre o fenômeno de variação linguística, faz com que avaliações desse tipo surjam, até mesmo entre membros de comunidades similares.

Outro comentário que merece destaque é o do falante 34. Ele revela que só viajou dentro do próprio estado e relatou perceber diferença entre sua forma de falar e a forma de falar do Sertão. Esse informante apresenta o caso do apagamento do /d/ no grupo –ndo, como exemplo. Segundo ele, os sertanejos “*reduzem mais*”. O participante acrescenta ainda que seus interlocutores não perceberam esse mesma realização na sua fala, indicando que ele não aplica esse fenômeno com a mesma frequência. No entanto, em sua conclusão, o falante procura se resguardar de tal julgamento, pois conclui dizendo que “*pelo menos nunca me falaram*”, ou seja, ou eles nunca perceberam ou não quiseram comentar sobre o fato.

Por fim, a forma de falar “arrastada” do paraibano é uma das características mais comentadas, conforme observamos nas falas dos informantes 38 e 39.

Para a pergunta *Alguém já criticou, elogiou, riu ou comentou a respeito da sua forma de falar?*, obtivemos os seguintes resultados:

¹⁴ Disponível em <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/paraiba.htm> Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

Gráfico 40 - Atitudes negativas do interlocutor (Mata Paraibana)



Analisando o Gráfico 40, vemos que mais da metade (60%) dos informantes afirmou não ter recebido nenhum tipo de avaliação negativa quanto ao seu modo de falar. Cerca de 20% disseram que seus interlocutores teceram algum tipo de comentário e a outra parcela de 20% declarou que as palavras típicas foram as características mais citadas. Seleccionamos algumas respostas para entendermos melhor essa questão:

INF. 31: “Já, já riram (risos).”

Você lembra a situação como foi?

“Lembro, é... eu viajei pro Rio de Janeiro, aí fui pra casa dos tios da família, aí nisso eu tava com junto com uns primos meu, eles devem ter uns seis anos, sete anos, aí numa situação que eles fizeram alguma coisa. Aí eu olhei assim, eu fiz ‘oxente’ (risos), esses meninos riram muito, riram muito, ficaram rindo e imitando ‘oxente, oxente’ e rindo e rindo e eu assim olhando (sic)”

Mas como você se sentiu nesse momento?

“Assim, eu não me senti mal, isso não me afetou de forma alguma, mas eu achei meio que bobagem, né? Muita bobagem (risos).”

INF. 32: “De mim particularmente não, mas eu já vi, é... outros comentários, de outras pessoas, né, dizendo que, é... bagunçaram um pouco com a forma deles falarem porque

achavam um jeito muito muito feio de falar e tal, mas de mim me0mo nunca, nunca ouvi falar nada não.”

INF. 33: “Algumas palavras, né, palavras que vem, por exemplo, as junções, deixa eu ver uma palavra aqui... é... Tem uma palavra que agora me fugiu à mente...Mas as junções às vezes, né? Ou então é “falan0o”, às vezes sai um “falan0o” em vez de “falando”.

Aí alguém já comentou isso?

“Aí comentou já, né, esse esse jeito de falar e principalmente, como eu tenho contato também com pessoas que falam outras línguas, de outros países, da Itália, tudinho, eles acham engraçado, né, o “oxente”, (sic) essas gírias da gente, eles acham interessante.”

INF. 34: “A mim, pessoalmente, não. Não”.

INF. 36: “Não, não. Até agora, não. Apesar de eu ter viajado pra outro estado, mas na minha maneira de falar, as pessoas com quem eu convivi, eu ainda não não percebi. Se perceberam alguma coisa, não disseram.”

Ninguém nunca criticou você pela sua forma de falar? Nunca riu, achou engraçado sua forma de falar?

“Não, especificamente não. Comigo não. Até agora não, mas é como eu falei, eu tenho certeza que percebem e até mesmo, que todo mundo sabe, né, que quando a gente viaja pra outro estado, o nordestino são bem discriminado até mesmo pela forma de falar. Assim, pra mim, pra mim dizer ou que tenha percebido, não, comigo não. Mas, mas todo mundo sabe que acontece, né?”

INF. 37: “Não que eu lembre.”

As respostas acima transcritas expressam dois sentimentos por parte do falante, a saber, o reconhecimento da existência do preconceito linguístico com relação ao sotaque nordestino e o resguardo quanto ao fato de assumir que ele próprio tenha sofrido algum tipo de discriminação devido à sua forma de falar.

Para o primeiro sentimento expresso, temos a demonstração direta por parte do informante 31, o qual relata um episódio em que sua forma de falar foi motivo de gozação. O falante afirma que isso não o afetou, todavia, achou “uma bobagem”. O que queremos destacar aqui é o fato de crianças com apenas seis, sete anos de idade manifestarem tal atitude. Esse comportamento reflete o quadro em que se encontra o atual nível de preconceito em nosso país.

Sabemos que crianças apenas reproduzem as ações dos adultos, ou seja, se elas tiveram esse tipo de reação é porque elas já presenciaram essa mesma conduta por parte de seus pais, tios, avós, enfim, das pessoas mais próximas a elas.

O participante 33 exemplifica com o mesmo caso citado pelo falante 34 na pergunta anterior, a saber, o apagamento do /d/ no grupo –ndo. Todavia, para o informante em questão, ele próprio assumiu aplicar esse tipo de fenômeno, levando seus interlocutores a fazer comentários a respeito.

Para o segundo sentimento expresso pelo falante, isto é, o resguardo quanto ao fato de assumir que ele próprio tenha sofrido algum tipo de discriminação devido a sua fala, temos os depoimentos dos informantes 32, 34, 36 e 37. De igual modo eles afirmaram que não sofreram nenhum tipo de reação maldosa quanto à sua forma de falar, no entanto já presenciaram com outras pessoas. Expressões como *“de mim me0mo nunca, nunca ouvi falar nada não”* (INF. 32)/ *“A mim, pessoalmente, não. Não”* (INF. 34)/ *“Não, especificamente não. Comigo não”* (INF. 36)/ *“Não que eu lembre.”* (INF. 37), ilustram bem esse sentimento. Assim, percebemos que o falante pretende preservar-se, comprovando, mais uma vez, a representação simbólica do preconceito linguístico, ou seja, atos de discriminação pode ocorrer com um membro de minha comunidade, mas não diretamente comigo.

Finalizando esse tópico, alguns pontos precisam ser recapitulados. Em primeiro lugar, segundo os informantes, seus interlocutores reconheciam a procedência nordestina em razão do sotaque ou ao uso de termos dialetais. Também chamou-nos a atenção o fato de um participante relatar que outros nordestinos, principalmente os cearenses, terem rechaçado sua forma de falar. Nesse sentido, surge o questionamento, até que ponto o preconceito linguístico sofrido pelos nordestinos é construído fora das fronteiras do Nordeste? De acordo com de Lira e Hora (2009, p. 1994), “o preconceito em relação ao dialeto nordestino é construído além das fronteiras da região nordeste”. Logo, percebemos que os julgamento ocorre de fora para dentro, ou seja, o julgamento dos falantes de prestígio incide sobre os de nossa comunidade, gerando subgrupos que lutam pela ascendência (ou maior proeminência).

Outro dado interessante foi a menção, por parte de um informante, sobre a diferença entre seu falar com o do Sertão do próprio estado. O seu relato vem corroborar a questão do preconceito encoberto, pois apesar de tentar se resguardar de um julgamento linguístico, o caso por ele relatado é recorrente em todo o território paraibano. Durante a transcrição da entrevista, por exemplo, pudemos constatar que ele próprio aplicou inúmeras vezes esse fenômeno.

Finalmente, quando questionados se alguém já criticou, comentou, elogiou ou riu sobre sua forma de falar, apenas uma pessoa relatou um caso próprio (INF. 31). Os demais relatos

foram “experiências de outros”. Assim, percebemos que a questão da ocorrência do preconceito linguístico entre os pares na perspectiva do falante foi mais uma vez ratificada. Vale salientar que o falante age dessa forma como uma estratégia de preservação da própria imagem.

BLOCO 4: Tendências de reação do informante

Na pergunta desse bloco, tratamos da questão da adaptação linguística ao contexto situacional. O gráfico, a seguir, aponta que a maioria (60%) confirma mudar sua forma de falar para adaptar-se ao entorno, contra 40% que afirma não mudar.

Gráfico 41 – Adaptação da fala ao contexto (Mata Paraibana)



A fim de entendermos o que motivou tais resultados, selecionamos alguns depoimentos. Vejamos:

INF. 31: “Não, não. Nunca fiz isso.”

INF. 32: “Assim, em roda de amigos é a questão do linguajar, né? Como é que eu posso te dizer, a forma coloquial, vamos dizer assim. Se eu tô na escola, onde é algo mais culto, tipo o curso que eu fazia de técnico de informática, a linguagem lá era outra, era mais voltada pra o social, quando eu tô na roda de amigos, aí muda um pouco pelo pelo

linguajar mesmo, como é que eu posso te explicar? É... eu num tô sabendo te explicar agora, mas é como se baixasse um pouco o nível de linguajar, o nível de fala.”

INF. 33: “Já. Já porque dependendo (sic), assim, pra que ficasse mais uniforme, né?”

Você lembra uma situação específica?

“Um lugar mais assim é a... quando eu vou apresentar algo, ou seja, num... é... num seminário, por exemplo, por aí eu tenho que prestar bem atenção na pronúncia das palavras, na forma como eu tô falando pra que as pessoas entendam, aí eu me polio mais. Eu presto mais atenção (risos) pra que não traga palavras que o público (sic) que as pessoas não têm tanto conhecimento.”

INF. 34: “Já tentei falar de forma mais explicada, dependendo do público e das pessoas que estão ao meu redor. Mas quanto ao meu sotaque, nem se eu quisesse. Eu não conseguiria.”

Você lembra, assim, o local que você mudou?

“No meio no meio universitário, principalmente, em algumas reuniões, alguns debates que a gente participa, mas, mas assim, pra se tornar mais compreensível.”

INF. 35: “Já. Várias vezes quando eu vou pra outras regiões, às vezes eu começo a falar mais ou menos com o sotaque da região. Por questão de adaptação mesmo. Depois de que, uma semana, quinze dias, eu acabo falando um pouco no sotaque da região.”

INF. 36: “Não. Até agora não.”

INF. 37: “Se eu for... quando eu vou falar em público eu tento falar mais neutro possível, né, mas isso aí, não necessariamente, de acordo com a minha região, com o meu sotaque. Eu faria isso em qualquer lugar.”

Os excertos selecionados apontam para três interpretações distintas. A primeira delas diz respeito ao entendimento, de fato, do que se trata adaptar a fala ao entorno. Temos os informantes 32, 33 e 34 ilustrando muito bem esse raciocínio. O falante 32 exemplifica com o linguajar coloquial que ele usa em rodas de amigos. Já os participantes 33 e 34 apontam a questão do policiamento da fala, ou seja, em situações mais formais como apresentação de seminários ou em reuniões, por exemplo, eles procuram falar de maneira mais clara, utilizando palavras conhecidas pelo público alvo. O INF. 33 usa o termo “uniforme” para explicar o porquê da adaptação da sua fala à situação conversacional.

A segunda interpretação refere-se à associação entre adaptar-se ao entorno com a questão da acomodação dialetal (GILES et al., 2010 [1991]). Aqui temos duas manifestações distintas.

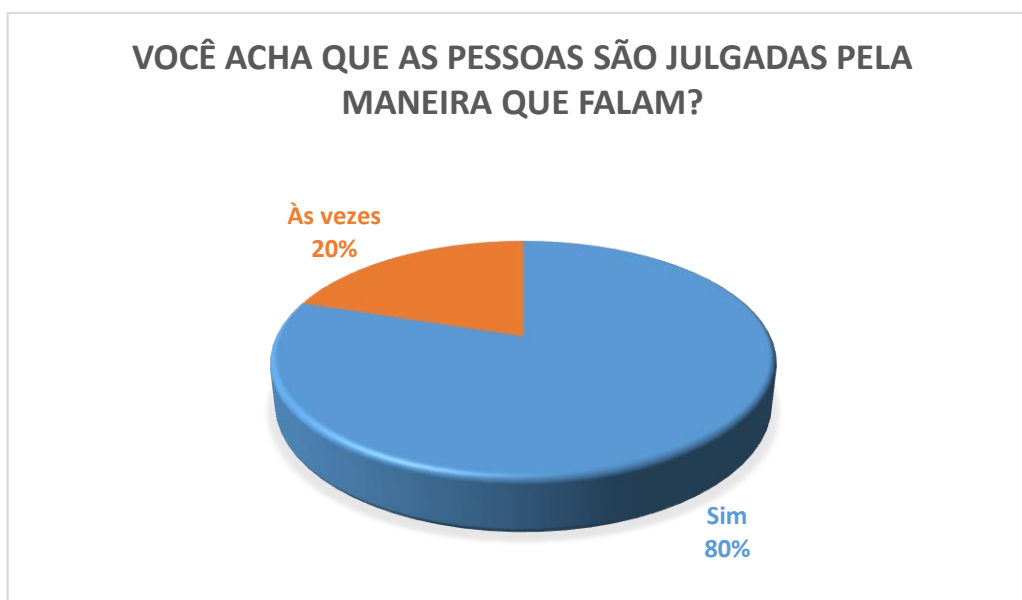
Por um lado, os informantes 31 e 34 afirmam que não tiveram tal comportamento. Por outro, o falante 35 confessa que isso já ocorreu várias vezes, pois quando ele viaja e passa uma semana ou quinze dias fora, ele começa “*a falar mais ou menos com o sotaque da região*”.

A terceira e última interpretação para essa pergunta, trouxe à tona a questão da neutralidade da fala, exemplificada pelo depoimento do informante 37. Segundo ele, ao falar em público, ele tenta “*falar o mais neutro possível*, ou seja, sem muitas marcas de sua região ou sotaque. Em contrapartida, o participante 34, ao relatar como realiza a adaptação da sua fala ao entorno, diz: “ – *Mas quanto ao meu sotaque, nem se eu quisesse. Eu não conseguiria.*”. Logo, temos dois posicionamentos distintos. Assim, o que podemos afirmar é que, numa perspectiva prática da questão, é difícil pensar em uma fala totalmente neutra, pois nossas marcas contextuais e identitárias estão arraigadas em todo o nosso discurso, deixando transparecer nossos valores ideológicos, comportamentais e também linguísticos.

BLOCO 5: Pensamentos e crenças sobre preconceito linguístico

O presente bloco traz à tona as crenças dos entrevistados sobre a temática do preconceito linguístico. O Gráfico 42 sumariza os resultados. Vejamos:

Gráfico 42 – Julgamento linguístico quanto à forma de falar das pessoas (Mata Paraibana)



Observamos que 80% dos entrevistados reconhecem o julgamento do outro, baseados em sua forma de falar. Os 20% restantes responderam que nem sempre ocorre esse tipo de avaliação. As respostas, a seguir, sumarizam as crenças que permeiam os falantes da Zona da Mata sobre a temática proposta.

INF. 31: “Sim, principalmente, né, os nordestinos. Eu acho que esse sotaque nordestino, assim, que é mais diferenciado dos demais, eu acho que eles sofrem. As pessoas sofrem mais (sic).”

E por que você acha que isso acontece?

“Porque, justamente por ser diferente, mais diferente do que uma pessoa que fala carioca, fala paulista. Acho que isso.”

INF. 32: “Eu acho que sim. Porque às vezes o modo de você falar é..., não que seja uma regra geral, mas que vai dizer um pouco daquilo que você é financeiramente. Vamos dizer assim, se você tem uma linguagem muito popular, quer dizer que você tem pouco dinheiro, né? Se você tem uma fala mais culta, com palavras mais elaboradas, quer dizer que você tem um um nível maior de de dinheiro mesmo.”

INF. 33: “Sim, porque é... numa das das entrevistas que tinha (sic) perguntas a questão das pessoas que vêm do interior e as pessoas que são daqui, da capital, vamos dizer, né, que são daqui. Você é... tem um... um... principalmente do interior mesmo, que não é da parte urbana, tem um certo preconceito de ser, tipo, uma pessoa menos esclarecida. Aí você percebe que tem um certo preconceito com relação a isso.”

INF. 34: “Acho. Porque existe sim a diferença entre as classes sociais, né, e as classes sociais elas se distinguem, muitas vezes, pela forma de falar, mas isso num tem muito a ver com o sotaque, na minha opinião, tem mais a ver com a a aquisição ao ensino, né? E quanto mais você tem é é chances de de estudar, mais você lê e isso influencia muito na sua fala. Então eu acredito que exista uma diferença.”

INF. 35: “Às vezes, sim. Dependendo do nível de pessoas e de instrução no local, às vezes sim. Dá dá uma conotação de que as pessoas têm um nível de escolaridade um pouco inferior às outras pessoas que estão em questão.”

Com base nos depoimentos retratados, observamos a crença de que o preconceito linguístico ocorre movido pelos julgamentos contra o nordestino, e/ou a classe social e/ou o grau de instrução.

O informante 31 apresenta o preconceito contra o falar nordestino, realçando a questão do nosso sotaque ser *“mais diferente do que uma pessoa que fala carioca, fala paulista”*. Segundo ele, esse seria o motivo para tal julgamento.

Já os participantes 32 e 34 afirmam que o preconceito linguístico ocorre movido pelas diferenças de classes, conforme vemos nas falas: *“Porque às vezes o modo de você falar é..., não que seja uma regra geral, mas que vai dizer um pouco daquilo que você é financeiramente”* (INF. 32)/ *“Porque existe sim a diferença entre as classes sociais, né, e as classes sociais elas se distinguem, muitas vezes, pela forma de falar [...]”* (INF. 34). Sumarizando os dois pensamentos, falantes com renda mais alta, falam de maneira mais culta e vice-versa. Todavia, o participante 34 faz questão de frisar que, para ele, a forma de falar não está relacionada a isso, mas sim, ao acesso ao ensino e à prática de leitura.

Por outro lado, o falante 35 diz que há uma associação entre a forma de falar e o grau de instrução. Assim, o preconceito haverá com aqueles que *“têm um nível de escolaridade um pouco inferior [...]”*.

O comentário do informante 33 vem somar-se à uma questão que vem sendo retratada no decorrer das análises, a saber, a diferenciação entre o falar da capital e o do interior. O que chama atenção é que são os próprios falantes que têm realçado esse aspecto, o que nos mostra que há uma percepção quanto a essa distinção. Outro fator que merece ser destacado é, mais uma vez, a aplicação do fenômeno *reverse*. Diante disso, vemos que os falantes fazem questão de destacar essa dicotomia, isto é, observamos que ao invés de os membros pertencentes à mesma comunidade veem as diferenças linguísticas como complementares, eles optam por realçar essa oposição.

A pergunta que fecha o bloco aponta para o próprio falante, ou seja, lhe faz meditar se ele mesmo já foi vítima do preconceito linguístico.

Gráfico 43 - Julgamento linguístico quanto à forma de falar do participante (Mata Paraibana)



Seguindo a mesma tendência das demais mesorregiões, o Gráfico 43 aponta que a maioria (80%) diz não ter sido julgado pela maneira que fala, contra 20% que relataram algum episódio no qual sofreram esse tipo de preconceito. A seguir, os relatos de alguns informantes:

INF. 32: “Não que eu me lembre.”

INF. 33: “Não, nun.. nunca vivi uma experiência assim, mas eu já ouvi de outras pessoas.”

Você lembra o que é que a pessoa relatou?

“Que não tem experiência, que não sabe se colocar...”

No caso a pessoa mesmo que...

“É que não sa... Tanto a pessoa que não não não é acostumado a forma como se fala, né, que a gente fala, vamos colocar assim, e também pessoas que são daqui, que já tem um certo nível de esclarecimento, ignoram também as pessoas que falam, né, com de outra forma, né. O interior ele tem muito essa visão de “menos esclarecido”, né, menos.”

INF. 34: “É... não que eu lembre. Não, não tô lembrando se alguém (sic).”

INF. 35: “Não, comigo não.”

INF. 36: “Não. Que eu saiba, não.”

INF. 37: “Não que eu saiba.”

Em primeiro lugar, faz-se necessário relatar que os informantes que afirmaram terem sofrido esse preconceito, não quiseram descrever a situação. Assim, passemos à análise das demais respostas.

Todos os participantes selecionados seguem a mesma tendência das respostas de outras mesorregiões, utilizando, inclusive, os mesmos tipos de construções discursivas. Atribuímos esse tipo de comportamento ao fato de o falante, de maneira consciente ou não, buscar a preservação da própria imagem. Assim, o participante faz uso de frases como “*não que eu saiba*”/ “*não que eu lembre*” como estratégia de distanciamento da responsabilidade, movidos ou pelo fato de não estarem certos se em algum momento sofreram esse tipo de julgamento ou por não quererem assumir que já foram vítimas.

A resposta do informante 33 vem somar-se às demais, contudo, ele apresenta a dicotomia fala do interior *versus* fala da capital, destacando a questão do preconceito sofrido pelas pessoas interioranas, pois são vistas como “*menos esclarecido*” (ibidem).

Podemos sintetizar os principais pontos do bloco da seguinte forma: os participantes da pesquisa acreditam que as pessoas são sim julgadas pela maneira que falam. Segundo eles, esse julgamento é motivado por razões sociais, nível de escolarização ou pela procedência geográfica do falante. Nesse último aspecto, os entrevistados realçaram a questão do preconceito contra o nordestino e as pessoas do interior do estado.

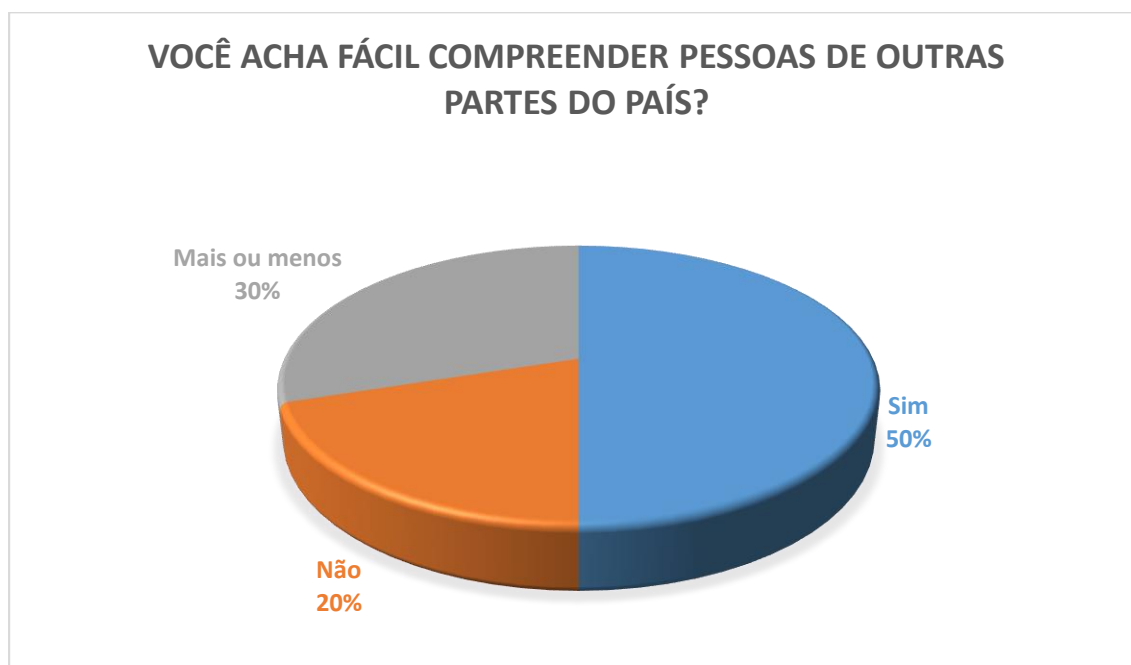
Novamente os dados apontam para a comprovação da proposição de que o preconceito linguístico ocorre na perspectiva do outro como vítima, ou seja, o falante não acredita (ou não quer acreditar) que ele próprio já tenha sofrido esse tipo de julgamento.

BLOCO 6: Consciência e avaliação da diversidade linguística

O último bloco corresponde à análise das atitudes linguísticas dos informantes no que diz respeito a outros falares brasileiros.

Quando questionados se achavam fácil compreender a fala de pessoas de outras partes do país, obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 44 – Percepção da diversidade linguística (Mata Paraibana)



Conforme observamos no Gráfico 44, 50% dos entrevistados afirmaram não ter problema na compreensão de outros falares, contra 20% que admitiram achar difícil compreender pessoas de outros estados brasileiros. Cerca de 30% declararam que parcialmente há algum tipo de dificuldade. Seleccionamos alguns excertos para ilustrar melhor esses resultados:

INF. 32: “Acho. Tem um pouco... é num vejo muita dificuldade não.”

Quando você teve contato com essas pessoas mesmo, de Franca, você achou tranquilo, assim, conversar com eles?

“É, não, realmente sentia um pouco de dificuldade na hora que eles falavam, pra você poder entender um pouco, né? O pessoal criticava que era a gente que não falava

direito, mas que quando a gente ia observar, na verdade, a gente não entendia direito o que eles tavam falando.”

INF. 33: “Depende. Depende... é... tem de de do Sul é assim (sic) dependendo da da de forma como fala de algumas palavras eu não não num consigo relacionar, né? Eu tinha uma professora que ela veio de de São Paulo e ela dizia “mas o que é isso?” então, e coisas que ela falava, eu dizia “professora, o que é isso?” (risos). (sic) eu também num sei o que é. Só que, com é...sempre o o o Sul eles trazem como se as pessoas do Sul, fossem o que eles falam que está correto, né? E e a gente que é (sic) daqui do Nordeste, né, da Paraíba, enfim, é como se mais distante fosse da capital ou mais distante fosse da metrópole, menos valor tem. A impressão que dá é essa, menos valor tem. Então é bem complicado.”

INF. 34: “Alguns termos faz você não entender o que quer dizer, né, que que é próprio da região. Mas é mínima.”

INF. 36: “Não. Não acho. Tem um lugar específico é... Rio de Janeiro, é difícilimo é, é acompanhar o sotaque deles. Eles têm muito sotaque.”

Analisando o relato do informante 32, vemos um caso de ruído na comunicação, pois os sujeitos interactantes não conseguiam se entender em virtude de possuírem dialetos diferentes. Essa ocorrência gerou consequências diretas na produção dos operários, devido ao fato de não entenderem o que seus superiores pediam. O resultado disso foi o julgamento negativo com relação ao falar paraibano, conforme vemos no depoimento do participante supracitado (“*O pessoal criticava que era a gente que que não falava direito [...]*”).

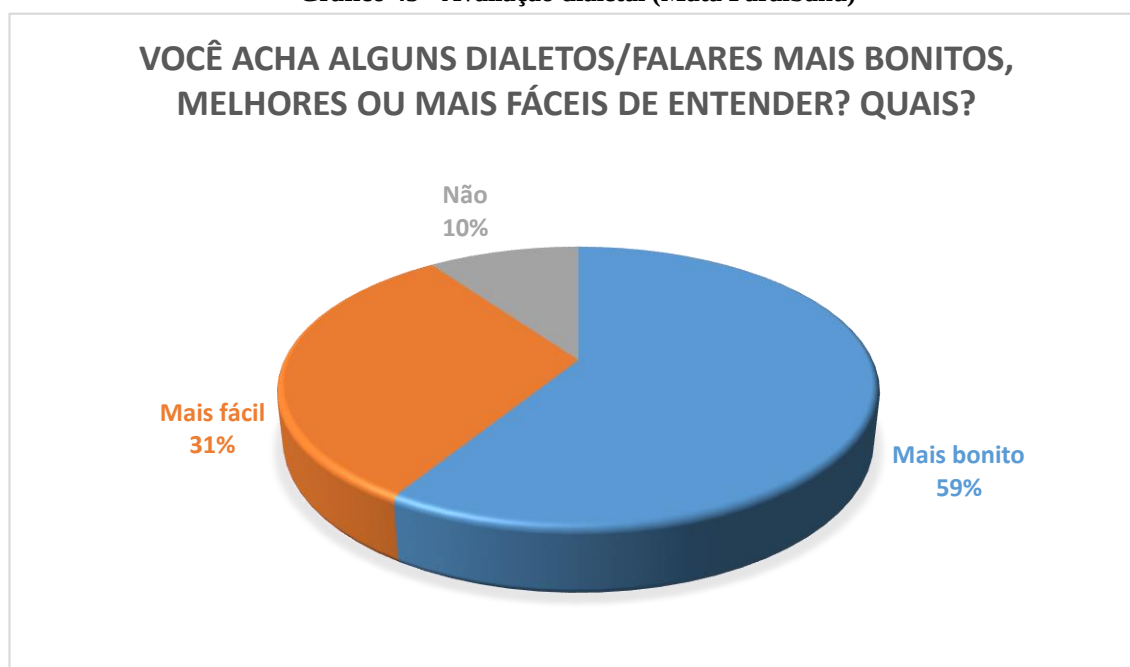
O falante 33 faz algumas considerações que merecem destaque. Em primeiro lugar, ele evidencia a questão das palavras, no sentido de vocabulário próprio de cada região. Esse fato é comprovado pelo exemplo que ele apresenta de uma de suas professoras. Em determinadas situações, professora e estudante não entendiam o que certos vocábulos expressavam. Em segundo lugar, o participante fala da noção de superioridade que as pessoas do Sul têm com relação ao seu próprio falar (“*o Sul eles trazem como se as pessoas do Sul, fossem o que eles falam que está correto, né?*”), dando a impressão de que a fala dos nordestinos tem “menos valor”.

Os informantes 34 e 36 discorrem sobre a questão das expressões típicas de cada região, tendo o primeiro falado que a diferença é mínima, apesar de você não compreender tudo. O segundo, por outro lado, diz ser muito difícil, em especial, a fala do carioca. Aqui, vemos

novamente a mistura dos conceitos sotaque e dialeto, assim como fizeram os participantes da Borborema e do Sertão.

Para a pergunta *Você acha alguns dialetos/falares mais bonitos, melhores ou mais fáceis de entender? Quais?*, grande parte dos informantes, cerca de 59%, avaliou sob a perspectiva do achar “mais bonito”, contra 31% que disseram ser “mais fácil” e 10% que responderam que não, conforme sinaliza o gráfico a seguir:

Gráfico 45 - Avaliação dialetal (Mata Paraibana)



Para melhor entendermos a avaliação geral fornecida pelo Gráfico 45, selecionamos alguns depoimentos:

INF. 31: “Ah, eu acho. Sempre, eu acho que sempre tem aquele aquela região que você acha o sotaque mais bonito, né? Eu acho. Eu acho o o do... ah, esqueci agora (risos).Do... o que eles falam ‘oh guria’.”

É o do Rio Grande do Sul?

“É o Rio Grande do Sul, isso, eu acho lindo o sotaque deles.”

INF. 33: “Eu acho o o nosso, particularmente eu acho bonito quando as palavras são bem colocadas, é, como eu falei antes, pra mim ela tem muita força. (sic) quando você

ver meu questionário, você vai ver, eu coloquei muito isso. Pra mim é quando a gente fala, a palavra carrega muita força, muita energia, né? Traz muito o que somos.”

Tem algum outro também que você acha bonito?

“Que eu acho bonito... (sic) talvez seja um certo preconceito, mas eu gosto muito do nosso jeito de falar. Eu num num num acho muito bonito o do Sul. Eu não acho muito interessante o de São Paulo que tem muito, muito chi... uma forma de falar exagerada, né? (sic) Talvez seja preconceito linguístico (risos), mas eu eu particularmente gosto do do nosso, seja de de... Ah, tem sim: o de Pernambuco. Eu acho bonitinho porque não é igual ao nosso, mas tem semelhanças e as palavras são mais curtinhas, assim, num é tão...”

INF. 36: “Mais bonito não. Mas às vezes algumas palavras mais fáceis, né, de ser compreendidas, mas mais bonito não.”

INF. 37: “O povo fala que de Espírito Santo é quase sem sotaque, né? Que é o que o jornalista aprende. Eu acho bonito. Sim! Eu acho bonito o sotaque de Minas.”

INF. 39: “Acho. O paulista.”

Analisando os depoimentos dos informantes selecionados, observamos que os falares das regiões Sul e Sudeste são os mais bem avaliados, sendo mencionados o sotaque do Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, especificamente. Interessante a menção do participante 37, o qual acredita que o falar capixaba é um dos mais “neutros”, pois “[...] é o que o jornalista aprende.” Mais uma vez, a crença da neutralidade da fala entra em cena.

A fala do informante 33 realça o aspecto forte do falar paraibano, manifestando, então, atitudes positivas ante à sua variedade. Menciona, mais uma vez, a questão da força (“*Pra mim é quando a gente fala, a palavra carrega muita força, muita energia, né? Traz muito o que somos.*”), enfatizando novamente a marca identitária expressa no falar. Importante mencionar sua percepção sobre a questão do preconceito linguístico. Em determinado momento da entrevista, esse participante afirma gostar do dialeto pernambucano. Reconhece que há semelhanças, mas não é igual ao paraibano (“*as palavras são mais curtinhas*”). Assim, a sua percepção sobre as semelhanças e diferenças entre o falar paraibano e o pernambucano chamou-nos atenção. Perguntamos, então, o que percebia de diferente entre as duas variedades.

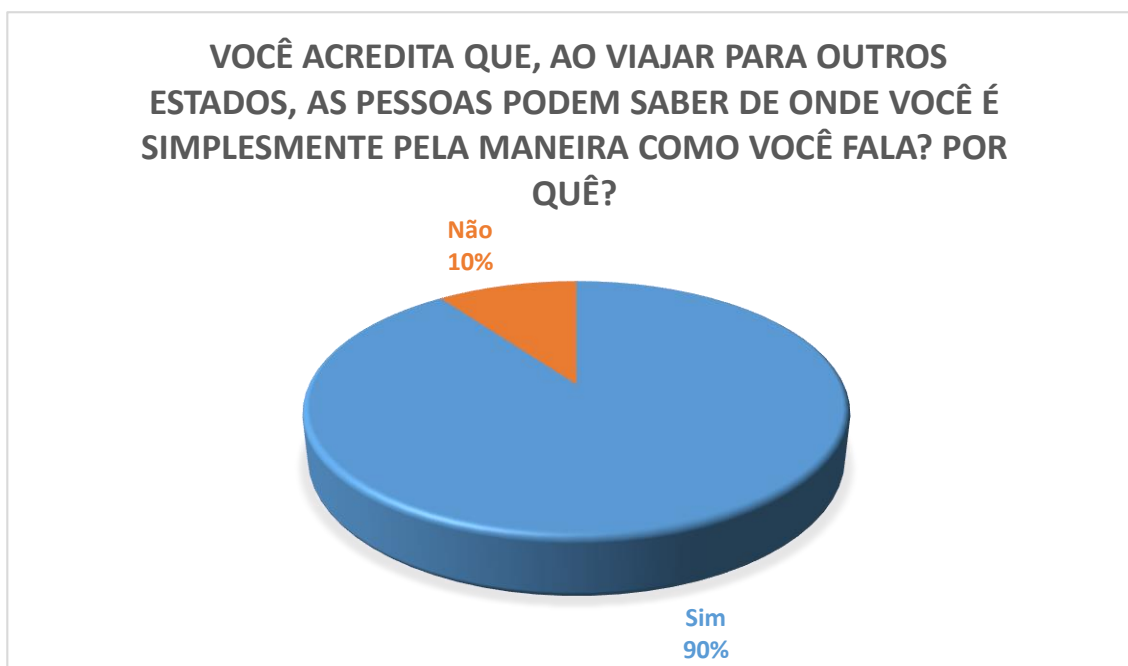
INF. 33: “Eles têm um chiado diferente, na palavra, assim, tem um chiado bem marcante e que eu conversando com um rapaz na época, a memória volta muito pra lá porque foi um contato bem interessante, conversava várias vezes e é... enquanto ele dizia que eu falava arrastado, pra mim ele falava com muito chiado (risos). Eu começava a rir porque era ele falando e eu rindo.”

Com base nesse excerto, percebemos a mesma percepção de diferenciação dialetal entre os falares paraibano e pernambucano que fora realizada pelos falantes da mesorregião do Agreste Paraibano.

Assim, analisando a fala do participante 33, temos, inicialmente, uma avaliação positiva quanto ao falar pernambucano, conforme resposta da primeira pergunta do bloco. Em contrapartida, quando esse entrevistado se vê diante de uma situação de julgamento direto sobre o seu modo de falar (“fala arrastada”), temos, agora, um falante manifestando julgamentos negativos ante a fala do outro (“*enquanto ele dizia que eu falava arrastado, pra mim ele falava com muito chiado (risos). Eu começava a rir porque era ele falando e eu rindo.*”).

Finalmente, para a última pergunta da entrevista, apenas 10% afirmaram que não acreditam que, ao viajar para outros estados, seja possível reconhecer a procedência do falante simplesmente pela maneira que fala. Vejamos a representação gráfica a seguir:

Gráfico 46 - Percepção dialetal (Mata Paraibana)



Conforme vemos no Gráfico 46, cerca de 90% acredita ser possível esse reconhecimento. Segundo os informantes, essa identificação ocorre por causa do sotaque e das palavras típicas de cada lugar. Eis algumas falas:

INF. 31: “Eu acho que sim. Porque nosso sotaque diz muito, né, sobre a gente. A gente chega, assim, fala, já dá assim pra perceber mais ou menos. Ter uma ideia.”

INF. 32: “Eu acho que sim. Porque, pelo que dizem, esse jeito apressado de de falar, esse jeito ligeiro de falar, é muito do nordestino, né? Então, por isso que a gente é (sic) identificado com mais facilidade.”

INF. 33: “Sim.”

Por que?

“Justamente por isso, pela percepção de de já ter ouvido pessoas falarem e de também quando vem pessoas de outros lugares pra cá você percebe logo né, o o a forma como se fala define muito de onde a gente vem e o que, né, principalmente Nordeste (sic) marcando por regiões, são bem marcantes: Nordeste, Sul, Sudeste... é bem marcante os dialetos dá pra gente perceber de onde vem.”

INF. 34: “Acredito.”

Por que?

“Porque da mesma forma eu compreendo mais ou menos de onde elas são, quando elas chegam aqui falando de forma diferente da que a gente costuma falar aqui. Eu acredito que sim. Agora quanto a, sei que não tá dentro da pergunta, mas eu vou falar assim mesmo, quanto à questão da da de julgar é... se eu ou qualquer um daqui fala mais errado, acredito que exista por parte, principalmente por parte dos sulistas, né, do pessoal que mora no Sul. Mas aí é mais uma falta de cultura do que propriamente uma compreensão do do da diversidade, né? Da diversidade linguística.”

INF. 36: “Pode sim. Eles sabem sim de onde a gente é.”

Por que?

“Pelo nosso sotaque, pela nossa forma de falar.”

INF. 38: “Porque já tem o estereótipo do sotaque. Quando você tem o sotaque eles já associam ao lugar onde você vive.”

INF. 39: “Sim. Por conta do sotaque nordestino.”

Resumindo os principais pontos elencados pelos entrevistados, vemos a associação do sotaque à nossa identidade (“[...]nosso sotaque diz muito, né, sobre a gente” – INF. 31/ “Porque já tem o estereótipo do sotaque.” – INF. 38) e a questão da regionalização do falar. O falante 33, por exemplo, diz que “a fala define muito de onde a gente vem [...] principalmente Nordeste (sic) marcando por regiões, são bem marcantes: Nordeste, Sul, Sudeste[...]”. Ele também apresenta as diferenças dialetais (“[...] é bem marcante os dialetos. Dá pra gente perceber de onde vem.”). Outra característica ressaltada é “esse jeito apressado de de falar, esse jeito ligeiro de falar” ser outra marca do nordestino, conforme apresenta o participante 32.

O depoimento do informante 34 merece ser analisado minuciosamente, pois o mesmo acrescenta à sua justificativa a questão do julgamento sofrido pelo modo de falar do nordestino. Observamos que a noção do “falar errado” continua no imaginário coletivo como sendo uma forma de falar fora da norma padrão da língua portuguesa. O próprio entrevistado se enquadra nessa percepção (“se eu ou qualquer um daqui fala mais errado [...]”). Ainda de acordo com esse participante, o preconceito contra o dialeto nordestino é praticado principalmente pelos sulistas. Entretanto, ressalta ele, os que assim agem, demonstram mais uma falta de critérios mínimos de educação do que uma incompreensão, do que é a diversidade linguística, de fato.

O depoimento de um informante, em particular, nos chamou atenção. Segundo ele, não é possível saber sua procedência mediante sua forma de falar porque, em suas palavras, ele “não tem tanta tendência de sotaque regional” (INF. 35). Vejamos mais detalhadamente sua fala:

INF. 35: “Comigo nem tanto porque eu eu tenho um um uma pronúncia de palavras até que não tem tanta tendência de de de sotaque regional, só em algumas palavras específicas, eu num rEpiro muito. Comigo não acontece muito não.”

Aí com essas palavras específicas, uma pessoa de fora, sei lá, do Rio de Janeiro, te escutando falar, num vai perceber que tu já é daqui não?

“Mas normalmente quando eu tô nesse ambiente que são pessoas de outra região, eu não falo com meu sotaque regional.”

Você tenta falar o deles?

“Eu oculto. E entro na língua deles. Mais ou menos isso. Mas também num fico dexacerbado falando totalmente a língua deles não. Eu tento falar uma língua neutra, uma língua que não tenha muita repetição de sotaque da minha região.”

Procura neutralidade. Mas existe essa neutralidade?

“Eu acho que existe, eu consigo fazer. Eu consigo fazer. Eu acho que existe (risos)”

De acordo com o entrevistado, quando ele viaja para outros estados as pessoas não tem como saber de onde ele é porque ele procura não falar com seu sotaque regional. É interessante que o mesmo afirma não ter muito sotaque, e, logo em seguida, reproduzir uma palavra com uma marca bem peculiar do falar nordestino, a saber, o abaixamento da pretônica /e/ em “*repito*”.

O informante segue dizendo que quando está com falantes de outras regiões, ele não fala com seu sotaque regional e tenta falar uma língua neutra. Quando questionamos sobre a existência dessa neutralidade, o participante declara que existe, pois ele próprio consegue fazer. É importante lembrarmos que o INF. 37, em um outro momento da pesquisa, também menciona essa mesma questão, acreditando ser possível falar de forma neutra. Assim, um questionamento nos ocorre: o que leva a um falante acreditar na neutralidade da língua nesses moldes? Seria algum lapso no processo de percepção? Isso ocorre apenas com a percepção da própria maneira de falar ou também com o modo de falar do outro? Eis alguns questionamentos que abrem margens para futuras discussões.

A fim de termos uma visão geral dos resultados aqui obtidos, cruzamos as informações e obtemos a seguinte tabela:

Quadro comparativo

QUADRO COMPARATIVO			
<i>BLOCO 1: Sentimento com relação à sua própria fala (OU atitude do falante em relação à sua própria fala)</i>			
Questão 1 - O que você acha da sua forma de falar?			
SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
Normal- 36% Arrastado- 22% Correta- 21% Carregada- 7% “Engolir”palavra/ letras- 7% “Erra” algumas vezes- 7%	Típica da região- 37% Bonita/agradável- 25% Arrastado- 13% Engraçada- 13% Normal- 12%	Gosta/acha “natural”- 40% “Errada”/ palavras inventadas- 20% Carregada- 10% Rasteira- 10% Um pouco culta- 10% Interessante- 10%	Normal- 39% Bonita/Boa- 29% Marca de identidade/persona lidade- 20% Rápida- 12%
Questão 2 - Há algo específico de que você gosta/não gosta na sua forma de falar?			
SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
Gosta da forma de falar- 20%	Gosta da forma de falar- 43%	Gosta da forma de falar- 30%	Gosta do sotaque- 50%

<i>Sotaque/"oxente"- 20%</i> <i>Característica particular- 20%</i> <i>Parecer agressivo- 20%</i> <i>"Engolir" letras- 20%</i>	<i>Gíria/vícios de linguagem- 29%</i> <i>Falar depressa- 14%</i> <i>"Atropelar" as palavra- 14%</i>	<i>Sotaque/Acha feio- 30%</i> <i>Falar rápido/alto- 20%</i> <i>Problema de dicção- 10%</i> <i>Português "errado"- 10%</i>	<i>Falar devagar- 17%</i> <i>"Oxente"- 17%</i> <i>Arrastado- 16%</i>
--	---	--	--

BLOCO 2: Consciência sobre aspectos de seu grupo linguístico

Questão 3 - Você considera que tem algum sotaque? Se sim, qual?

SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
<i>Nordestino/ Paraibano- 46%</i> <i>Arrastado- 27%</i> <i>Não- 27%</i>	<i>Paraibano- 38%</i> <i>Caipira/Interior/C arregado- 31%</i> <i>Não- 31%</i>	<i>Regional/Nordestino /Paraibano- 70%</i> <i>Amatutado/ "Oxente"- 30%</i>	<i>Nordestino/ Paraibano- 60%</i> <i>Não percebo- 20%</i> <i>Não muito- 10%</i> <i>Não- 10%</i>

Questão 4 - O que você acha do seu sotaque?

SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
<i>Gosto- 43%</i> <i>Cultural- 29%</i> <i>Engraçado- 14%</i> <i>Gostaria de amenizar- 14%</i>	<i>Gosto/Acho bonito - 37%</i> <i>Normal/ Nordestino- 25%</i> <i>Diferente da região- 25%</i> <i>Não gosta- 13%</i>	<i>Feio- 45%</i> <i>Lindo/Bonito- 33%</i> <i>Cultural/Nordestino- 22%</i>	<i>Gosto/Acho bonito 60%</i> <i>Normal/Nordestino - 40%</i>

BLOCO 3: Descrição e avaliação feita pelo interlocutor

Questão 5 - Quando você viaja, há algo específico que as pessoas percebem na sua forma de falar?

SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
<i>Sotaque nordestino- 50%</i> <i>Fala arrastada- 50%</i>	<i>Palavras típicas - 35%</i> <i>Não- 65%</i>	<i>Palavras típicas- 40%</i> <i>Sotaque regional /Nordestino-30%</i> <i>Fala arrastada- 30%</i>	<i>Fala arrastada- 37%</i> <i>Sotaque/ Palavras típicas- 25%</i> <i>Não- 25%</i> <i>Fala rápida- 13%</i>

Questão 6 - Alguém já criticou, elogiou, riu ou comentou a respeito da sua forma de falar?

SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
---------------	------------------	----------------	---------------------

Não- 50% Riu- 30% Fez comentário- 20%	Não- 50% Riu- 40% Fez comentário- 10%	Riu/Criticou- 60% Fez comentário- 30% Não- 10%	Não- 60% Fez comentário- 20% Palavras típicas- 20%
BLOCO 4: Tendências de reação do informante			
Questão 7 - Você já mudou sua forma de falar para adaptar-se ao seu entorno?			
SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
Sim- 50% Não- 50%	Sim- 58% Não- 42%	Sim- 50% Não- 50%	Sim- 60% Não- 40%
BLOCO 5: Pensamentos e crenças sobre preconceito linguístico			
Questão 8 - Você acha que as pessoas são julgadas pela maneira que falam?			
SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
Sim- 90% Não- 10%	Sim- 80% Às vezes- 20%	Sim- 100%	Sim- 80% Às vezes- 20%
Questão 9 - Alguém já o julgou dessa forma?			
SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
Não- 80% Sim- 20%	Não- 60% Sim- 40%	Não- 60% Sim- 40%	Não- 80% Sim- 20%
BLOCO 6: Consciência e avaliação da diversidade linguística			
Questão 10 - Você acha fácil compreender pessoas de outras partes do país?			
SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
Sim- 40% Mais ou menos- 50% Não- 10%	Sim- 64% Não- 25% Mais ou menos- 11%	Sim- 60% Mais ou menos- 30% Não- 10%	Sim- 50% Mais ou menos- 30% Não- 20%
Questão 11 - Você acha alguns dialetos/falares mais bonitos, melhores ou mais fáceis de entender? Quais?			
SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA
Mais bonito- 30% Mais fácil- 30% Não- 20% Mais interessante- 10% Mais correto- 10%	Mais bonito- 43% Mais fácil- 22% Não- 22% Mais interessante- 13%	Mais bonito- 67% Não- 22% Mais fácil- 11%	Mais bonito- 59% Mais fácil- 31% Não- 10%
Questão 12 - Você acredita que, ao viajar para outros estados, as pessoas podem saber de onde você é simplesmente pela maneira como você fala? Por quê?			
SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	ZONA DA MATA

<i>Sim- 78%</i> <i>Não- 22%</i>	<i>Sim- 80%</i> <i>Não- 20%</i>	<i>Sim- 100%</i>	<i>Sim- 90%</i> <i>Não- 10%</i>
------------------------------------	------------------------------------	------------------	------------------------------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve o objetivo de analisar as manifestações de atitudes linguísticas de paraibanos em relação ao seu próprio falar, buscando atingir três propósitos: a) descrever as atitudes linguísticas dos falantes de cada mesorregião pesquisada; b) verificar o valor social que o falante atribui ao seu falar; e c) comparar os dados concernentes às quatro mesorregiões paraibanas, observando o grau de semelhança e distinção para, assim, podermos identificar os fatores responsáveis por tais equivalências e/ou diferenças.

A motivação para tal estudo surgiu após a constatação de ainda haver poucos trabalhos voltados para a temática das atitudes linguísticas, sobretudo abordando a comunidade paraibana.

A partir dessas considerações, três perguntas de pesquisa foram formuladas, tendo duas delas subpontos: 1) Para os membros da comunidade estudada, o modo de falar de sua comunidade linguística é uma marca de identidade local? Se afirmativo, refletirá em atitudes favoráveis do falante em relação ao seu próprio falar? 2) Como se dão as manifestações de atitudes nas diferentes mesorregiões da Paraíba? 3) O falante acredita que há preconceito linguístico em relação à fala local? Em caso afirmativo, esse preconceito parte de falantes pertencentes a outras comunidades de fala ou parte dos próprios membros de seu grupo linguístico? Para responder tais questões, realizamos uma entrevista sociolinguística, na qual os participantes tiveram que expor abertamente opiniões sobre a temática discutida. Foram selecionados 40 (quarenta) paraibanos distribuídos nas quatro mesorregiões do estado, a saber, Sertão, Borborema, Agreste e Mata Paraibana.

No que diz respeito à primeira questão norteadora, os dados demonstraram que os participantes de todas as mesorregiões veem o modo de falar de sua comunidade linguística como um marcador de identidade não apenas local, mas também regional, pois faz parte da herança cultural de seu povo. O nosso sotaque, em particular, é reconhecido como parte da manifestação da cultura nordestina, em virtude das peculiaridades linguísticas que essa região brasileira possui. Mesmo entre os que afirmaram não possuir sotaque, nas demais respostas esses informantes elencaram especificidades na forma de falar, tais como marcas prosódicas (fala “arrastada”) e traços dialetais (“oxente”), que facilmente os identificam como pertencentes a uma comunidade de fala específica.

Entretanto, apesar do reconhecimento do valor da língua como uma marca da identidade cultural de sua comunidade, as manifestações das atitudes linguísticas foram expressas com um

sentido negativo pela maioria dos entrevistados. Em todas as mesorregiões paraibanas, observamos uma constante associação negativa tanto com relação ao sotaque quanto aos termos dialetais. O modo de falar “*arrastado*” ou “*carregado*” foi mencionado com uma conotação desfavorável por parte dos paraibanos em questão. Um fato interessante é que esse dado representa exatamente o espelho das atitudes expressas pelos interlocutores dos participantes. Nas perguntas que buscavam aferir as atitudes linguísticas com relação ao falar paraibano na perspectiva do outro, os participantes respondiam que seus ouvintes utilizavam os mesmos adjetivos para qualificar nosso dialeto.

Quando questionados diretamente sobre o que achavam acerca do modo de falar próprio, a maioria dos informantes (Sertão, Borborema e Mata Paraibana) apresentaram mais atitudes positivas do que negativas. Contudo, quando solicitados a descreverem o que gostavam ou não, a maioria das respostas era concedida sob o ponto de vista negativo. A partir dessa constatação, instaurou-se o que chamamos de *paradoxo do falante*. Conceituamos tal proposição da seguinte forma: o falante manifesta uma avaliação positiva quanto à sua fala, quando questionado diretamente sobre o tema e atitudes negativas em relação à sua forma de falar e/ou a fala de outros membros de sua própria comunidade linguística, quando questionados de maneira indireta.

No tocante à segunda pergunta de pesquisa, as manifestações das atitudes linguísticas ocorreram de maneira diversificada em cada uma das mesorregiões, possuindo certas semelhanças e algumas distinções.

No que se refere às equivalências, percebemos que em todas as localidades há o reconhecimento do valor social da língua como marca identitária e grupal, demarcando os limites dialetais em que esse falante se encontra. Há também a constatação que falantes de outras variedades do PB discriminam o falar nordestino/paraibano, por meio de julgamentos de ordem intelectual, social, local e regional. As atitudes negativas em relação ao próprio falar são reveladas por meio de expressões como *fala “arrastada”*, *fala “carregada”*. Os entrevistados veem a utilização de palavras regionais como “vícios de linguagem/gírias”. Outro dado constatado é que os falantes, de igual modo, não entendem a diferenciação entre os termos sotaque e dialeto. Participantes das quatro mesorregiões ora misturavam os conceitos, ora utilizava-os como sinônimos. Por outro lado, notamos uma constante correlação entre o fato de se ter um sotaque a algo pejorativo, tendo, portanto, que ser evitado. Entre os que possuem esta visão, observamos que alguns deles acreditam que “ter sotaque” significa falar de acordo com outros estados brasileiros, aplicando fenômenos como a palatalização e o – R retroflexo, por

exemplo (segundo os informantes), sendo o primeiro o caso mais citado como marca do falar de outro Estado.

Quando solicitados a avaliar outros falares, participantes de todas as mesorregiões apresentaram mais atitudes positivas do que negativas para o modo de falar de outros Estados. As variedades do Sul e Sudeste foram as que mais receberam avaliações favoráveis. Um dado que nos chamou a atenção foi a menção e a apreciação que alguns informantes fizeram sobre o dialeto pernambucano. O fato por eles mencionado foi o fenômeno de palatalização do – S em posição de coda silábica.

No decorrer das entrevistas, observamos também uma constante menção sobre a diferença entre o falar da capital e do interior. A fala interiorana é vista como “errada”, tanto por alguns habitantes da Zona da Mata quanto pelos próprios moradores das cidades pesquisadas, que “justificam falar o “português incorreto” devido ao fato de residirem no interior paraibano, conforme pontuamos nas análises. Essa questão foi amplamente mencionada pelos paraibanos sertanejos e da região da Borborema. Apenas um informante do Agreste citou esse dado. O que inferimos dessa constatação é que, no imaginário desses falantes, quanto mais aproximado da capital, “mais correto” o sujeito falará, ou seja, mais próximo da norma culta e vice-versa.

Essa constatação recai sobre a noção de padronização das línguas (MILROY, 2007) e nos fatores externos por nós propostos que fomentam esse processo. O resultado é exatamente a manifestação de atitudes, nesse caso negativas, e na discriminação com relação ao modo de falar do interior. Esse dado foi comprovado quando alguns falantes da região da Mata apontaram essa questão, enfatizando que eles possuem um falar diferente (“*Num tenho tanto sotaque do interior não.*” – INF. 35).

Deste modo, temos o estabelecimento do que chamamos de relação *reverse*, pois alguns moradores da Zona da Mata apresentaram essa dicotomia, destacando que não falam como as pessoas do interior. Assim, vemos que ao invés de os membros pertencentes à mesma comunidade veem as diferenças linguísticas como complementares, optam por realçar essa oposição. Essa mesma relação foi aplicada quando alguns informantes da Borborema relataram casos em que seus concidadãos “fizeram graça” ante o falar deles. Percebemos que as pessoas possuem uma clara atitude de rechaço contra os membros pertencentes ao mesmo grupo, mas que têm um modo de falar diferente da sua comunidade de fala. Como resultado, poderá surgir a manifestação de atitudes negativas por parte dos “falantes da capital” e um sentimento de inferioridade linguística entre os moradores do interior do Estado. Interessante atentarmos para o fato de que esse aspecto foi amplamente mencionado pelos entrevistados do Sertão e da

Borborema, mas por apenas uma informante do Agreste. A explicação para esse dado está exatamente na localização geográfica. O Agreste é a mesorregião fronteira da Mata Paraibana, o que justifica seus moradores não terem apresentado essa questão constantemente.

Esses dados recaem na terceira questão que norteou esta pesquisa. Os participantes acreditam que há preconceito linguístico com relação à fala local, não apenas por parte de falantes de outras variedades, mas também por membros de sua própria comunidade linguística. Todavia, quando comentavam sobre essa temática, apresentavam quase sempre na perspectiva do outro como vítima. Não assumiam (ou não queriam assumir) que eles próprios já teriam sofrido esse tipo de julgamento (salvo alguns casos que relatamos nas análises). Dessa constatação, surgiu o que preconizamos ser a representação simbólica do preconceito linguístico. O falante, de acordo com essa proposição, acredita que atos de discriminação podem ocorrer com outras pessoas, mas não diretamente consigo. O que nos chamou a atenção foram as construções linguísticas por eles utilizadas para responder às perguntas que tratavam sobre o tema. Os entrevistados modalizavam suas respostas (não podemos afirmar se de maneira consciente ou não), de forma a os resguardar de assumir o conteúdo do discurso em sua totalidade.

Nesse sentido, o preconceito linguístico como resultado da correlação de todos os fatores externos ao sistema linguístico, serve, na verdade, como um subterfúgio para desviar o foco do real conteúdo da discriminação, a saber, a realidade social do falante. Foram os próprios entrevistados que deixaram as pistas para tal propositura. Em todos os casos por eles relatados, havia sempre a associação entre o modo de falar da vítima e sua condição financeira, e/ou sua procedência, e/ou seu grau de escolaridade. Assim, cremos que quando julgamos o modo de falar do outro, na realidade, estamos realizando um julgamento de cunho social, “disfarçado” de avaliação linguística. O estereótipo do nordestino, informação vigorosamente citada pelos participantes, vem corroborar essa proposição. A forma como a mídia o retrata, na maioria das vezes rechaça a figura do nordestino, pois quase sempre o apresenta como um pobre e analfabeto.

A partir dessas análises, percebemos a relação de simbiose existente entre os componentes atitudinais, de modo que, por mais que tentemos categorizá-los sistematicamente, uma mesma questão pode avaliar mais de um elemento atitudinal conjuntamente, em virtude de ser a língua o nosso material de análise, conforme bem observou Corbari (2013).

Baseado nos resultados alcançados, sugerimos que outras pesquisas sejam realizadas comparando, por exemplo, as atitudes linguísticas de falantes das regiões Sul e Sudeste com as atitudes de nordestinos em relação ao seu próprio falar. Outra possível temática é a realização

de um estudo sobre os diferentes falares no território paraibano, investigando, dentre outros fatores, quais os aspectos de diferenciação entre o falar da capital e o falar do interior. Ademais, esperamos que esta investigação apresente contribuições significativas aos estudos sobre atitudes linguísticas que vêm sendo desenvolvidos no território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gilson Chicon. *Aspectos do uso do imperativo na linguagem oral do pessoense*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2001.

ALLPORT, G. W. *Attitudes*. In C. M. Murchison (Ed.), *Handbook of Social Psychology*. Winchester, MA: Clark University Press, 1935.

ALVES, M. I. P. M. *Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo: abordagem prévia*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

ANDRADE, Elton Jones Barbosa de. *Palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ na fala pessoense*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2008.

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino. Outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2009, p. 22-23.

AQUINO, Maria de Fatima de Souza. *Processo de Ditongação Diante dos Fonemas S e Z Na Fala do Pessoense*. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1998.

BALTOR, Cristiane da Silva. *Estudo variacionista do Objeto Direto de 3ª. pessoa em série anafórica no falar pessoense*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003.

BARROS, Alvanira Lúcia de. *O uso da relativa cortadora na fala pessoense*. Dissertação (Mestrado em Letras João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2000.

BESERRA, Ana Clarissa Santos. A importância das variáveis sociais na formação do perfil linguístico do falante pessoense. In: HORA, Demerval da (Org.). **Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa: UFPB, 2004. p. 259-286. 1996

BLOOMFIELD, L. *Language*. University of Chicago Press, 1993.

BORGES, José Elias. *Índios paraibanos: classificação preliminar*. IN: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga (org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, 21-38.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social*. In.: COUTO, Hildo Honório (org.). *Ensaio de lingüística aplicada ao português*. Brasília: Thesaurus, 1981.

_____. *Educação bidialetal: O que é? É possível?* Revista Internacional de Língua Portuguesa, n.7, p. 54-65, jul. 1992.

CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e fonologia*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. (Coleção Letras).

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002. Tradução Marcos Marcionilo.

CANTRIL, H.; ALLPORT, G. *The psychology of radio*. New York: Harper, 1935.

CARDOSO, Denise Porto. *Atitudes Linguísticas e Avaliações Subjetivas de Alguns dialetos Brasileiros*. Blucher Open Acess: 2015. Disponível em <<http://openaccess.blucher.com.br/article-list/atitudes-linguisticas-281/list#articles>> Acesso em 02 de dezembro de 2016.

CARGILE, A.C. et al. *Language Attitudes as a Social Process: a conceptual model and new directions*. Language & Communication, 1994. Vol. 14, n- 3, pp, 211-236.

CHIANCA, Rosalina Maria Sales. *Interagir em língua estrangeira: um processo sociocultural*. Tradução: Elisa____; Ingrid Farias Fachine Oliveira; Sandra Helena Gurgel Dantas de Medeiros. In: MOARA. Belém: Editora Universitária/UFPA, n.11, p. 1-164, jan./jun, 1999, p. 65-84.

CORBARI, Clarice Cristina. *Atitudes Linguísticas: um estudo nas localidades paranaenses de Irati E Santo Antônio do Sudoeste*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2013.

CYRANKA, Lucia F. d M. *Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora, MG*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

DANTAS, Marciano. *Paraíba*. Ano: 2012. Disponível em <<http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2012/12/paraiba.html>> Acesso em 26 de janeiro de 2017.

DUTRA, Eduardo de Oliveira. *A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ no português brasileiro sob o viés sociolinguístico*. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

FERNANDES, E. A. *Nós e a gente: variação na cidade de João Pessoa*. Dissertação de Mestrado, João Pessoa, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFPB, 1997.

FREIRE, Josenildo Barbosa. *Variação da Lateral Palatal na Comunidade de Jacaraú (Paraíba)*. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

_____. *Variação, estilo, atitude e percepção linguística: o caso das laterais /ʎ/ e /l/ no falar paraibano*. Tese (Doutorado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA – FIEP. *Perfil Socioeconômico da Paraíba 2010*. Campina Grande, 2010. Disponível em <<http://www.fiepb.com.br/arquivos/Perfil-Socioeconomico2010.pdf>> Acesso em 26 de janeiro de 2017. 98

FILGUEIRAS, Ligia Amaral. *Crianças Ribeirinhas e Quilombolas da Amazônia: Crescimento, Determinantes Sociais de Saúde e Políticas Públicas*. Tese (Doutorado em Bioantropologia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.

FISHBEIN, M; AJZEN, I. *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1980.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueria e. "Aspectos econômicos da Paraíba "; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-economicos-paraiba.htm>>. Acesso em 26 de janeiro de 2017.

GARRET, P. *Attitudes to Language*. Cambridge University Press, 2010.

GILES, Howard; RYAN, Ellen Bouchard; SEBASTIAN, Richard J. *An integrative perspective for the study of attitudes toward language variation*. In: GILES, Howard; RYAN, Ellen Bouchard (Ed.). **Attitudes towards language variation: social and applied context**. London: Edward Arnold, 1982.

_____. COUPLAND, Justine; COUPLAND, Howard. (Eds.) *Contexts of accommodation: developments in Applied Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

GORSUCH, Richard L.; ORTBERG, John. *Moral obligation and attitudes: Their relation to behavioral intentions*. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol 44(5), May 1983, 1025-1028.

GRONHAUG, K. *The sociological basis of marketing*. In BAKER, M. (Ed.). *Marketing Theory*. London: Thomson, p.102-118, 2000.

HENRIQUE, Pedro Felipe de Lima. *A Percepção da Fricativa Coronal em Coda Medial por Pessoaenses*. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

HORA, Dermeval da. *Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba*. João Pessoa, 1993, cd-rom.

_____. *A palatalização das oclusivas dentais e restrições sociais*. João Pessoa: GRAPHOS, 1997. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/viewFile/9202/4897>> Acesso em 15 de fevereiro de 2017. 99

_____. *Fricativas coronais: análise variacionista*. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Letras, 2003.

_____. *Variação dialetal e atitude*. In: HORA, Dermeval da; NEGRÃO, Esmeralda Vailati (orgs.). *Estudos da Linguagem: Casamento entre temas e perspectivas*. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2011. p. 15-36.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Municípios*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home>> Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

JOSEPH, John. *Language and Identity: National, Ethnic, Religious*. Basingstoke: PalgraveMacmillan, 2004.

KAUFMANN, Göz (2011a). *Atitudes na sociolinguística*. In: Mello, Heliana, Cléo Altenhofen und Tommaso Raso (Hrsg.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 121-137.

LABOV, William; WEINREICH, Uriel; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

_____. The community as educator. In: LANGER, J. (Ed.). *Proc. of the Stanford Conference on Language and Literature*. Norwood, NJ: Ablex, 1987. p. 128-146.

_____. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford & Cambridge: Blackwell, 2001b.

_____. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAMBERT, W. et al. *Evaluational reactions to spoken languages*. Journal of Abnormal and Social Psychology, 60, p. 44-51, 1960. 100

LEITE, Cândida Mara Britto. *Atitudes linguísticas e teoria da acomodação: inter-relação entre Sociolinguística e Psicologia Social*. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 2011, p. 1017-1028. Disponível em

<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/40/el.2011_v2_t45.red6.pdf> Acesso em 31 de Janeiro de 2017.

LE BON, G. *As opiniões e as crenças*. (1922). Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/24928-24930-1-PB.pdf>> Acesso em 15 de julho de 2016.

LIMA, Izete de Souza. *Acomodação dialetal: Análise da fricativa coronal /S/ em posição de coda silábica por paraibanos residentes em Recife*. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa: UFPB, 2013.

LIRA, Zulina de; HORA, Dermeval da. *Dialeto Nordestino: prosódia e representação social*. Anais Abralín, 2009.

LIRA, Leandro de Lima. *História da Paraíba*. Disponível em <http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/Historia_da_Paraiba.pdf> Acesso em 26 de janeiro de 2017

LOPES, Leonardo Wanderley. *Preferências e atitudes dos ouvintes em relação ao sotaque regional no telejornalismo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

LUCENA, Rubens Marques de. *Comportamento sociolinguístico da preposição para na fala da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2001.

MACEDO, Sandra Siqueira. *A Palatalização do /s/ em Coda Silábica no Falar Culto Recifense*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Recife: UFPE, 2004.

MACHADO, Rafaela Veloso. *Processo de Elisão no Falar Pessoense*. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2000. 101

MARQUES, Sandra Maria de Oliveira. *A produção variável do fonema /v/ em João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2001.

MARTINS, Iara Ferreira Melo. *Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo -ndo*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2001.

MENDONÇA, Greiciane Pereira. *Ataque Silábico Complexo: o Apagamento do Tepe [R] por Pessoenses Adultos*. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

MILROY, James. *The ideology of the standard language*. In: LLAMAS, Carmen; MULLANY, Louise; SOTOCKWELL, Peter. **The routledge companion to sociolinguistics**. New York: Routledge, 2007. p. 133-13.

MOLLICA, M.C. *Relevância das variáveis não linguísticas*. IN: MOLLICA, M.C; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 27-29.

MORAIS E LIMA, Priscila Evangelista. *A palatalização do /S/ pós-vocálico: uma análise variacionista da transferência fonológica do falar paraibano (L1) na aquisição de inglês (L2)*. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. *Processo de Ocupação do Espaço agrário Paraibano*. Textos UFPB. NDIHR Nº 24/09/1990. Disponível em <http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html> Acesso em 26 de janeiro de 2017.

MOTA, J. A. *Teste de reação subjetiva: relatório de uma experiência*. In: FERREIRA et al. *Diversidade do português do Brasil: estudos de dialectologia rural e outros*. 2. ed. rev. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

NETA, Antônia Verônica de Andrade Neta. *Alternância seu/dele no falar pessoense*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003.

NEWCOMB, et al. *Social Psychology*. New York: Holt, Rinehartwiston, 1965.

NUNES, Vanilda Ferreira Lopes. *Preenchimento do sujeito pronominal na fala da comunidade de João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2000. 102

OUSHIRO, Livia. *Identidade na pluralidade. Avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.

PEDROSA, Juliene Lopes Ribeiro. *Análise do /s/ pós-vocálico na PB: coda ou onset com núcleo foneticamente vazio?* Tese (Doutorado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009.

PEDROSA, Larissa Moraes. *O status da nasal palatal [ɲ] em João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

PEREIRA, Regina Celi Mendes. *Estudo das Vogais Pretônicas Na Fala Pessoense Urbana*. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1997.

POSATTI, Lucas. *Análise do processo de acomodação linguística de falantes cariocas em João Pessoa*. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2015.

RAMOS, F. Atitudes linguísticas de falantes da cidade de João Pessoa. In: JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE – GELNE, 16, 1998, Fortaleza. Anais.

_____. *Atitudes linguísticas de falantes campinenses sobre os fenômenos da palatalização das consoantes /t/ e /d/ e do uso da concordância nominal de número*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: UFPB, 1999.

RAMOS, L. M.; LIRA, Z. S. de; ROAZZI, A. Accent and TV journalism: northeastern media communicators representations. *Revista CEFAC*, v. 17, n. 6, p. 1987- 1999, nov./dez. 2015.

RIBEIRO, Juliene Lopes. *A ordem SV/VS no falar pessoense*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: UFPB, 2000.

RIBEIRO, Sílvia Renata. *Apagamento da sibilante final em lexemas: uma análise variacionista do falar pessoense*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: UFPB, 2006.

ROKEACH, M. *The Nature Of Human Values*. Free Press, New York, 1973.

RODRIGUES, A., ASSMAR, E. M. L., & JABLONSKI, B. *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2009. 27ª Edição.

SCHNEIDER, Maria Nilse. *Atitudes e concepções linguísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades bilíngües alemão-português do Rio*. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, BR-RS, 2007. 261p. 103

SCHWARTZ, S. H., & BILSKY, W. *Toward a psychological structure of human values*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550–562, 1987.

SELLTIZ, Claire et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Herder,

SILVA, André Pedro da. *Síncope da átona não-final no falar sapeense*. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa: UFPB, 2006.

SILVA, Fabiana Souza. *Processo de Monotongação em Joao Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Letras), João Pessoa: UFPB, 1997.

SILVA, Rosângela Neres Araújo da. *Variação ter/haver na fala pessoense*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: UFPB, 2001.

SILVA, Kátia Lúcia Lins da. *Elevação das vogais médias pretônicas em contexto nasal no início de vocábulos na comunidade de João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003.

SKEETE, N. *Análise Variável da Vibrante na Fala de João Pessoa*. Dissertação de Mestrado, João Pessoa: UFPB, 1996.

TARALLO, F. *A Pesquisa Sociolinguística*. -8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

TAYLOR, A. *Social agreement on personality traits as judged from speech*. Journal of Social Psychology, 5, 1934. p. 244-248.

TRIANDIS, H.C. *Attitude and attitude change*. New York: Willy, 1971.

UFLACKER, Cristina Marques; SCHNEIDER, Maria Nilse. *Atitudes Linguísticas e Variedades Dialetais Alemãs*. Uniletras, Ponta Grossa, v. 30, n. 1, p. 33-51, jan./jun. 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/uniletras>>. Acesso em 16/11/2016

VALLO, Mário Anastácio Galdino do. *A regência variável do verbo ir de movimento na fala pessoense*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003. 104

ANEXO

ENTREVISTA

1. O que você acha da sua forma de falar?
2. Há algo específico de que você gosta/não gosta na sua forma de falar?
3. Você considera que tem algum sotaque? Se sim, qual?
4. O que você acha do seu sotaque?
5. Quando você viaja, há algo específico que as pessoas percebem na sua forma de falar?
6. Alguém já criticou, elogiou, riu ou comentou a respeito da sua forma de falar?
7. Você já mudou sua forma de falar para adaptar-se ao seu entorno?
8. Você acha que as pessoas são julgadas pela maneira que falam?

9. Alguém já o julgou dessa forma?
10. Você acha fácil compreender pessoas de outras partes do país?
11. Você acha alguns dialetos/falares mais bonitos, melhores ou mais fáceis de entender?
Quais?
12. Você acredita que, ao viajar para outros estados, as pessoas podem saber de onde você é simplesmente pela maneira como você fala? Por quê?